FRE – Formulário de Referência

Kalunga S.A.

Ano 2023 – Base DF 2022

Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 19
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 20
1.5 Principais clientes 29
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 31
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 40
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 41
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 42
1.10 Informações de sociedade de economia mista 44
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 45
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 46
1.13 Acordos de acionistas 51
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 52
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 53
1.16 Outras informações relevantes 54
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 55
2.2 Resultados operacional e financeiro 64
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 68
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 69
2.5 Medições não contábeis 70
2.6 Eventos subsequentes as DFs 71
2.7 Destinação de resultados 72
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 73
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 74
2.10 Planos de negócios 75
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 77
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 78
3.2 Acompanhamento das projeções 79

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 80
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 113
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 114
4.4 Processos não sigilosos relevantes 117
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 120
4.6 Processos sigilosos relevantes 121
4.7 Outras contingências relevantes 122
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 123
5.2 Descrição dos controles internos 131
5.3 Programa de integridade 134
5.4 Alterações significativas 140
5.5 Outras informações relevantes 141
6. Controle e grupo econômico
6.1 Posição acionária 142
6.3 Distribuição de capital 144
6.4 Participação em sociedades 145
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 146
6.6 Outras informações relevantes 147
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 148
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 150
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 151
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 152
7.4 Composição dos comitês 159
7.5 Relações familiares 162
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 164
7.7 Acordos/seguros de administradores 166
7.8 Outras informações relevantes 168
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 169

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 178
8.3 Remuneração variável 182
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 184
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 188
8.6 Outorga de opções de compra de ações 189
8.7 Opções em aberto 190
8.8 Opções exercidas e ações entregues 191
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 192
8.10 Outorga de ações 193
8.11 Ações entregues 194
8.12 Precificação das ações/opções 195
8.13 Participações detidas por órgão 196
8.14 Planos de previdência 197
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 198
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 199
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 201
8.18 Remuneração - Outras funções 202
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 203
8.20 Outras informações relevantes 204
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 205
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 206
9.4 Outras informações relevantes 207
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 208
10.1 Descrição dos recursos humanos 209
10.2 Alterações relevantes 210
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 211
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 212
10.5 Outras informações relevantes 214
11. Transações com partes relacionadas
11.1 Regras, políticas e práticas 215

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas 217
11.2 Itens 'n.' e 'o.' 226
11.3 Outras informações relevantes 230
12. Capital social e Valores mobiliários
12.1 Informações sobre o capital social 231
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 233
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 234
12.4 Número de titulares de valores mobiliários 235
12.5 Mercados de negociação no Brasil 236
12.6 Negociação em mercados estrangeiros 237
12.7 Títulos emitidos no exterior 238
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 239
12.9 Outras informações relevantes 240
13. Responsáveis pelo formulário
13.0 Identificação 241
13.1 Declaração do diretor presidente 242
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores 243
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores 244

1.1 Histórico do emissor

O nome Kalunga, que em dialeto banto africano significa “Tudo de Bom”, foi ouvido pela primeira vez em maio de 1972, quando por iniciativa de Damião Garcia - pai dos acionistas controladores, Paulo Garcia e Roberto Garcia - começava a história da Companhia por meio de uma pequena papelaria na Rua Vergueiro, no bairro da Vila Mariana, na cidade de São Paulo. No início da década de 80, a Companhia passou por um movimento de crescimento e ganhou repercussão nacional com o patrocínio do Sport Clube Corinthians Paulista, cujo uniforme estampou a marca “Kalunga” por mais de 10 anos, tornando-se um case de sucesso. Ainda na mesma década, no ano de 1988, os acionistas controladores da Companhia adquiriram ativos da gráfica pertencente ao Centro Salesiano de Desenvolvimento Social e Profissional, criando assim a Spiral do Brasil Ltda. (“Spiral”) com o objetivo de dar início à linha própria de produção de cadernos e suprimentos de escritório.

Nos anos 90, que foram um marco da evolução tecnológica no país, a Companhia passou a atuar com foco na categoria informática e começou a migrar das atividades de atacado para o varejo. Nessa década, a Companhia realizou investimentos em tecnologia e modernização, acompanhando a evolução do autosserviço, e passando a ter lojas com aplicação interligadas em tempo real. No final dos anos 90 foi inaugurado o website “Kalunga.com” e, a partir de 2001, a Companhia passou a atuar como loja virtual (e-commerce), iniciando o processo de omnicanalidade.

Em 2004, a rede da Companhia contava com 29 lojas na região sudeste do Brasil. Para apoiar seu crescimento foi inaugurado um moderno Centro de Distribuição em Barueri, no Estado de São Paulo, em 2009, com alto investimento em equipamentos e softwares de gestão (WMS), tornando a operação altamente digitalizada.

Em 2010, iniciou-se o processo de mudança de comunicação, reposicionamento da marca e identidade visual das lojas com renovação total das fachadas, layout interno, mobiliário, visual merchandising e outras inovações que transformaram a apresentação das lojas com um modelo replicável para implantação nas grandes redes de shopping centers. No ano de 2011, a Companhia lançou seu aplicativo de forma a oferecer mais um canal de vendas para seus clientes.

Em 2013, a Companhia comemorou um novo marco ao atingir o número de 100 lojas físicas e em 2015, deu início às atividades de Copy & Print, uma gráfica rápida, com foco no encadernamento e impressão.

Como parte da estratégia da Companhia, foi celebrado em 29 de outubro de 2020 um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral, por meio do qual o controle da Spiral será transferido dos acionistas controladores à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, superada tal condição, a transferência estará concluída e em vigor na data em que for realizado o fechamento da operação, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral, fazendo com que todo e qualquer investidor que subscreva/adquira ações no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia tenha participação na Companhia já com a Spiral como sua subsidiária.

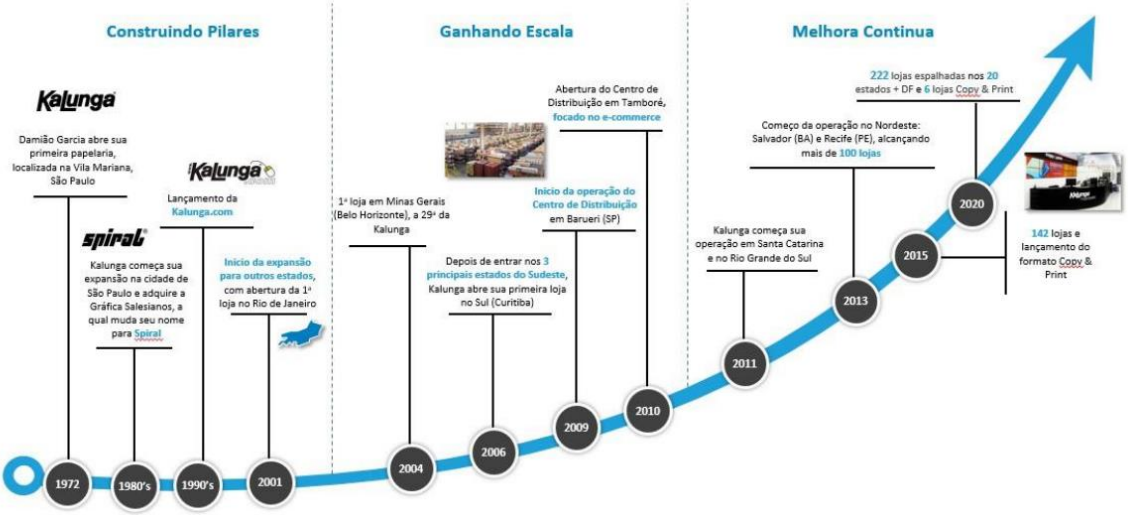
Para mais informações a respeito da transferência do controle da Spiral para a Companhia, vide item 3.3 deste Formulário de Referência.

Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

1.1 Histórico do emissor

A linha do tempo abaixo descreve os principais acontecimentos da história da Companhia.



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral

A Companhia é a líder absoluta em vendas com 13,1%[1] de *market share* nacional no segmento de suprimentos para escritório e material escolar, mercado altamente fragmentado de, aproximadamente, R$17,6 bilhões[3] em 2019, em que esta participação de mercado confere à Companhia liderança isolada no segmento, segundo dados do Euromonitor International. A Companhia é uma plataforma de soluções de suprimentos para escritório e material escolar com grande abrangência no Brasil, seja em canais de venda, cobertura geográfica, sortimento ou oferta de produtos e serviços, operando em um ecossistema que conta com 221 lojas em 20 Estados e no Distrito Federal, e canais digitais operando em completa omnicanalidade *(omnichannel)*[2].

A Companhia acredita que a marca Kalunga é uma das mais reconhecidas do setor, sendo referência no setor e um sinônimo da categoria de suprimentos para escritório e material escolar, estando posicionada de forma única para aproveitar as oportunidades apresentadas pelo mercado brasileiro de suprimentos para escritório e material escolar, o 2º maior mercado do mundo em 2019, de acordo com dados da Euromonitor International[3], mercado este caracterizado por alto crescimento, resiliência em cenários de crise ou desaceleração econômica e alta fragmentação no ambiente competitivo.

Por meio de seu portfólio diversificado e complementar de produtos, a Companhia consegue cobrir uma ampla gama de necessidades dos mais variados consumidores individuais e empresas. Com mais de 13 marcas próprias, a Companhia foca no fornecimento de produtos e soluções para ambientes corporativos, escolares ou domésticos. Além disso, a Companhia conta com uma numerosa rede de parceiros, incluindo, aproximadamente, 550 fornecedores e mais de 60 marcas licenciadas, dos mais variados ramos. A Companhia comercializa mais de 15 mil itens de marcas reconhecidas e de diversas categorias como escolar, escritório, organização, informática, escrita, *Coffee Break* (capsulas de café, alguns tipos de chá, bolachas e outros produtos alimentícios típicos de reuniões corporativas), móveis, entre outras, disponibilizadas por meio dos canais de lojas físicas e digitais (incluindo o e-commerce Kalunga.com ou televendas).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve receita líquida de vendas de R$2.369,4 milhões e um EBITDA Ajustado de R$385,7 milhões (atingindo uma Margem EBITDA Ajustado de 16,3%). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve receita líquida de vendas de R$2.054,5 milhões e um EBITDA Ajustado de R$269,9 milhões (atingindo uma Margem EBITDA Ajustado de 13,1%). Já no exercício social encerrado em 31 dezembro de 2020, a Companhia obteve uma receita líquida de vendas de R$1.809,2 milhões e um EBITDA Ajustado de R$205,8 milhões (atingindo uma Margem EBITDA Ajustado de 11,4%).

A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, possuía um portfólio com 221 lojas próprias, crescimento de 27,0% frente ao portfólio de lojas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 (de 174 lojas), instaladas em *shopping centers* e pontos estratégicos de rua, distribuídas em cerca de 100 cidades de 20 Estados brasileiros, além do Distrito Federal, totalizando uma área total de vendas de cerca de 160 mil metros quadrados e lojas com uma média de 717 m².

Linha do Tempo

O nome Kalunga, que em dialeto banto africano significa “Tudo de Bom”, foi ouvido pela primeira vez em maio de 1972, quando por iniciativa de Damião Garcia - pai dos acionistas controladores, Paulo Garcia e Roberto Garcia - começava a história da Companhia por meio de uma pequena papelaria na Rua Vergueiro, no bairro da Vila Mariana, na cidade de São Paulo. No início da década de 80, a Companhia passou por um movimento de crescimento e ganhou repercussão nacional com o patrocínio do Sport Clube Corinthians Paulista, cujo uniforme estampou a marca “Kalunga” por mais de 10 anos, tornando-se um case de sucesso. Ainda na mesma década, no ano de 1988, os acionistas controladores da Kalunga adquiriram ativos da gráfica pertencente ao Centro Salesiano de Desenvolvimento Social e Profissional, criando assim a Spiral do Brasil Ltda. (“Spiral”) com o objetivo de dar início à linha própria de produção de cadernos e suprimentos de escritório.

[1] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.
[2] Capacidade de integralizar todos os canais de venda, oferecendo experiência similar aos clientes em todos eles.
[3] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD de 2019, termos atuais de 2019.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nos anos 90, que foram um marco da evolução tecnológica no país, a Companhia passou a atuar com foco na categoria informática e começou a migrar das atividades de atacado para o varejo. Nessa década, a Companhia realizou investimentos em tecnologia e modernização, acompanhando a evolução do autosserviço, e passando a ter lojas com aplicação interligadas em tempo real. No final dos anos 90 foi inaugurado o website "Kalunga.com" e, a partir de 2001, a Companhia passou a atuar como loja virtual (e-commerce), iniciando o processo de omnicanalidade.

Em 2004, a rede da Companhia contava com 29 lojas na região sudeste do Brasil. Para apoiar seu crescimento foi inaugurado um moderno Centro de Distribuição em Barueri, no Estado de São Paulo, em 2009, com alto investimento em equipamentos e softwares de gestão (WMS), tornando a operação altamente digitalizada.

Em 2010, iniciou-se o processo de mudança de comunicação e *marketing*, reposicionamento da marca e identidade visual das lojas com renovação total das fachadas, layout interno, mobiliário, visual *merchandising* e outras inovações que transformaram a apresentação das lojas com um modelo replicável para implantação nas grandes redes de *shopping centers*. No ano de 2011, a Companhia lançou seu aplicativo para celular de forma a oferecer mais um canal de vendas para seus clientes.

Em 2013, a Companhia comemorou um novo marco ao atingir o número de 100 lojas físicas e em 2015, deu início às atividades de Copy & Print, uma gráfica rápida, com foco no encadernamento e impressão.

Como parte da estratégia de crescimento da Companhia, foi celebrado, em 29 de outubro de 2020, um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral, por meio do qual o controle da Spiral será transferido à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito de uma oferta pública inicial de ações da Companhia a ser realizada.

Operação

O varejo especializado de suprimentos para escritório e material escolar no Brasil tem como principal característica a alta fragmentação e pouca integração entre canais físicos e digitais, o que a Companhia acredita garantir lhe uma vantagem competitiva considerando sua ampla oferta de produtos e serviços, omnicanalidade e larga escala. Seu modelo de negócio foi adaptado para melhor atender o cliente, contando com lojas que oferecem uma experiência completa e integrada com seus canais digitais. Atualmente, a Companhia opera por meio dos seguintes canais:

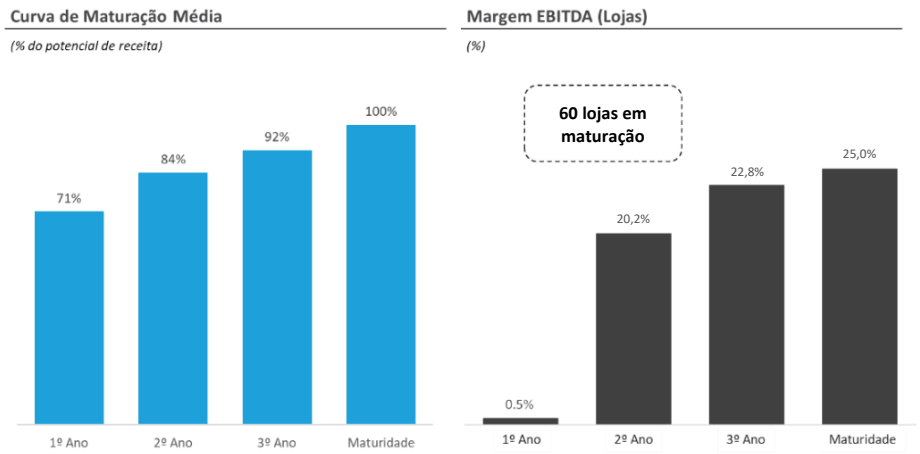
Lojas Físicas. Todas as 221 lojas físicas da Companhia estão localizadas em áreas com alto fluxo de clientes, em cidades com mais de 150 mil habitantes[4], com um total de mais de 19 mil unidades de manutenção de estoque ("SKUs"), variando de 371 m² até 1.828 m². Do total de lojas, cerca de 70% estão localizadas em *shopping centers* & *mini malls*, com um tamanho médio de 676 m². O saldo restante das lojas, são lojas de ruas, com um tamanho médio de 808 m². As lojas Kalunga possuem perfil e infraestrutura semelhantes. A loja padrão opera com, em média, 7 aparelhos de *self-checkout*, 17 funcionários e estacionamento para clientes. Em 31 de dezembro de 2022, do portfólio de 221 lojas da Companhia, 215 lojas possuíam estacionamento para os clientes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida de vendas das lojas físicas totalizou R$1,9 bilhão (R$1,6 bilhão e R$1,4 bilhão nos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente).

A Companhia desenvolveu, ainda, um modelo de loja menor, com tamanho de 300 m² a 400 m², adequada para cidades com 100 mil a 150 mil habitantes, a serem operadas com 4 aparelhos de *self-checkout* e 8 a 10 funcionários. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 2 lojas com esse padrão e, conforme previsto em seu plano de negócio, buscará também expandir geograficamente com esse formato de loja, de maneira complementar às lojas do padrão atual nas cidades acima de 150 mil habitantes.

[4] Com exceção das lojas de Assis/SP e Balneário Camboriú/SC, cidades com 105 mil e 149 mil habitantes respectivamente, segundo dados do IBGE, que, no entanto, possuem regiões de influência que superam 150 mil habitantes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Um fator chave do sucesso altamente replicável do modelo de negócios de lojas físicas da Companhia reside na curva de maturação acelerada de suas lojas, atingindo a maturidade em 4 anos, sendo as mesmas capazes de alcançar, aproximadamente, 71% de maturidade de receita no primeiro ano, 84% de maturidade no segundo ano e 92% de maturidade após o terceiro ano. Além disso, com 60 lojas em processo de maturação em 31 de dezembro de 2022[5], a tendência é que haja um crescimento de EBITDA para os próximos anos. Os gráficos abaixo indicam o comportamento típico da curva de maturação e da Margem EBITDA nos respectivos anos de evolução das novas lojas:



Fonte: Companhia

Copy & Print. Buscando proporcionar um atendimento diferenciado, desde 2015, a Companhia passou a oferecer os serviços gráficos *Copy & Print* no modelo *shop-in-shop*, prestando serviços de alta qualidade e eficiência no processo de customização de produtos impressos, tais como: impressões de fotos; impressões em gerais, incluindo de planta baixas; encadernações; produção de banners e cartões de visitas; entre outros serviços de gráfica rápida. Atualmente, a Companhia opera com esse modelo em 6 de suas 221 lojas. Oferecendo inúmeras possibilidades na produção de materiais gráficos, o *Copy & Print* atende públicos de diferentes perfis e segmentos: desde pessoas físicas, passando por empreendedores, pequenos e médios empresários até grandes corporações e multinacionais. A operação da *Copy & Print* ocupa umaárea média de 70 m², incluindo a área de produção e a área de atendimento. No exercício socialencerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida da *Copy & Print* totalizou R$3,9 milhões(R$2,6 milhões e R$1,9 milhão nos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente).

Canais Digitais. Além da presença nacional por meio das lojas físicas, a Companhia também conta com um canal de vendas digital composto pelo seu *e-commerce* Kalunga.com, aplicativo para smartphones, televendas, *ship from store*, *Online Partner Store* (operação em que fornecedores (i.e. HP, Brother, BIC, Faber-Castell, Epson, Duracell, Spiral, Yon e Disney Festas) conferem à Companhia toda a gestão das suas operações de *e-commerce*) e os quiosques da Kalunga.com presentes em todas as lojas físicas. Desde o lançamento do site da Kalunga.com na década de 90, o canal já estava estruturado como uma plataforma *omnichannel*, integrando, portanto, a experiência de compra *online* e *offline* dos clientes e ampliando o atendimento diferenciado proporcionado em suas lojas físicas, aliando o sortimento completo de produtos com a conveniência e agilidade dos canais digitais. Por meio deseu site, a Companhia explora as possíveis interações entre seus diferentes canais de atendimento ao cliente, possibilitando a consulta de produtos e endereços das lojas, histórico de compras, acompanhamento de pedidos, emissão de segunda via de nota fiscal e outros serviços, além de oferecer uma experiência de compra segura e de qualidade aos seus clientes.

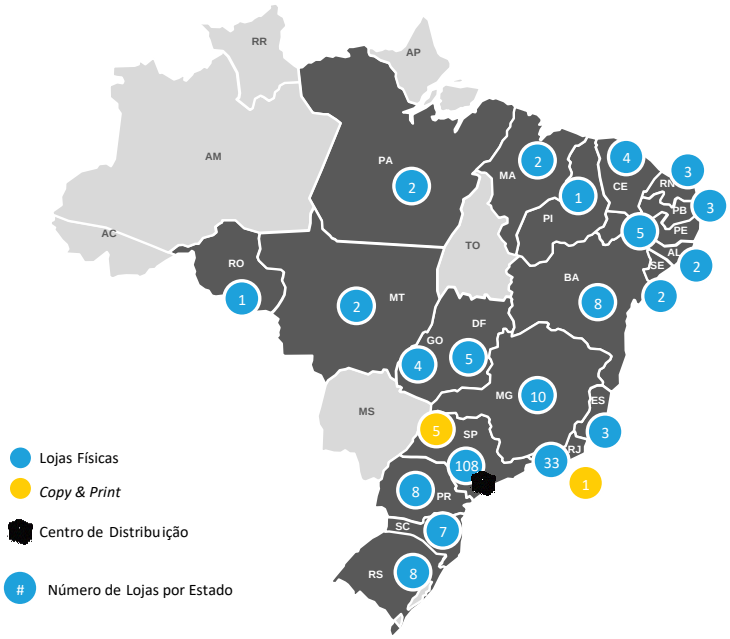
5 Dado que o ano de 2020 por conta da pandemia do COVID-19 foi tão atípico, desconsideramos o ano para fins dessa análise, considerando todas as lojas abertas a partir de 01/01/2018 como ainda em período de maturação.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o canal digital obteve um total de 3,0 milhões de visitantes únicos mensais e contou com uma média mensal de aproximadamente 22,7 milhões de visualizações. Este canal de vendas segue com uma alta representatividade nas vendas da Companhia, atingindo R$452,5 milhões de receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (representando 19,1% da receita líquida total da Companhia). Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o número de pedidos foi de 1,3 milhão, mantendo um alto número de pedidos impulsionado pelo aumento na frequência de compra e novos clientes, sobretudo por conta das restrições à circulação impostas por medidas governamentais no combate à pandemia da COVID-19. Consequentemente, o canal de vendas digital da Companhia representou 19,1% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representativida semelhante à do exercício de 2021, quando representou 20,1%.

Para suportar as operações das lojas físicas e canais digitais, a Companhia conta, ainda, com 3 centros de distribuição, com área total superior a 62 mil metros quadrados. Os centros de distribuição estão localizados em terrenos contíguos e no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Barueri, e incluem: (i) um centro de logística destinado a atender as lojas físicas de todo o Brasil, com mais de 15 mil SKUs e área total de mais de 43 mil metros quadrados; (ii) um centro de logística direta de clientes, atendendo pedidos feitos pela internet, compras via telefone e compras B2B, com mais de 19 mil metros quadrados de área total e com um total de 14,5 mil SKUs; e (iii) um centro de logística reversa, responsável pelo manuseio de retornos, com aproximadamente 2 mil metros quadrados de área, atendendo as lojas físicas e todos os canais digitais.

A imagem abaixo apresenta a distribuição geográfica das lojas físicas e centros de distribuição da Companhia em 31 de dezembro de 2022.



Fonte: Companhia

Os centros de distribuição operam um sistema de gestão integrado denominado *warehouse management system* ("WMS"), que possibilita o monitoramento de todo o recebimento de mercadorias dos fornecedores da Companhia, controle do estoque, endereçamento dos volumes, expedição das mercadorias, reposição parametrizada e emissão de documentos. O sistema WMS proporciona uma maior agilidade e gestão da operação logística, visando a uma maior eficiência operacional e financeira e excelência no atendimento aos clientes. A Companhia opera com renomadas transportadoras do ramo logístico e uma equipe treinada para gestão desses terceirizados, rastreamentos dos pedidos e demais controles necessários.

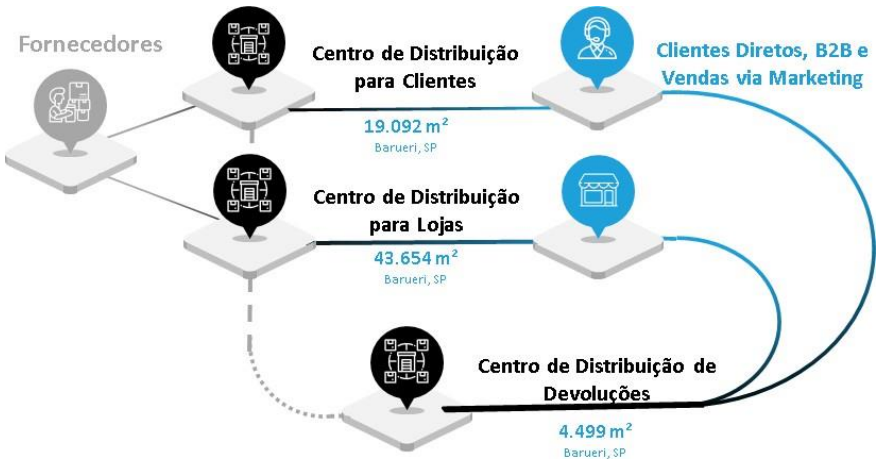
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Atualmente, além da Companhia, o grupo Kalunga conta com os serviços e produtos da Spiral, indústria gráfica focada na produção e importação de cadernos e de toda a linha de papelaria para abastecimento exclusivo das lojas Kalunga. A Spiral conta com uma moderna planta localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde é realizada a produção de seus produtos. A fábrica possui 14.516 metros quadrados e tecnologia de ponta, sendo capaz de produzir 15 mil toneladas de produtos (material escolar e suprimentos para escritório) por ano e abastecer, de forma exclusiva, a Companhia.

A Companhia atua em todos os elos da cadeia produtiva, desde a definição do *mix* de produtos, passando pela aprovação das novas lojas, gerenciamento de toda a cadeia de suprimentos, incluindo homologação de fornecedores, programação de produção (por meio da Spiral), operações logísticas de abastecimento de lojas e satisfação dos clientes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 97% das entregas (considerando entregas expressas e comuns) foram realizadas no prazo informado e 90% dos nossos clientes comprariam novamente, de acordo com dados da e-Bit/Nielsen. Nossos indicadores nos levam a ter o prêmio de loja diamante, o mais alto prêmio reconhecido pelo EBIT (Nielsen).

A estrutura de logística com centrosde distribuição especializados permite uma capacidade maior de entrega e maior eficiência quando comparada com competidores do setor. Esse esquema de logística avançado estáapresentado na dinâmica abaixo:



Fonte: Companhia

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia são apresentados na tabela a seguir, com seus respectivos períodos indicados:

	Em e/ou exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ milhões)	**2022**	**A.H.**	**2021**	**A.H.**	**2020**
Receita Líquida	2.369,4	15,3%	2.054,5	13,6%	1.809,2
Lojas Físicas	1.913,0	16,7%	1.639,1	19,0%	1.377,1
Canal Digital	452,5	9,6%	412,8	-4,0%	430,2
Copy & Print	3,9	50,1%	2,6	36,8%	1,9
Lucro Bruto	923,2	18,4%	739,9	18,4%	624,7
Margem Bruta	39,0%	3,0p.p	36,0%	1,5p.p	34,5%
Lucro Líquido	95,2	92,4%	49,5	-1933,3%	(2,7)
Margem Líquida	4,0%	1,6p.p	2,4%	2,6p.p	-0,2%
EBITDA[(1)]	385,7	43,9%	293,0	43,9%	203,6
Margem EBITDA[(2)]	16,3%	3,0p.p	14,3%	3,0p.p	11,3%
EBITDA Ajustado[(3)]	358,7	31,2%	269,9	31,2%	205,8
Margem EBITDA Ajustado[(4)]	16,3%	3,2p.p	13,1%	1,7p.p	11,4%
Dívida Líquida[(5)]	480,8	-28,1%	668,7	-11,5%	755,3
Patrimônio Líquido	133,5	172,7%	48,9	-68,3%	154,4
Indicadores Operacionais					
Vendas das mesmas lojas	18,5%	42,9p.p	17,9%	42,9p.p	-25,0%
Número de lojas	221		222		223
Estado onde está presente	20 + DF		20 + DF		20 + DF

(1) O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos arrendamentos (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado (i) para excluir o ganho de créditos extemporâneos de PIS e COFINS; e (ii) por despesas não recorrentes (ie. honorários de sucesso). O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da conciliação do lucro (prejuízo) líquido com o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(5) Calculamos a Dívida Líquida da Companhia como a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

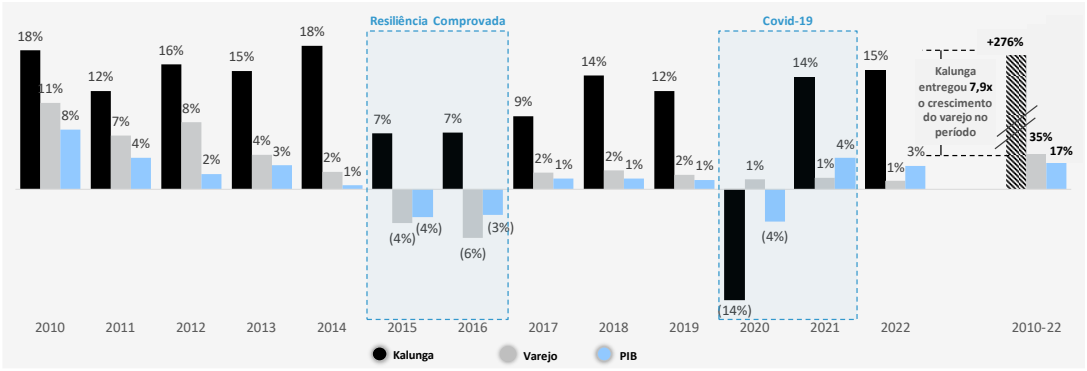
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Vantagens Competitivas

O que diferencia a Companhia de seus demais concorrentes é o conjunto de vantagens competitivas que possui, que, somada às novas iniciativas que tem buscado, contribuem para que ela tenha uma posição de destaque dentro da indústria varejista:

Resiliência do modelo de negócios, combinando qualidade na execução com rentabilidade. A Companhia acredita que possui um modelo de negócios resiliente, pautado na qualidade de sua execução e capaz de aumentar a rentabilidade da Companhia mesmo em períodos de crises macroeconômicas. Nos anos de 2015 e 2016, a Companhia comprovou a resiliência do seu modelo de negócios frente a uma conjuntura macroeconômica desafiadora. Enquanto o PIB e o setor de varejo no Brasil apresentaram variações anuais negativas, a Companhia apresentou crescimento significativo. Se analisado o período entre 2010 e 2022, nota-se que o crescimento da receita bruta acumulado da Companhia foi de 276%, muito superior à variação real do PIB e à média do setor varejista no Brasil no mesmo período, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

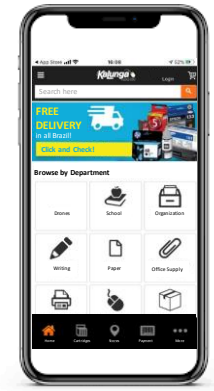
Comparação de Crescimento Anual – Kalunga vs. Varejo Brasileiro

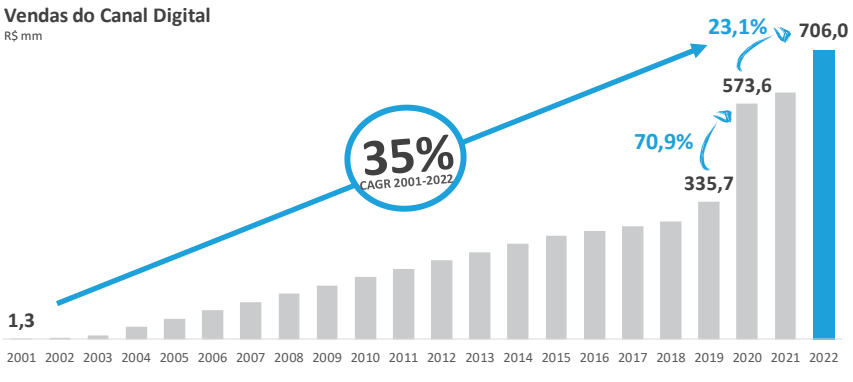


Fonte: Informações da Kalunga e SBVC (O Papel do Varejo na Economia Brasileira – 2022) para dados do mercado

A resiliência da Companhia também pode ser destacada ao se avaliar a relação entre o indicador de vendas nas mesmas lojas ("Same Store Sales" ou "SSS"). Em 2022, apesar de ainda ter sofrido os efeitos adversos da pandemia do COVID-19 o SSS foi de 18,5%.

Cultura digital e Omnichannel. Desde o lançamento do site da Companhia, na década de 90, marcando o início da migração do consumo *offline* para o *online*, forte tendência observada nos últimos anos, a Companhia buscou sempre maximizar as sinergias entre os dois canais, atentando- se sempre à integração entre o varejo físico e digital. Esse cenário permitiu que o *e-commerce* passasse a ser visto como uma grande alavanca de crescimento da Companhia, fazendo com que a Companhia trabalhasse na construção de uma plataforma *Omnichannel* (i.e., visando a total integração entre a experiência *online* e *offline* do cliente). De 2001 a 2022, a receita bruta do canal digital cresceu a um CAGR de 35% a.a., como pode-se observar no gráfico a seguir.





Fonte: Companhia

Nota: Considera receita advinda dos OPS (*Online Partner Store*) e do Televendas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia implementa estratégias *Omnichannel* há mais de 20 anos, tendo inclusive, implementado, em 2013, o *Omnichannel Full*, permitindo que o cliente possa receber produtos remetidos dos centros de distribuição ou de uma loja próxima (*shipping from store*), possa retirar os produtos diretamente na loja de sua preferência (*store pick-up)* e possa adquirir por meio do quiosque localizado em qualquer de uma das lojas e retirar na própria loja (*kiosk to store*) ou receber o produto na comodidade da sua casa. A Companhia está focada em proporcionar aos seus clientes uma experiência de compra fácil, eficiente, segura e completa, integrando os estoques de centros de distribuição e lojas físicas, promovendo uma facilidade para o cliente transitar entre os canais *online* e *offline*.

E-commerce. O *e-commerce* atingiu um sólido crescimento nos últimos anos e tem, cada vez mais, contribuído para o resultado operacional da Companhia, oferecendo aos seus clientes uma experiência de compra com entrega expressa, sendo que mais de 97% de suas entregas (considerando entregas expressas e comuns) foram realizadas sem atrasos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, fator que a Companhia entende ser levado em consideração pelos consumidores na dinâmica do mercado atual. Além disso, o *website* da Companhia (Kalunga.com) contou com uma média mensal de, aproximadamente, 22,7 milhões de visualizações em 2022. No período de volta às aulas em janeiro de 2022, esse número ultrapassou 37,5 milhões de visualizações. A Companhia possui alto nível de satisfação de seus clientes, com mais de 90% dos clientes online se caracterizando como "prováveis" no que diz respeito à recorrência de compras online, com base em pesquisa realizada em 31 de dezembro de 2022 pela e-Bit/Nielsen. De seus 3,0 milhões de visitantes únicos mensais, 1,7 milhão acessam o site via celular e 1,3 milhão via computador, respectivamente em dezembro de 2022. Mesmo tendo restrições de funcionamento nas lojas físicas ao longo do ano de 2022 por conta da pandemia do COVID-19, a Companhia conseguiu manter seus níveis de lucratividade, considerando que a sua plataforma de *e-commerce* estava pronta para absorver um incremento da receita bruta de 110,3% (quando comparado a 2019) sem haver qualquer interrupção na sua operação.

Store pick-up: Criado em agosto de 2019 e presente em 100% das lojas da Companhia, o *store pick-up* garante que o cliente que realizar a compra por meio do *e-commerce* possa retirar o produto diretamente na loja física de sua escolha no período de até 1 hora.

Quiosque Kalunga (Prateleira infinita): O Quiosque Kalunga, presente em 100% das lojas Kalunga, permite que a indisponibilidade de estoque de determinado produto em uma loja física seja suprida pelo estoque total da Companhia (seja do centro de distribuição ou de outra loja física). O produto é entregue diretamente no endereço do cliente, sem custo adicional de frete. Esta estratégia eleva a conversão de vendas, uma vez que possibilita o cliente acessar o estoque completo da Companhia, não se limitando apenas ao estoque físico de determinada loja.

Modelo de Assinaturas: a Companhia conta com uma ferramenta de assinatura, garantindo aos assinantes compras automáticas de itens recorrentes. Por meio de site da Companhia, os clientes, tanto pessoa jurídica como pessoa física, conseguem selecionar quais são os itens que desejam comprar e em que periodicidade desejam recebê-los. A seleção dos itens e a periodicidade é administrada pelo próprio cliente através do site da Companhia. O site informa automaticamente o Centro de Distribuição via sistema, que faz a separação e a entrega dos itens no endereço selecionado pelo cliente.

Televendas: a Companhia atua por meio de uma equipe de cerca de 40 funcionários (data base de 31 de dezembro de 2022), com dedicação exclusiva a esse canal e com treinamento específico voltadopara o atendimento de empresas, podendo disponibilizar aos clientes da Companhia um sistemapersonalizado para controle e administração de compra.

Online Partner Store (OPS): operação do site de seus parceiros (tais como HP, Brother, BIC, Faber-Castell, Epson e Duracell, Yon e Disney Festas), incluindo a administração de *banners*, promoções, otimização para motores de busca – SEO (*search engineoptimization*), mídia digital e pós-vendas, aproveitando a força das marcas de tais parceiros e integrando-as com a tecnologia da Companhia e sua expertise no *e-commerce*, a Companhia foi capaz de criar um modelo de parcerias com alta rentabilidade. Desta forma, a Companhia captura uma receita adicional pois se alavanca no tráfego de internet das marcas de seus parceiros, fortalece a relação com os principais fornecedores, além de agregar novos SKUs a serem ofertados tanto no *e-commerce* da Kalunga quanto no do parceiro. A Companhia acredita que essa operação também é extremamente vantajosa para os fornecedores, visto que vendem mais produtos para a Companhia ao mesmo tempo em que terceirizam a operação logística e de administração do site para a Companhia, que é responsável pela entrega dos produtos (feita, em média, em até 2 dias úteis).

O reconhecimento por parte dos fornecedores da excelência na gestão e capacidade tecnológica

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

da Companhia pode ser comprovada pelo OPS de tantos *players* de tecnologia (notadamente HP, Brother e Epson), conferindo assim à Companhia toda a gestão das suas operações de *e-commerce*, no modelo de *full commerce*. O fato de a Companhia operar um modelo de OPS com alguns de seus principais fornecedores também fornece uma camada adicional de segurança à manutenção dos contratos de fornecimentos com os parceiros.

As atividades de OPS tiveram início com a HP em outubro de 2019, desde então foram lançados as operações de *e-commerce* da Brother, Spiral, BIC, Faber-Castell, Epson, Duracell, Yon e Disney Festas, gerando R$81,1 milhões de receita bruta para a Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, as parcerias de OPS haviam adicionado 556 SKUs aos 956 SKUs que a Companhia operava antes da parceria. Além desses parceiros, a Companhia possui negociações avançadas com outras empresas, fornecedores ou não, para replicar o modelo de operação de site de parceiros.

Spiral como forma de geração de valor para toda a cadeia. A Spiral é responsável pela fabricação e importação de itens de papelaria, tais como cadernos, mochilas e material de escritório. Todos os produtos são comercializados exclusivamente pela Companhia, e estão presentes no seu portfólio desde 1988, ano de fundação da marca. A capacidade de produção anual da Spiral é de 15 mil toneladas e cerca de 1.400 SKUs, considerando apenas os itens nacionais produzidos pela Spiral, vendidos nas lojas Kalunga por meio de 15 diferentes categorias de produtos. Além disso, a Companhia se esforça para assegurar um alto padrão de qualidade por meio de um controle completo do processo de produção da Spiral. Para mais informações acerca do processo de produção da Spiral, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia acredita que a sua experiência na operação de varejo lhe permite gerir com eficiência o risco operacional da Spiral, ajustando a produção aos níveis de demanda apresentados e acompanhando novas tendências do setor, o que permite que a Companhia se beneficie, via integração vertical, tanto da margem da indústria, quanto da do varejo. A aquisição do controle da Spiral pela Companhia nos termos descritos acima está em linha com os benefícios auferidosdas operações da Spiral. Para mais informações a respeito dos riscos relacionados à Spiral, vide "*A oferta pela Companhia de produtos e serviços de marca própria de entidades do grupo econômico da Companhia expõe a Companhia a riscos que podem resultar em aumento de seu custo e prejudicar a reputação da Companhia*", no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Fidelização de clientes devido à marca de forte reconhecimento e à qualidade premiada de seus produtos e serviços. A marca Kalunga tem tradição e amplo reconhecimento pelos consumidores brasileiros, sendo referência para materiais escolares e de escritório. A Companhia entende que a identificação imediata de sua marca e sua correlação com produtos de qualidade reforça a lealdade de seus clientes, contribuindo para seu crescimento e resiliência. De acordo com a pesquisa de Top of Mind do EBIT divulgada no terceiro trimestre de 2020, a Companhia passou a ser a quinta colocada no ranking nacional de loja mais lembrada para as compras online, crescendo 8 posições em relação ao trimestre anterior e 15 posições em relação ao terceiro trimestre de 2019.

Além disso, a Companhia acredita que uma das suas forças é o engajamento que tem com seus clientes nas suas principais redes sociais. A Companhia alcançou mais de 573 mil curtidas e mais de 581 mil seguidores no Facebook e ultrapassou mais de 10,9 milhões de interações com o público até o dia 17 de maio de 2023. No Instagram, ultrapassou 587 mil seguidores até 18 de maio de 2023 e atingiu a marca de 7,1 milhões de interações entre curtidas, comentários e marcações nessa rede social durante o esse período de 2023. No Youtube, por sua vez, o impacto é de mais de 101,9 milhões de visualizações, 611 mil horas assistidas e 7,5 mil inscritos, tudo isso acumulado desde a criação do canal até 19 de maio de 2023. No Twitter, a Kalunga acumula cerca de 8 mil seguidores, sendo que nos últimos 28 dias acumulou mais de 18 mil impressões em seus tweets e 1.318 visitas ao perfil. A Companhia acredita que tal engajamento proporciona resultados positivos para a fidelização de clientes e reconhecimento da marca.

A Companhia acredita que os consumidores associam os seus produtos e sua marca à alta qualidade, praticidade, experiência de compra, exclusividade e eficiência. A experiência de consumo se traduz não só no momento da compra, mas também na conexão do cliente com a Companhia, um exemplo dessa conexão e experiência de compra que a Companhia oferece à seus clientes é sua nota no Reclame Aqui, que em 2022 ficou em 8,0, em linha com os principais *marketplaces* em operação no Brasil – para atingir tal métrica a Companhia também foca em atender todos os seus clientes que geram algum tipo de comentário na plataforma, fazendo com que 100,0% das reclamações sejam respondidas. Diferentes gerações compartilham a experiência de visitar as lojas da Companhia no período do início do ano escolar.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Dentre as iniciativas praticadas pela Companhia a fim de gerar maior fidelização de seus clientes podemos destacar a campanha "Volta às Aulas", em janeiro de cada ano. Essa campanha consiste em atrair clientes às lojas e aos canais digitais para ofertar produtos de material escolar para o início de um novo ano letivo, com mais de 40 categorias de produtos em desconto. As vendas da Companhia em janeiro representam 12,1% da receita bruta e tem em média um faturamento 45,6% maior do que os demais meses no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. O departamento de *marketing* da Companhia tem uma função importante nessa campanha, sendo responsável por criar e desenvolver todo o material de publicidade para as lojas, procurar parceiros para divulgar a campanha nos principais meios de comunicação, realizar a divulgação por meio das mídias digitais e sociais, desenvolver as ações promocionais, analisar os impactos/resultados da ação, entre outras responsabilidades. A área comercial/vendas também tem um papel importante nessa campanha sendo responsável por mudar o *layout* da loja para dar mais ênfase aos produtos de material escolar, determinar quais produtos devem ficar nas pontas de gôndolas, estruturar e organizar a loja para atender a demanda, entre outras finalidades. Desta forma, a Companhia consolida a marca Kalunga pelo país, fortalecendo a expansão social e institucional de sua imagem. Como reconhecimento da alta qualidade de seus produtos e serviços, a Companhia conta com diversas premiações nos últimos anos, entre as quais se destacam:

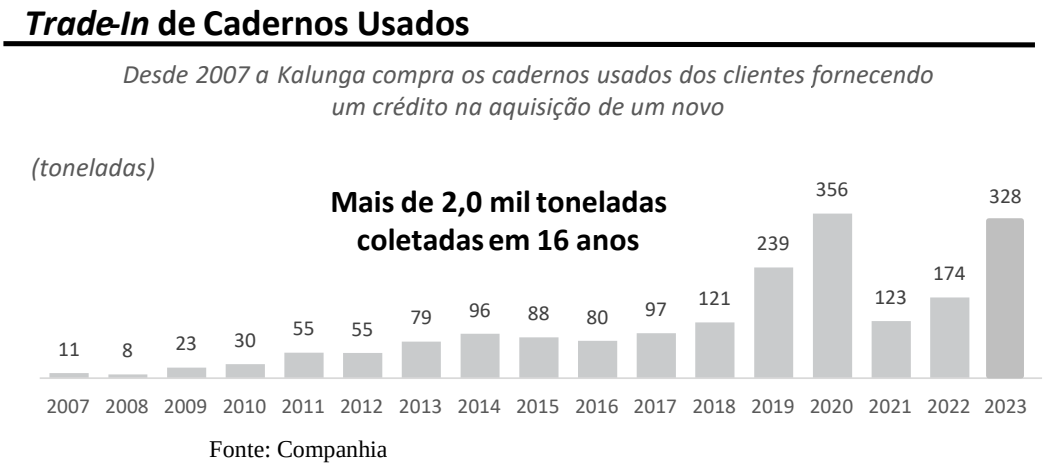
- Obtenção do 3º lugar em um ranking conduzido pela CVA Solutions, como uma das marcas que mais ganhou força de 2017 a 2021;
- A eleição em 2023 (pelo 8° ano consecutivo), pela Folha de São Paulo, como a melhor loja de papelaria em São Paulo;
- Nota máxima nos Ranking de 2019 e 2020 da IBEVAR-FIA, na categoria eficiência dentro do ranking de varejo especializado;
- Prêmio Ebit como 5ª marca "Top of Mind Brand" no quesito vendas on-line, recebido em 2020;
- Prêmio Ebit como 4ª marca "Top of Mind Brand" no quesito Informática, recebido em 2020;
- Prêmio por destaque no varejo pela revista Eletrolar, recebido em 2018; e
- Prêmio Lojista Alshop, nas categorias de livrarias e conveniência, recebido em 2019.

Plataforma de distribuição com ampla capilaridade. A plataforma de distribuição da Companhia consiste em 3 centros de distribuição localizados na cidade de Barueri e 221 lojas localizadas em 20 Estados e Distrito Federal, já que a Companhia utiliza o estoque de suas lojas como mini-centros de distribuição por todo o país. Por meio dessa plataforma, os produtos comercializados pela Companhia atingem cerca de 100 cidades, conferindo ampla capilaridade e cobertura quase nacional, permitindo que a distribuição dos produtos seja realizada de maneira eficiente, com economia deescala, agilidade, flexibilidade e, consequentemente, proximidade e acesso a um maior número declientes dos mais variados perfis e portes.

A Companhia entende que pode se beneficiar desta plataforma de distribuição já consolidada tanto para incluir novos produtos, quanto para expandir suas áreas geográficas de atuação, o que a posiciona de maneira diferenciada para aproveitar o potencial de crescimento orgânico, incluindo a identificação de novos focos de potencial expansão e crescimento no território nacional. Além disso, a Companhia possui uma estratégia clara de melhorias e desenvolvimentos na área de logística deforma a (i) melhorar a satisfação dos clientes com maior eficiência e agilidade nas entregas; (ii) reduzir custos trazendo melhorias de rentabilidade; e (iii) expandir o *footprint* nacional da Companhia, atendendo a regiões estratégicas e em expansão em termos de relevância para as vendas da Companhia. Faz parte da estratégia da Companhia o foco em aumentar a omnicanalidade das operações alavancando cada vez mais na utilização das suas lojas como mini CDs para o atendimento mais rápido aos clientes, alavancando assim no *shipping from store* e no *store pickup*.

Responsabilidade social e práticas sustentáveis. A Companhia acredita no seu poder de transformação e geração de impacto socioambiental positivo. Nesse sentido, assume forte compromisso com a agenda de sustentabilidade, sendo esta uma das prioridades do grupo. A fim de promover a sustentabilidade, a Companhia criou a campanha "Seu caderno usado vale desconto", onde encoraja seus consumidores a promoverem um destino sustentável para os seus materiais usados, oferecendo descontos àqueles clientes que doarem seus cadernos, os quais são destinados para reciclagem. Implementada desde 2007, essa iniciativa foi capaz de coletar mais de 2,0 mil toneladas de folhas de caderno nesse período de 15 anos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia

Além disso, a Companhia promove diversas outras iniciativas sustentáveis que reduzem externalidades negativas, reforçando o seu compromisso socioambiental, como, por exemplo:

(i) Logística reversa para eletrônicos: depósitos instalados dentro das lojas para descarte de eletrônicos que serão enviados posteriormente para reciclagem e reaproveitamento;

(ii) Logística reversa para cartuchos de impressoras: depósitos instalados dentro das lojas, em parceria com a HP e o Projeto HP Plante Partners, para descarte de cartuchos de impressoras que serão enviados posteriormente para reciclagem e reaproveitamento;

(iii) Depósitos para baterias usadas nas lojas: depósitos instalados dentro das lojas para descarte de baterias usadas que serão enviados posteriormente para reciclagem; e

(iv) Programa de troca de impressoras usadas: programa em parceria com a HP que gera descontos aos clientes que doarem equipamentos usados (impressora, scanner, fax ou copiadora) que serão enviados posteriormente para reciclagem e reaproveitamento.

Além disso, a Companhia atua em diversas frentes sociais, participando e patrocinando diversos eventos de cunho social e direcionando seus esforços para criar e fomentar um ambiente de trabalho que valorize a diversidade de gênero, etnia, orientação sexual, crença religiosa, e que respeite as diferenças entre seus colaboradores.

Amplo portfólio de produtos de marcas próprias e por meio de parcerias com terceiros. A Companhia e a Spiral possuem um portfólio extenso de produtos comercializados sob as suas marcas próprias, destacando-se as seguintes: (i) **Spiral**, com capacidade de produção e importação de mais de 1.900 itens diferentes; (ii) **AppTech**, oferecendo produtos e serviços tecnológicos especializados; (iii) **Oval**, especializada em canetas, lápis e lapiseiras; (iv) **Easy Office**, que foicriada pela Spiral em 2011 e produz materiais de escritório; (v) **EasySpace**, focada em estruturas facilitadoras de organizações de escritórios; (vi) **LoopWay**, focada na comercialização de fonesde ouvido e headsets; (vii) **Spiral Digital**, responsável por calculadoras e baterias; (viii) **MGE**, atuando no segmento de malas e pastas; (ix) **Baohua**, produzindo mochilas e malas; (x) **Happytime**, especializada em canetas esferográficas coloridas, específicas para o público jovem;e (xi) **StickNote** e **StickFix**, marcas da Spiral responsáveis por stickers e fitas adesivas.

Além de produtos próprios, a Companhia oferece produtos de terceiros por meio de diversas parcerias, tanto com seus fornecedores, quanto com marcas licenciadas. Contudo, por possuir uma base de fornecedores grande e pouco concentrada (em 31 de dezembro de 2022, seu maior fornecedor representava 14,2% da receita bruta da Companhia), é capaz de operar com maior autonomia e com pouca dependência de seus fornecedores. Além disso, a Companhia tem cerca de 30% de seus estoques adquiridos por meio de um contrato de consignação, diminuindo a sua necessidade de capital de giro. Abaixo, podemos observar a independência da Companhia frente a seus fornecedores:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Principais Fornecedores da Companhia (Percentual da Receita Bruta)

#	Fornecedor	2022
1	Spiral	14,2%
2	HP Brasil	13,2%
3	Epson	6,6%
4	Multilaser	4,1%
5	Sylvamo	3,9%
6	Brother	3,4%
7	AW Faber Castell	3,2%
8	BIC	1,8%
9	Softronic	1,8%
10	Duracell	1,6%

Fonte: Companhia

A Companhia tem, ainda, parceria com mais de 60 marcas licenciadas, dentre as quais incluem-se times de futebol, como Barcelona, Real Madrid e Paris Saint Germain, e produtoras de filmes, como Disney e Marvel, garantindo produtos únicos e exclusivos aos canais de vendas proprietários da Companhia. Essa estrutura possibilita à Companhia ter uma gama variada de produtos, oferecendo uma experiência de compra abrangente aos clientes.

Outro ponto de destaque é o fato de o portfólio da Companhia ser composto, majoritariamente, por categorias em que a Companhia é líder nacional, segundo dados do Euromonitor Internacional, sendo 57,6% de suas vendas brutas advindas das categorias de suprimentos de "escritório" e "papelaria", nas quais há alta recorrência de compra. Categorias onde há maior competição com outros players na visão da Companhia, como "*smartphones*" e "*notebooks*, *tablets* e PCs", respondem por apenas 3,0% e 4,1%, respectivamente, das vendas da Companhia, sendo que a categoria de "*Hardware*" como um todo (incluindo monitores, impressoas e projetores) corresponde a 18,7% das vendas brutas da Kalunga.

Conforme mencionado acima, a recorrência de compra dos clientes da Companhia é outra de suas vantagens, uma vez que é capaz de gerar certa previsibilidade de parte de sua receita. Em média, em um período de 12 meses, mais de R$2,4 bilhões do que a Companhia vende é oriundo de clientes recorrentes da Companhia, ou seja, aqueles que fizeram pelo menos duas compras na Kalunga nos últimos 12 meses.

Eficiência operacional por meio de plataforma de gestão robusta e presença da família fundadora no dia a dia da Companhia. O modelo de negócio da Companhia é pautado no compartilhamento de processos, sistemas e melhores práticas de gestão, gerando, dessa forma, maior eficiência operacional, garantia de uma governança sólida e forte integração entre as diversas áreas de negócios. Assim, a Companhia desenvolveu um sistema de gestão integrado (ERP – *Enterprise Resource Planning*) próprio capaz de conectar os sistemas *online* e *offline*, promovendo eficiência e ganhos de escala. Com o controle em tempo real das vendas efetuadas nos canais de lojas físicas e digitais, a Companhia busca atuar de forma precisa caso identifique quaisquer desvios.

O ERP da Companhia opera em tempo real com as principais informações quantitativas relevantes para tomada de decisões no seu dia a dia. Este sistema armazena históricos que permitem aos gestores acessar informações de vendas de toda a rede, realizar comparativos entre lojas, realizar comparativos de vendas com períodos anteriores, relatórios de *ranking* por linha e categorias de produtos e por fornecedor, fluxos de caixa, entre outras finalidades. Para os gerentes de lojas este sistema possibilita realizar todo o controle de recebimento de mercadoria, controle de estoque, controle de devoluções de mercadorias para o centro de distribuição reverso, controle de vendas, produtividade dos funcionários, dentre outras funcionalidades. A imagem abaixo apresenta umavisão detalhada da estrutura corporativa da Companhia:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fonte: Companhia

Aliado a um sistema eficiente, uma das forças da Companhia é a presença diária da segunda geração da família fundadora no dia a dia da operação, participando ativamente na gestão da Companhia, preservando a cultura Kalunga e contribuindo para a formação de seus futuros gestores.

Com atuação há 50 anos no setor, a administração da Companhia conta com profissionais de grande renome no setor varejista brasileiro, possuindo uma cultura de excelência operacional e disciplina financeira. A Companhia busca sempre desenvolver e fomentar o crescimento interno de seus mais de 4.873 funcionários, garantindo um ambiente favorável para que os mesmos consigam contribuir diretamente nos negócios, participando dos processos de decisão e melhorias de estratégias para soluções de problemas, o que é feito por meio dos programas de treinamento e desenvolvimento, ciclos de *feedback* semestrais e promovendo uma cultura que valoriza jovens talentos.

De modo a concluir todos os pontos mencionados acima, a Companhia acredita que sua operação focada no cliente, com suporte de uma plataforma *omnichannel* completa, um histórico comprovado de abertura de lojas e um processo logístico bem estruturado, fazem dela uma das principais empresas de seu segmento, com vantagens competitivas claras frente aos seus concorrentes, conforme comparativo apresentado no quadro abaixo:

Fonte: Companhia

Estratégia de Atuação

O objetivo da Companhia é fortalecer sua posição no mercado, por meio do aumento de seu *top-line* (faturamento) e melhorias em suas margens, ampliando seu modelo de negócios no longo prazo:

Aproximar-se ainda mais de seus clientes e focar sempre na criação de experiências diferenciadas de compra. Com uma operação focada em seus clientes, a Companhia pretende investir cada vez mais para se aproximar deles, tendo como estratégia não somente o investimento em marketing como também em relações públicas, por meio de investimentos em mídia digital que fortaleçam e potencializem a proximidade da Companhia com seus clientes. A Companhia busca fornecer uma experiência de compra segura e confortável aos seus clientes, nos diversos canais de venda. Nas lojas físicas, o foco é em oferecer uma grande variedade de produtos e serviços para todas as faixas etárias, e nas plataformas digitais o foco é na qualidade dos produtos e na eficiência nas entregas, cumprindo com os prazos e buscando oferecer comodidade aos clientes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia sempre viu o esporte como um possível agente de transformação social, potencializando uma melhoria na saúde e na qualidade de vida das pessoas, aspectos que a Companhia sempre entendeu serem positivos para atrelar à sua marca, como estratégia de aproximação e fidelização de clientes. Desta forma, patrocinou e patrocina várias equipes esportivas, incluindo o time de futebol paulista Corinthians, patrocínio que durou cerca de 10 anos e trouxe projeção nacional à marca Kalunga. Recentemente, a Companhia patrocinou a seleção brasileira masculina de basquete e a seleção brasileira masculina de futebol de areia. Desde 2018, patrocina a equipe de E-Sports Red Canids, possibilitando uma maior proximidade da Companhia com a indústria de vídeo game, que segundo a Euromonitor International faturou US$138,3 bilhões no mundo e R$8,1 bilhões no Brasil, em termos correntes, no ano de 2019[6].

A Companhia atua em diversas frentes, buscando atingir e, eventualmente, fidelizar, o maior número de clientes por meio de suas promoções e eventos. Analogamente, a Companhia participa de diversos eventos focados em responsabilidade social, transmitindo seus valores não apenas dentro do seu dia a dia, mas como também nos ambientes em que está inserida. A Companhia pretende manter seus atuais patrocínios e continuar desenvolvendo iniciativas e parcerias no futuro com o objetivo de atrair e fidelizar um número cada vez maior de clientes.

Promover a expansão dos negócios, monitorando e analisando as potenciais oportunidades de mercado. A Companhia monitora constantemente o segmento de suprimentos para escritório e material escolar no Brasil, e analisa oportunidades estratégicas de expansão que possam vir a complementar seu portfólio de produtos e lojas e gerar valor aos acionistas. Nesse contexto, a Companhia mantém mapeados os segmentos que possam gerar sinergias com aqueles que já oferece, tais como o de jogos, impressões, laptops e smartphones, buscando estar sempre à frente das tendências do mercado, sendo capaz de agir para acompanhá-las e se beneficiar de tais movimentos.

A Companhia busca consolidar sua posição no mercado nacional de impressão (um mercado de R$46,9 bilhões em 2022 segundo a Abigraf) por meio da expansão da marca *Copy & Print*, que oferece impressões de cartões de visita, fotos, adesivos, *banners*, menus, plantas, credenciais, tags, entre outros. Aproveitando-se das estruturas das lojas físicas, a Companhia adaptou o espaço físico para fornecer serviços que possibilitam aumentar o tráfego/recorrência nas suas lojas físicas e estreitar ainda mais suas parcerias com seus principais fornecedores (como HP, Ricoh, Fujifilm, Roland, Lenovo, Alphaprint, Lassane, Heidelberg, Miruna, Efi, Konica Minolta e Spiral), uma vez que possui os mesmos fornecedores tanto para o *Copy & Print* quanto para suas lojas físicas,trazendo assim possibilidades de incremento na rentabilidade da Companhia por metro quadrado.

A Companhia mantém o negócio de *vídeo game* em constante monitoramento, tendo em vista as altas margens oferecidas, seus elevados níveis de recorrência e o potencial que a indústria de vídeo game possui no Brasil, com receita de US$1,75 bilhão em 2020 (sendo o segundo maior mercado de vídeo game na América Latina em 2020, de acordo com dados da Revista Exame). Segundo dados da Revista Exame, 75% dos brasileiros se dizem usuários de jogos eletrônicos. Além disso, o mercado brasileiro ainda representa uma porção pequena (US$2,4 bilhões) dos mais de US$154,7 bilhões que devem representar o mercado de vídeo game global em 2020 (enquanto mercados como cinema devem representar US$7 bilhões e o mercado de cinema e streaming de músicas US$23 bilhões), segundo dados da Euromonitor Internacional[7].

Todos estes fatores conferem um grande potencial de receita para a Companhia, que atualmente conta com cerca de 400 SKUs para categoria de produtos de *vídeo game.* Com um CAGR de 44% de 2016 a 2022, a receita bruta de produtos de vídeo *game* da Companhia aumentou de R$7,6 milhões no exercício de 2016 para R$68,0 milhões no exercício de 2022.

[6] Euromonitor International Limited, Toys and Games in Brazil 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD e moeda local de 2019, termos correntes de 2019.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Continuidade da sua estratégia de crescimento orgânico e consequente expansão do seu portfólio de lojas. No que diz respeito ao seu plano de expansão de lojas físicas, a Companhia pretende continuar expandindo sua presença nacional, sem, contudo, aumentar o risco operacional. Nesse contexto, a estratégia de crescimento orgânico da Companhia possui um histórico de sucesso, tendo aberto um total de 88 novas lojas e fechando apenas 26 no período de 1° de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2022, além de possuir um portfólio 60 lojas em processo de maturação, ou seja, lojas que ainda não atingiram o seu potencial e ainda estão em processo ascendente em relação a quantidade de clientes e as vendas.

A Companhia acredita ser capaz de manter baixo risco operacional, uma vez que por meio de seu modelo de crescimento orgânico evita os tipos dos riscos de execução frequentemente inerentes a operações de fusões e aquisições e possui uma vasta experiência no processo de escolha de pontos comerciais, com relacionamentos de longa data com as principais operadoras de *shopping centers* e corretoras de imóveis no Brasil, por meio de um processo de planejamento da planta das lojas, seguido pela construção e *design* do interior da loja, a fim de garantir a padronização do seu portfólio de lojas.

A expansão das lojas físicas em cidades menores com população entre 100 mil e 150 mil habitantes, por sua vez, conta um potencial de 170 cidades no Brasil. Nesse modelo, há a necessidade de 8 a 10 funcionários por loja, com um total de 6 a 8 mil SKUs dispostos em uma área de 300 a 400 m².

A Companhia pretende, ainda, manter o seu modelo de operação atual, baseado em uma estrutura simples e padronizada, com um projeto arquitetônico padrão e facilmente replicável, e processos administrativos centralizados, em linha com sua vasta experiência nas mais de 221 lojas espalhadas pelo Brasil. A Companhia acredita que tal modelo garante uma maior escalabilidade da operação de lojas físicas, minimizando os impactos de eventos adversos, sendo flexível para ajustes de tamanho e velocidade quando necessário.

Desenvolvimento contínuo de seus canais digitais. No que diz respeito à experiência dos consumidores, a Companhia busca implementar iniciativas que visam sempre a melhorar o atendimento ao cliente, almejando aumentar a variedade de produtos e a conversão de vendas. Para atingir esses objetivos, a Companhia busca sempre melhorar sua plataforma de *e-commerce*, desenvolvendo novas tecnologias e utilizar *Big Data* e *Data Science* como pilares de relacionamento com os seus clientes. Complementarmente, a Companhia mantém e busca reter profissionais de vendas e atendimento ao cliente qualificados que estão focados no desenvolvimento de relacionamentos eficazes.

A Companhia pretende dar continuidade à sua estratégia de *Omnichannel e de Online Partner Store*, utilizando-se de sua expertise em varejo, *e-commerce* e tecnologia para aproveitar a força das marcas desses parceiros, fazendo uso de banners, promoções e mídias sociais, inclusive no pós-venda. Nesse contexto, a Companhia já realiza a operação do *e-commerce* da HP desde outubro de 2019, da Brother desde junho de 2020, BIC e Spiral desde janeiro de 2021, Epson desde abril de 2021, Faber-Castell desde novembro de 2021, Duracell desde dezembro de 2021, Yon desde novembro de 2022 e Disney Festas em fevereiro de 2023 e possui negociações ativas com outros cinco fornecedores, além de estar sempre atenta a oportunidades de parcerias com outras marcas, principalmente nos segmentos de entretenimento, *vídeo game*, materiais para escritório e papelaria.

A Companhia foca em melhorar as suas operações de negócios por meio de novos sistemas, processos mais eficazes e restrição de custos para impulsionar o seu crescimento. Isso inclui obter maiores eficiências em sua cadeia de suprimentos de produtos e outras operações.

Impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

A pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em razão da disseminação da COVID-19, impactou e pode continuar impactando as operações da Companhia, canais de venda e fluxos de caixa. Nesse sentido, a Companhia vem acompanhando diariamente as notícias sobre a pandemia da COVID-19, o desenvolvimento e a distribuição de vacinas, o cronograma de vacinação e sua eficácia e os efeitos sobre a comunidade, empresas e mercados, principalmente em segmentos que possam afetar direta ou indiretamente os seus negócios, bem como seus colaboradores e parceiros.

Com as restrições impostas no país desde o início da pandemia, a Companhia chegou a ter de fechar a totalidade de suas lojas. Com a flexibilização gradual das normas e a retomada paulatina

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

do comércio, a Kalunga também iniciou o processo de reabertura de suas lojas, mas em razão do surgimento da nova variante brasileira do COVID-19 e um aumento na quantidade de internações hospitalares e no número de mortes por COVID-19, estados e cidades brasileiras retomaram medidas restritivas, tais como proibição de atividades não essenciais e *lockdown*, o que fez com que a Companhia fechasse e restringisse novamente o funcionamento de suas lojas físicas. Atualmente a Companhia opera sem nenhuma restrição de horário no funcionamento de suas lojas.

A retração acentuada na economia mundial e demais reflexos poderão impactar os negócios da Companhia devido ao cenário de incertezas, restrições de créditos, aumento no desemprego, falta de matérias-primas e paralização de mão-de-obra e serviços. Todos esses e outros fatores, em conjunto, podem afetar os fluxos de caixa previstos e o plano estratégico da Companhia. A extensão e gravidade de tais efeitos nos negócios da Companhia dependem de eventos futuros altamente imprevisíveis. Para mais informações sobre os impactos da COVID-19 nas atividadesda Companhia e sobre as medidas tomadas pela Companhia em decorrência da pandemia, vide itens 10.1, 10.2 e 10.9 deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

A Administração da Companhia recebe e analisa as informações sobre os resultados operacionais da Companhia, suas projeções de fluxo de caixa, seu desempenho, bem como as decisões de investimento com base nos demonstrativos financeiros da Companhia como um todo. Consequentemente, a Administração entende que por se tratar de uma Companhia com o foco no *omnichannel*, os canais de venda, ainda que diferentes, são intercambiáveis para melhor servir ao cliente. A estratégia da omnicanalidade *(omnichannel)*[1] permite um controle interno integrado, de modo que as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de *marketing* ocorrem de forma centralizada e, portanto, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional.

a. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela abaixo apresenta a receita líquida proveniente do segmento em que a Companhia atua em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(R$ mil, exceto %)	**2022**	**2021**	**2020**
Receita líquida	**2.369.431**	**2.054.498**	**1.809.199**
% de Participação	100,0%	100,0%	100,0%

b. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A tabela abaixo apresenta o lucro (prejuízo) líquido proveniente do segmento em que a Companhia atua em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(R$ mil, exceto %)	**2022**	**2021**	**2020**
Lucro (prejuízo) líquido	**95.203**	**49.487**	**(2.773)**
% de Participação	100,0%	100,0%	100,0%

[1] Capacidade de integralizar todos os canais de venda, oferecendo experiência similar aos clientes em todos eles.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. características do processo de produção

Os produtos comercializados nas lojas da Companhia são adquiridos prontos para venda aos consumidores finais, sendo que seus produtos de marca própria são desenvolvidos e elaborados por parceiros estratégicos que garantem a qualidade desejada mediante processo de produção próprio e contratos de fornecimento robustos.

Quanto à Spiral, cuja aquisição está pendente de conclusão conforme item 10.3, esta representou 14,5% das vendas de produtos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, sendo que cerca de 43% são produzidos pela própria Spiral e 57% são importados de produtores chineses. A Spiral é responsável pela fabricação e importação de itens de papelaria, tais como cadernos, mochilas e material de escritório. Todos os produtos são comercializados pela Companhia e em alguns *marketplaces* selecionados e são vendidos sob 13 marcas próprias. Para a fabricação própria, a Spiral possui uma fábrica com seu centro integrado de pesquisa, produção e logística em São Paulo. Em 2022, foram produzidos cerca de 35 milhões de produtos internamente e cerca de 1,4 mil *Stock Keeping Unit* (SKUs) sendo sobretudo cadernos, fichários, agendas, brochuras, clips, blocos de anotações, cadernetas, cartografias, entre outros. Na Spiral, a disposição do maquinário foi feita de forma a propiciar um fluxo contínuo e uma expansão eficiente na medida em que as operações crescessem, permitindo maior economia de escala na planta física. A Spiral, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, atingiu uma capacidade de produção de mais de 6 mil toneladas por ano. Pelas características do setor de produtos de papelaria e escolares, a Spiral optou por um modelo de manufatura que preza pela flexibilidade, podendo assim, atender os picos de demanda influenciados pela sazonalidade ou por tendências, usando assim produtos licenciados.

As marcas licenciadas da Companhia têm uma função importante na comercialização dos produtos de material escolar. Inicialmente, os licenciadores entram em contato com a Companhia com o interesse de terem as suas marcas comercializadas. Em seguida, a área de produtos e a diretoria analisam a marca e aprovam ou reprovam a contratação. Uma vez que a marca foi aprovada, é feito um contrato no qual a Companhia paga um mínimo garantido às empresas, que é previamente negociado entre ambos e uma porcentagem de *royalties* para cada produto comercializado. As artes de todos os produtos são criadas pelos designers da Companhia obedecendo as instruções de uso da marca, para em seguida serem submetidos à análise das licenciadoras. A Companhia conta hoje com mais de 20 contratos com diversas empresas e mais de 40 marcas licenciadas.

Entre os produtos importados encontram-se mochilas, estojos, canetas, entre outros. É importante ressaltar que para decidir se o produto será fabricado internamente ou será importado, a Companhia analisa os custos envolvidos nas duas opções, assim como a necessidade de investimentos e retorno sobre o capital.

Ao longo do ano, o processo produtivo intercala procedimentos contínuos preventivos e corretivos de manutenção com o intuito de atender à demanda de produção e vendas da Companhia. Para o processo produtivo, a Spiral utiliza em sua maioria tecnologia de origem alemã, italiana e brasileira, sendo representada por diversos fornecedores. Todos os equipamentos, assim como instalações e operações, são segurados contra sinistros.

b. características do processo de distribuição

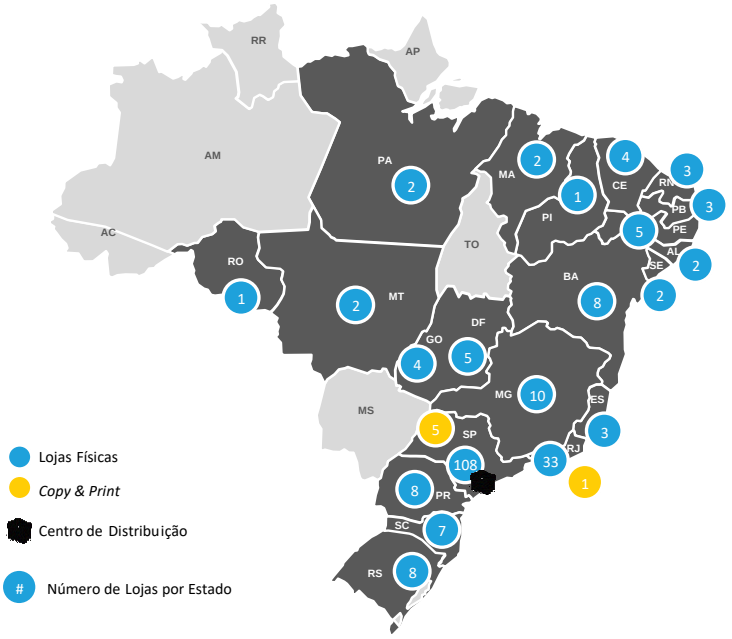
A Companhia entende por processo de distribuição todas as atividades relacionadas à aquisição de produtos para revenda, a administração dos estoques e a disponibilização destes produtos para seus clientes em todos os canais de venda em que opera. O objetivo da Companhia nesse processo é sempre de disponibilizar os produtos que seus clientes desejam, na quantidade adequada para cada loja e entregando na data negociada ou antes.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A venda dos produtos da Companhia é feita por meio de lojas físicas, localizadas em 20 Estados brasileiros e no Distrito Federal, através de canais digitais, bem como de forma integrada entre ambos os canais. Em 31 de dezembro de 2022, a Kalunga contava com: (i) 221 lojas próprias, das quais 70% estão localizadas em *shopping centers*/*mini malls* e 30% são pontos comerciais de rua; (ii) operações de *Copy & Print* localizadas em 6 lojas próprias; (iii) 3 centros de distribuição; e (iv) canal digital composto por *e-commerce*, quiosques, *mobile*/aplicativo, televendas e *Online Partner Store.*

Distribuição geográfica de lojas

A imagem abaixo apresenta a distribuição geográfica das lojas físicas e centros de distribuição da Companhia em 31 de dezembro de 2022:



As 221 lojas físicas estão instaladas nos principais *shoppings centers* e pontos estratégicos de rua localizadas em: São Paulo (108), Rio de Janeiro (33), Minas Gerais (10), Espirito Santo (3), Paraná (8), Santa Catarina (7), Rio Grande do Sul (8), Brasília (5), Bahia (8), Pernambuco (5), Ceará (4), Goiás (4), Rio Grande do Norte (3), Sergipe (2), Alagoas (2), Paraíba (3), Rondônia (1), Maranhão (2), Mato Grosso (2), Pará (2) e Piauí (1).

Compras e fornecedores

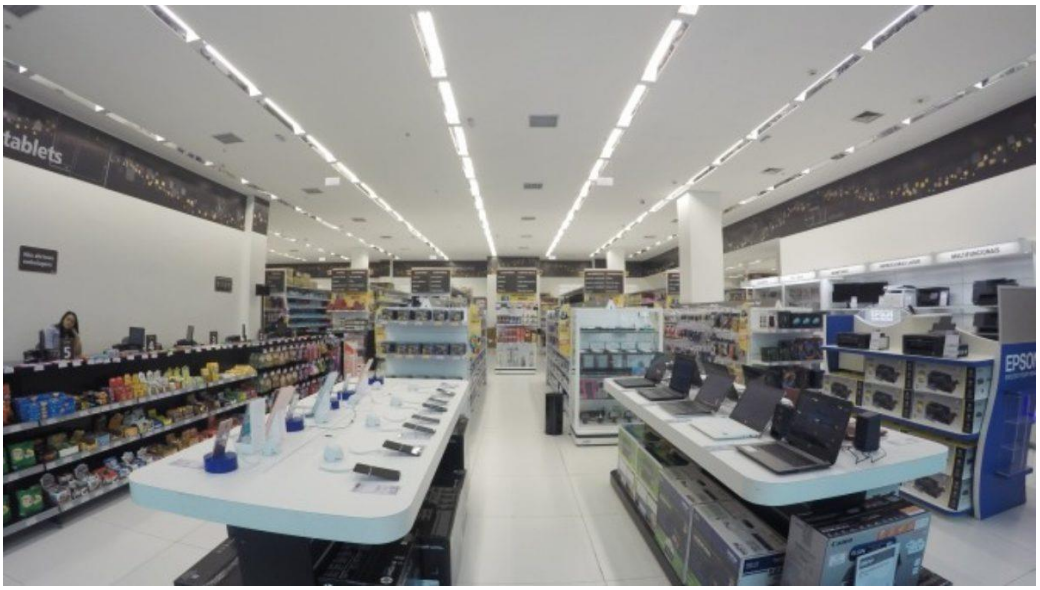
A Companhia conta com mais de 550 fornecedores de produtos dos mais variados segmentos e 17 compradores treinados para fazerem gestão de compras das linhas de fornecedores. Os compradores são responsáveis por fazer apresentação dos novos produtos para os gerentes e diretores da Companhia, fazer gestão do estoque dos produtos adquiridos dos fornecedores de toda a Companhia, analisar desempenho de vendas dos produtos dos fornecedores, cultivar o relacionamento com os fornecedores, entre outras funções. O maior fornecedor de suprimentos da Companhia representou cerca de 14,2% de suas compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Cada comprador é responsável por alguns fornecedores, mas se busca fazer uma rotatividade para que não exista dependência do relacionamento criado pelo comprador, bem como para coibir práticas inadequadas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Gestão dos estoques. A gestão de estoque da Companhia é controlada pelos compradores da Kalunga por meio do conceito de máximo e mínimo, via o ERP (*Enterprise Resource Planning*) próprio da Companhia, que é um sistema integrado de gestão empresarial capaz de conectar o ecossistema *online* e *offline*, promovendo eficiência e ganhos de escala. Os compradores selecionam os produtos comercializados pela linha de fornecedores dos quais fazem gestão e atribuem um máximo e um mínimo de estoque de cada produto para todas as lojas da rede, para o Centro de Distribuição ("CD") Lojas, que abastece as lojas físicas, e para o CD Cliente, que abastece os pedidos do canal digital. O controle do máximo e do mínimo de um determinado produto é feito de acordo com a demanda por tal produto, sendo o sistema automático na solicitação de reposição dos produtos quando se atinge o mínimo.

Foto mostrando a disposição de produtos de uma loja física da Companhia:



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Logística. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 3 CDs localizados na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, que foram projetados para atender com presteza e agilidade às necessidades de todos os canais de venda da Companhia e contam com equipamentos de última geração, aliados a sistemas de softwares dos principais fabricantes internacionais que garantem o apoio logístico para o abastecimento das lojas e a entrega dos pedidos em qualquer parte do território brasileiro.

Os 3 CDs se destinam a:

1. **CD Lojas** – Atendimento às lojas físicas, distribuindo produtos a todas as lojas no Brasil.
2. **CD Cliente** - Distribuição de compras por meio dos canais digitais ou de televendas ao cliente final; e
3. **CD Reverso** – Logística reversa, para compras devolvidas ou trocas.

A segmentação do CD permite que pedidos para São Paulo e Grande São Paulo sejam entregues em até 1 dia útil; enquanto para outras regiões em até 2 dias úteis, conforme o canal de distribuição.

Foto mostrando a visão aérea do 3 CDs:

Legenda: 1 – CD Lojas; 2 – CD Cliente; e 3 – CD Reverso

c. características dos mercados de atuação

O Setor de Varejo no Brasil

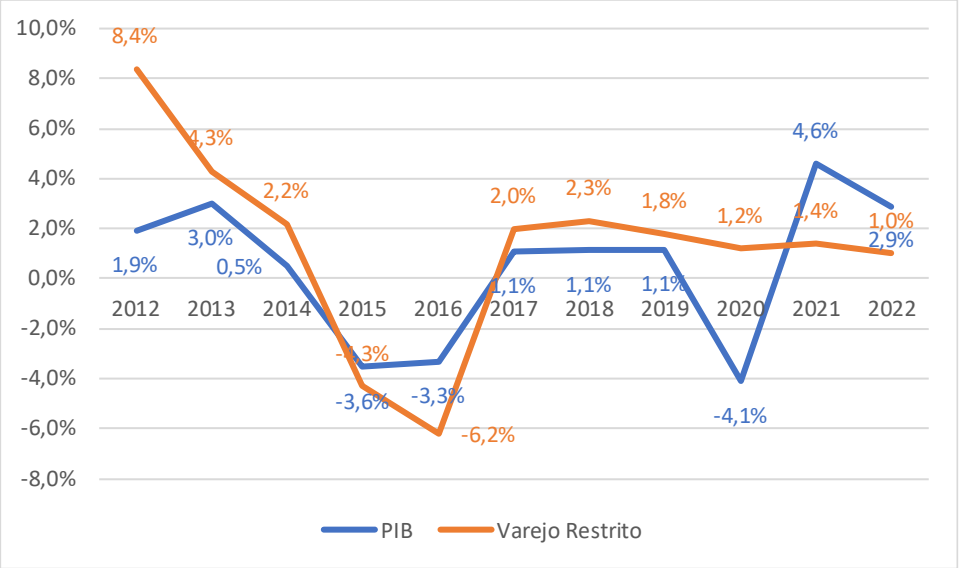
Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), acompanha o comércio varejista por meio de pesquisas mensais segmentadas em: (i) combustíveis e lubrificantes; (ii) hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com a apuração segregada para (ii.a) hipermercados e supermercados; (iii) tecidos, vestuário e calçados; (iv) móveis e eletrodomésticos, com a apuração segregada para (iv.a) móveis e, (iv.b) eletrodomésticos; (v) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; (vi) livros, jornais, revistas e papelaria; (vii) equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e (viii) outros artigos de uso pessoal e doméstico. Constituindo uma importante fonte de dados sobre o setor, o agrupamento destas oito atividades, com exceção à de combustíveis e lubrificantes, é definido como "varejo restrito".

Na última década, o setor varejista apresentou um perfil de forte crescimento, apoiado pela estabilização da economia brasileira, pela redução dos níveis de desemprego e pelo aumento real dos salários. No ponto inverso, os anos de 2015 e 2016 foram desafiadores para o setor, afetado por índices mais altos de desemprego, inflação e elevadas taxas de juros.

Medidas implementadas pelo Governo Federal a partir de 2017 contribuíram para a recuperação gradual da economia e do setor varejista. A liberação dos recursos do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), a estabilização fiscal, o controle da inflação, a redução das taxas de juros e do desemprego geraram incentivos de consumo, abrindo espaço para o consumo impulsionado pelo crédito, o qual pode ser percebido nos anos de 2018 e 2019.

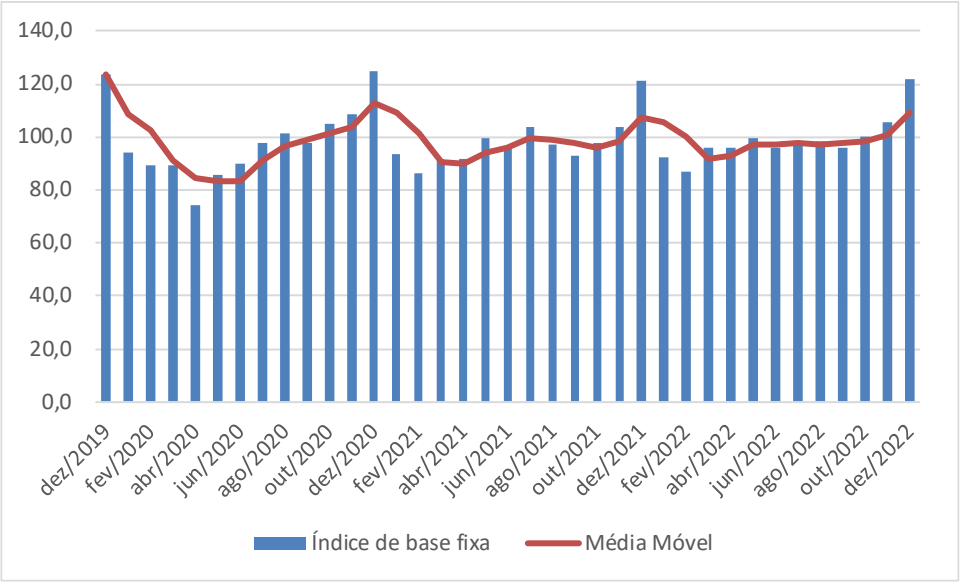
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Abaixo são apresentados os índices de variação no volume de vendas no varejo restrito e no PIB apurados pelo IBGE de 2010 a 2021.



Fonte: SBVC, O Papel do Varejo na Economia Brasileira, 2023.

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) de dezembro de 2022 do IBGE aponta que o isolamento social em virtude do COVID-19 causou impacto direto nas vendas do comércio varejista ao longo do primeiro semestre de 2020, contudo desde o mês de maio a atividade de comércio apresenta uma tendência de retomada. O patamar de vendas observado no final de 2021 atingiu um nível marginalmente inferior ao apresentado nos meses anteriores à pandemia, sendo os valores de venda somente superados aos níveis pré-pandemia ao longo de 2022, conforme pode ser observado no gráfico abaixo retirado da mesma pesquisa do IBGE já mencionada.



Fonte: Índice de base fixa do volume de vendas no comércio varejista, PMC, IBGE

E-commerce

De acordo com a pesquisa realizada pela CETIC.BR, o percentual da população brasileira usuária de internet saltou de 34%, em 2008, para 81%, em 2021, abrangendo aproximadamente 152 milhões de pessoas. A ampliação do acesso à internet para a população vem contribuindo para uma mudança no comportamento do consumidor e na forma de consumo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segundo a Webshoppers, em 2022 o mercado de *e-commerce* no Brasil ultrapassou a cifra de R$262,7 bilhões, alcançando um crescimento de 1,6% sobre 2021. O crescimento do faturamento é sustentado pelo aumento de consumidores deste mercado que cresceu 76,2% de 2019 a 2022.

Fonte: Relatório Webshoppers – 47ª edição, 2023.

A 47ª edição do Relatório Webshoppers aponta que o crescimento de, aproximadamente, 1,6% do faturamento do *e-commerce*, em 2022, frente a 2021, é explicado por um aumento de 7,9% no número de pedidos, aliado a uma queda de 7,5% no ticket médio das compras realizadas.

Este incremento é decorrência sobretudo das mudanças de hábito que já vinham ocorrendo nos consumidores mas foram acelerados a partir de 11 março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou a pandemia da COVID-19, que trouxe medidas de isolamento social sendo adotadas por vários países do mundo, inclusive o Brasil, e por conta disso o mercado de e-*commerce* se tornou uma alternativa mais viável às lojas físicas.

[1] Fonte: NQI Ebit – Relatório Webshoppers – 47ª edição, 2023 Faturamento em bilhões de reais e Var% de ano vs ano | Período: 2020, 2021 e 2022

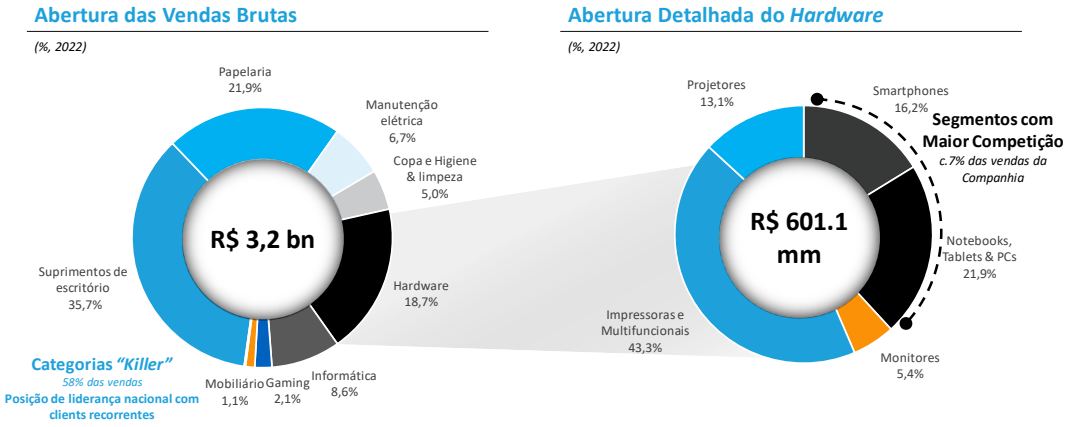
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

i. participação em cada um dos mercados

Segundo a Euromonitor International, a Companhia é líder no segmento de varejo de suprimentos para escritório, informática e material escolar, atuando com 13,1% de *market share*[2]. De 2014 a 2019, segundo a Euromonitor International[3], a Companhia cresceu em mais de 50% sua participação de mercado de 8,7% em 2014 para 13,1% em 2019[4].

São mais de 11 mil itens de diversas marcas e categorias como Escolar, Escritório, Organização, Informática, Escrita, *Coffee Break*, Móveis, entre outras, disponíveis nos canais - Lojas Físicas, Kalunga.com e Televendas.

O gráfico abaixo mostra a participação do faturamento bruto das diferentes categorias de produtos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:



Fonte: Companhia

ii. condições de competição nos mercados

O segmento de comércio varejista é fragmentado e, em geral, apresenta alta competitividade, uma vez que a maior parte dos produtos oferecidos não possui exclusividade e é equivalente entre os principais concorrentes.

Segundo a Euromonitor International, a Companhia detém 13,1% de *market share* do segmento de comércio varejista[5]. Adicionalmente, levantamentos realizados pela Euromonitor International também revelam uma expectativa de alto crescimento na demanda por outras linhas de produtos comercializadas pela Companhia, como "acessórios pessoais" (canetas, bolsas e mochilas) e "eletrônicos" (computadores pessoais, impressoras, monitores, tablets) ao longo dos próximos cinco anos.

Ainda de acordo com a Euromonitor, os mercados de acessórios pessoais e eletrônicos devem encerrar 2020 atingindo um volume total de R$ 21,5bi[6] e R$ 95,8bi[7], respectivamente.

[2] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

[3] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

[4] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

[5] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

[6] Euromonitor International Limited, Personal Accessories in Brazil 2021, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

[7] Euromonitor International Limited, Consumer Electronics in Brazil 2021, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c. **eventual sazonalidade**

O varejo apresenta forte sazonalidade ao longo do ano, principalmente devido à volta às aulas, no primeiro trimestre, e, em menor magnitude, às datas como o Dia das Crianças, a Black Friday e o Natal, no quarto trimestre.

Historicamente, os resultados das operações da Companhia têm apresentado variações no primeiro trimestre de cada exercício. As vendas realizadas nos três trimestres seguintes seguem um padrão equivalente. No primeiro trimestre, as vendas historicamente tendem a aumentar em razão da volta às aulas e recebimento de décimo-terceiro salário por parte dos consumidores. As vendas em janeiro são, em geral, maiores do que a média de outros meses. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as vendas brutas de produtos, no primeiro trimestre, representaram 30,8% da receita de vendas brutas de produtos, enquanto o segundo, terceiro e quarto trimestres representaram 23,0%, 22,8% e 23,4%, respectivamente, em linha com a sazonalidade apresentada nos exercícios anteriores. Da mesma forma, durante o primeiro trimestre, a Companhia registra um aumento significativo em seu passivo junto a fornecedores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, as vendas brutas sofreram oscilações muita abruptas nos trimestres em decorrência da pandemia de COVID-19 e das medidas de restrição a circulação impostas pelos governos, afetando a representatividade do trimestres ao longo do ano. Sendo assim, o primeiro trimestre de 2021 representou 26,9%, 23,6% no segundo trimestre, 24,3% no terceiro trimestre e 25,2% no quarto trimestre. A administração da Companhia entende que a sazonalidade apresentada no ano de 2021 não reflete a realidade da Companhia.

Além disso, a sazonalidade pode também ser influenciada por campanhas de *marketing* e promoções específicas realizadas pela Companhia junto com os seus fornecedores.

d. **principais insumos e matérias primas, informando:**

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Os fornecedores da Companhia são selecionados de acordo com rigorosos critérios, principalmente, qualidade dos produtos, marca e confiabilidade de entrega. Além disso, a Companhia leva em conta o prazo de pagamento e *markup* (preço de venda sobre preço de custo) como critérios de seleção. Dado que a Companhia trabalha com muitos fornecedores para as diferentes categorias de produtos, não há concentração ou dependência de um único fornecedor. Em 2022, o maior fornecedor de suprimentos da Companhia representou cerca de 14,2% de suas compras, que por sua vez é a Spiral.

A Spiral é a única fornecedora exclusiva da Companhia. Além da Spiral, a Companhia comprou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, diretamente de mais de 550 fornecedores, majoritariamente fabricantes localizados no Brasil, aproximadamente 85,8% dos produtos que adquiriu para revenda.

Devido à escala de suas operações, a Companhia compra a maioria dos produtos que comercializa em suas lojas físicas e canais digitais diretamente dos respectivos fabricantes. A Companhia procura obter descontos em razão do volume adquirido, reduzindo seu custo variável, bem como obter prazos maiores de pagamento. A Companhia acredita que a escala de suas operações muitas vezes lhe dá uma posição de negociação vantajosa com os fabricantes, resultando em preços maisbaixos para os clientes. As compras de mercadoria da Companhia são realizadas de forma centralizada na sede, através do Departamento de Compras. Além disso, a Companhia, em geral,não compra os produtos por meio de contratos de fornecimento de longo prazo, o que permite maior flexibilidade em compras.

Dado seu histórico de operações, bem como seu elevado volume de compras, a Companhia tem um relacionamento duradouro com seus fornecedores (tanto de suas marcas próprias, quanto de marca de terceiros), permitindo o abastecimento regular de suas necessidades por mercadorias.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia não possui processo de produção e, portanto, não trabalha diretamente com insumos e matérias primas.

Mercado de atuação

A Companhia atua no âmbito nacional, com presença física em 20 Estados brasileiros e no Distrito Federal e canais digitais que atendem todo o território nacional.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os clientes corporativos (pessoa jurídica) representaram 23,4% e 20,8% da receita bruta da Companhia, respectivamente, enquanto as pessoas físicas representaram 70,7% e 45,9% da receita bruta da Companhia, respectivamente. Os saldos remanescentes correspondem aos clientes que optaram por não se identificar.

O Brasil tem uma população considerável com, aproximadamente, 207,8 milhões de habitantes em2022, sendo o quinto país mais populoso do mundo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil se caracteriza por áreas urbanas densamente povoadas onde se concentram mais de 84,7% da população total. Consequentemente, o interesse do varejo tende a se concentrar nessas áreas.

iii. eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

Não aplicável.

1.5 Principais clientes

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

1.5 Principais clientes

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças aplicáveis e existe obrigação de registro em alguns cadastros públicos, exigidos a níveis federal, estadual e municipal.

Do ponto de vista de licenciamento imobiliário, as atividades exercidas em nossas lojas dependem de licenças, alvarás e autorizações exigidas pelas legislações federais, estaduais e municipais, entre as quais podemos destacar: (i) alvará de licença de uso e funcionamento emitido pelas Prefeituras Municipais da localidade de cada loja (ALUF); e (ii) o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado em que se localiza cada loja (AVBC). Em alguns Munícipios e Estados, a Companhia é obrigada a obter e renovar periodicamente as licenças e autorizações para desenvolver seus negócios.

A não obtenção ou não renovação dessas licenças ou alvarás pode acarretar um efeito adverso relevante para as condições operacionais das nossas instalações, bem como para as condições financeiras da Companhia como um todo. Da incapacidade de cumprir com os regulamentos aplicáveis atualmente ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações, apreensão de produtos, interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações federais, estaduais e municipais.

A Companhia possui todas as licenças relevantes que entende como necessárias para operar, observado que, apesar de possuir um procedimento interno para regularização da documentação exigida, para aproximadamente 28% das suas lojas físicas, a Companhia ainda está em fase de obtenção e/ou de renovação das suas licenças de funcionamento e autos de vistoria expedidos pelo Corpo de Bombeiros competentes.

A Companhia envida os melhores esforços para a obtenção das licenças e da renovação das já existentes em prazos adequados, bem como para cumprir o disposto na regulamentação sanitária. Entretanto, a Companhia não pode assegurar que a obtenção dessas licenças e das suas renovações ocorrerão dentro do cronograma previsto ou que terá todas as licenças exigidas.

Em razão da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus e da correspondente pandemia de COVID-19, em diversas localidades, foi estendido o prazo de análise dos processos para obtenção e/ou renovação destas licenças, alvarás ou autorizações. Também, visando a prevenção, o controle e a mitigação da transmissão da COVID-19, em 18 de junho de 2020, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1.565/2020 que estabelece protocolos sanitários para o funcionamento, de modo geral, das atividades econômicas para todos os setores. Ainda, em âmbito estadual e/ou municipal, foram determinados protocolos sanitários específicos, a depender da atividade econômica.

No âmbito do setor de varejo estamos também sujeitos a um conjunto de regras de proteção do consumidor. Essas regras estabelecem certos direitos básicos do consumidor que precisam ser observados em nossas operações, entre os quais está o direito à informação prévia, clara e precisa sobre produtos e serviços oferecidos no mercado, com especificação correta de características, atributos, estruturas, qualidade, preços e riscos que eles representam, em outros. Os consumidores também têm o direito ao acesso e de modificar as informações pessoais recolhidas sobre eles e

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

armazenadas em bancos de dados privados. As regras de proteção do consumidor também têm um impacto na maneira em que fazemos propaganda.

Licença Ambientais

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 determina que a instalação, construção, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais ou que apresentam potencial poluidor está condicionada ao prévio licenciamento ambiental perante o órgão ambiental competente.

O processo de licenciamento ambiental regulado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") nº 237/97 ("Resolução CONAMA 237/97") compreende um sistema composto por três fases representadas por licenças sequenciais: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

Os requisitos para essas licenças podem variar de acordo com as atividades realizadas e o local onde o empreendimento ou atividade está localizado.

A Resolução CONAMA nº 237/1997 define de forma geral os empreendimentos considerados potencialmente poluidores, e no rol não estão previstas as atividades desenvolvidas pela Companhia.

Os estados e municípios têm competência para editar legislação própria para complementação das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental previstas na Resolução CONAMA nº. 237/1997. No Estado de São Paulo, por exemplo, o Decreto n. 47.397/2002 estabelece que as seguintes atividades desenvolvidas pela Spiral estão sujeitas a licenciamento ambiental: (i) edição e impressão de produtos, exceto jornais, revistas e livros; e (ii) impressão de material para uso escolar e de material para usos industrial, comercial e publicitário.

Cabe ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, as especificidades, riscos ambientais, porte e outras características dos empreendimentos ou atividades adicionais. Assim, mesmo que determinada atividade não esteja expressamente relacionada na legislação aplicável, o órgão ambiental pode requerer o licenciamento por entender que se trata de atividade que, por suas características e/ou localização, seja efetiva ou potencialmente poluidora.

Em 9 de dezembro de 2011, foi publicada a Lei Complementar nº 140, a qual fixa normas para a atuação da União, Estados e Municípios, relativas às ações administrativas decorrentes do exercício de competência comum. A Lei Complementar nº 140/2011 manteve a disposição de que, em regra, o licenciamento será conduzido pelo ente estatal, tal como previsto na Resolução CONAMA nº 237/1997. Nesse sentido, compete ao órgão ambiental municipal somente o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local ou que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia e da Spiral.

A Companhia e a Spiral buscam se manter regularizadas quanto ao licenciamento ambiental. Contudo, a ausência de licenças pode sujeitar o infrator a sanções criminais e administrativas, a

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

exemplo de multas e embargos, bem como à responsabilidade pela reparação e/ou indenização do dano ambiental na esfera civil. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência, aplicação de multa (de R$ 500,00 a R$10.000.000,00), embargo ou demolição de obra e até suspensão parcial ou total da atividade.

Obrigações legais relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos

A Companhia está sujeita às disposições da Lei Federal nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos decorrentes das atividades da Companhia poderão gerar impactos ao meio ambiente durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências da Companhia ou, principalmente, no local de sua destinação final, a Companhia é responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final adequada dos resíduos, podendo também ser obrigada a reparar eventuais danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina também que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro estruturem e implementem sistema de logística reversa, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial.

O Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral foi assinado no dia 25 de novembro de 2015 e tem como objetivo garantir a destinação final ambientalmente adequada das embalagens. As embalagens, objeto do acordo, podem ser compostas de papel e papelão, plástico, alumínio, aço, vidro, ou ainda pela combinação destes materiais, como as embalagens cartonadas longa vida, por exemplo.

O acordo contempla apoio a cooperativas de catadores de materiais recicláveis e parcerias com o comércio para a instalação de pontos de entrega voluntária. Ele também apresenta a possibilidade de celebração de acordos entre os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos municipais e as entidades signatárias.

Ainda que não signatários de acordo setorial, os importadores, distribuidores e comerciantes de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as mesmas obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial firmado com a União.

Nesse sentido, em relação às embalagens relacionadas às suas atividades, a Companhia busca dar a destinação correta e segura, por meio da contratação de empresas que sejam licenciadas e autorizadas a receber esses tipos de resíduos.

Não obstante, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos não isenta a Companhia da responsabilidade por eventuais danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos gerados por suas atividades.

Quanto à logística reversa de pilhas e baterias, a Resolução CONAMA n. 401/2008, estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio e os critérios e padrões para o gerenciamento

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ambientalmente adequado das pilhas e baterias portáteis, das baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais e das pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio.

De acordo com o art. 4º da Resolução CONAMA n. 401/2008, os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias deverão receber dos usuários as pilhas e baterias usadas, respeitando o mesmo princípio ativo, sendo facultativa a recepção de outras marcas, para repasse aos respectivos fabricantes ou importadores.

A Companhia disponibiliza locais para o recebimento das pilhas e baterias inservíveis. Os consumidores que desejam descartar suas pilhas devem levá-las até o ponto de entrega. Os pontos de entrega armazenam as pilhas recebidas e, ao atingir determinada quantidade, encaminham o material para o sistema de coleta e triagem. Dos pontos de entrega e de triagem e consolidação o material é transportado para empresas de reciclagem.

O descumprimento de obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa de embalagens poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$5.000,00 (cinco mil reais) a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 7.404/2010, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal independentemente da obrigação de reparar eventuais danos.

Cadastro Técnico Federal

A Política Nacional de Meio Ambiente instituiu o Cadastro Técnico Federal ("CTF") cujo registro é obrigatório para as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades previstas taxativamente no rol da Instrução Normativa IBAMA n. 6/2013.

Para algumas atividades, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe que o registro no CTF requer o pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA") e a entrega do relatório anual de atividades. As atividades sujeitas ao recolhimento da TCFA estão elencadas na Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013. O relatório, por sua vez, diz respeito às atividades desenvolvidas no ano anterior e deve ser submetido ao IBAMA pelos sujeitos passivos de pagamento da TCFA até 31 de março de cada ano.

De acordo com a Instrução Normativa nº 6/2013 do IBAMA, a fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada é considerada sujeita a registro e ao pagamento da TCFA. Consequentemente, há necessidade de elaboração do relatório anual de atividades.

A falta de registro no CTF, quando exigível, constitui infração administrativa punível com multa de até R$9.000,00 (nove mil reais), a depender do porte da empresa. Além disso, a falta de apresentação de relatórios anuais exigidos pelo IBAMA pode sujeitar o empreendedor a multas que variam de R$1.000,00 a R$100.000,00.

Responsabilidade Ambiental

Nos termos da Constituição Federal, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Assim, o responsável por qualquer atividade que cause danos ao meio ambiente, incluindo aqueles que, cientes dos danos, não tomarem medidas preventivas, podem ser responsabilizados nas esferas (i) civil, (ii) administrativa e (iii) penal. As três esferas de responsabilidade mencionadas acima são distintas e independentes porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilidade ambiental

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas, não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"), dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, independentemente da efetiva ocorrência de dano.

Conforme definido no Decreto Federal nº 6.514/08, as sanções impostas contra eventuais infrações administrativas incluem advertência, multa de até R$ 50.000.000,00, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil

A obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente é tratada, especialmente, pela Política Nacional do Meio Ambiente. A responsabilidade civil impõe ao poluidor a obrigação de recomposição do meio ambiente ou, na sua impossibilidade, de ressarcimento dos prejuízos causados por sua ação ou omissão.

A responsabilidade civil ambiental é solidária, o que significa dizer que qualquer parte, direta ou indiretamente envolvida com as causas dos danos, pode ser obrigada a responder individualmente pela totalidade da recomposição, podendo posteriormente buscar indenização das outras partes responsáveis em ação de regresso. Portanto, a Companhia poderá ser responsabilizada por eventual conduta irregular de terceiros contratados para realização de atividades secundárias em seus empreendimentos, como a supressão de vegetação ou a disposição de resíduos.

A responsabilidade civil é também objetiva, ou seja, não depende da demonstração de culpa, mas apenas da relação entre a atividade exercida e os danos verificados (nexo de causalidade).

Adicionalmente a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente.

Apesar de não haver referência expressa na lei, segundo tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). De tal sorte, para que seja configurada a responsabilidade criminal da Companhia, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse da Companhia ou para seu benefício ou de suas subsidiárias, devendo a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei de Crimes Ambientais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

A Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de condenação de pessoas jurídicas às penas de multa e restritivas de direito. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica podem ser, alternativa, isolada ou cumulativamente de: (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais

As leis sobre privacidade e proteção de dados pessoais têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados por organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições legais setoriais, dentre as quais as citadas abaixo:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade e à vida privada;

- o Código de Defesa do Consumidor, que estabeleceu critérios para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, prevendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;

- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;

- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e

- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa e estabeleceu critérios mínimos de segurança da informação.

A partir de agosto de 2018, quando foi sancionada a Lei nº 13.709/18, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O objetivo da LGPD é proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle e acesso dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas. Nesse sentido, inclusive, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas, bem como os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos de dados e a transferências de dados.

A LGPD se aplica às atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

Relevante destacar que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/19 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável pela observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes de (i) investigação, compreendendo solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processos administrativos; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados no país.

Alguns órgãos de defesa do consumidor, como a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e o Ministério Público já têm atuado, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

A LGPD encontra-se vigente desde o dia 18 de setembro de 2020 e a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) desde 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/20. O descumprimento das disposições estabelecidas pela LGPD e pelas demais leis relativas à proteção de dado, tem como riscos: (i) propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; (ii) aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor; e (iii) aplicações das penalidades previstas na própria LGPD por parte da ANPD, detalhadas a seguir.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e trata dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal dos nossos negócios. Tais dados pessoais estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Portanto, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço, ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não possui política socioambiental formalizada. Não obstante, o seu Código de Conduta possui diretrizes que orientam seus colaboradores a adotarem boas práticas relacionadas ao meio ambiente.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas marcas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/96 ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, concessões de patentes e de outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo o território nacional, por um período de 10 anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 37 marcas registradas junto ao INPI, em nome próprio, destacando-se a marca "KALUNGA" como a principal marca utilizada para a condução dos negócios da Companhia.

Adicionalmente, a Spiral é titular de 75 registros de marcas e 34 pedidos de registro em discussão junto ao INPI, destacando-se a marca "SPIRAL" como a principal marca utilizada por esta sociedade.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registo.br.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de direitos sobre diversos nomes dos domínios, destacando-se <kalunga.com.br> e <kalunga.com>.

Ainda, a Companhia utiliza programas de computador e tecnologia de titularidade de terceiros, devidamente licenciados por seus titulares, para o desenvolvimento de suas atividades de negócio.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, dado que 100% dos negócios da Companhia são realizados no Brasil.

b. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, dado que 100% dos negócios da Companhia são realizados no Brasil.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, dado que 100% dos negócios da Companhia são realizados no Brasil.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não aufere receitas no exterior.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG).

a. ***O emissor divulga informações ASG e relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade***.

A Companhia não divulga informações ASG e relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade, exceto as informações divulgadas no presente Formulário de Referência.

Desde 2007, a Companhia, anualmente, durante o período de volta às aulas, faz uma campanha em todas as suas lojas físicas de reciclagem dos cadernos usados (sem espiral e capa) pela troca de um vale desconto de R$1,50 por cada quilo de papel, pesado no local, na compra de cadernos novos ou pacote de papel A4 com 100 folhas. Todo o papel coletado é destinado a cooperativas de coleta de papel.

Desde que começou esta iniciativa até 2022, a Companhia arrecadou um total de 1.636 toneladas de papel por meio dessa iniciativa. Durante o ano de 2022, a Companhia arrecadou 174,1 toneladas de papel por meio dessa iniciativa e em 2023, arrecadou até abril, 255,9 toneladas.

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de descarte de pilhas, eletrônicos e toners, coleta seletiva, lâmpadas e uma parceria com seu fornecedor para descarte de cartuchos de tinta.

Em função da resposta acima, os itens “b” a “h” não foram respondidos.

h. ***Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas.***

Não aplicável, pois a Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

i. Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso.

i. Não divulgação de informações ASG

As informações ASG divulgadas estão no formulário de referência.

ii. A não adoção de matriz de materialidade

A Companhia não adota matriz de materialidade, mas atende a legislação em vigor com relação a legislação ambiental e busca utilizar de forma consciente os seus recursos buscando diminuir o impacto no meio ambiente.

iii. Não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia não adota indicadores-chave de desempenho ASG, mas monitora e atende a legislação sobre as práticas e normas relativas aos temas ASG.

iv. Não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia não considera os ODS e não adota as recomendações relacionadas a questões climáticas.

v. Não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia entende que sua atividade é de baixo impacto com relação a emissão de gases de efeito estufa, portanto, não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Em 1º de setembro de 2020, os sócios da Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. aprovaram um aumento de capital no valor de R$23.170.942,00 (vinte e três milhões, cento e setenta mil, novecentos e quarenta e dois reais) o qual foi integralizado por meio da capitalização de parte da conta de reserva de lucros acumulados dessa sociedade. No mesmo ato, foi aprovada a cisão parcial desta sociedade, em montante idêntico ao valor do aumento de capital, com versão do patrimônio cindido composto por imóveis e veículos automotores no montante de R$23,2 milhões para a sociedade Kalunga Participações S.A. Essa cisão, foi motivada pela intenção da sociedade de reestruturar as suas operações, visando a melhorar a alocação de investimentos e de recursos. Com exceção dos eventos acima descritos, não houve nos últimos dois exercícios sociais e no exercício social corrente aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Exercício Social	2023
a) Evento	Aumento de Capital
b) Principais condições do negócio	Na data de 30 de abril de 2022, a Companhia aprovou em assembleia geral de acionistas o aumento de capital social (a) no valor de R$35.870.443,33 (trinta e cinco milhões, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), para capitalização da integralidade dos valores constantes da Reserva de Investimentos da Companhia e (b) no valor de R$11.956.814,44 (onze milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos), mediante a subscrição privada pelos acionistas, com a emissão de 122.139.776 (cento e vinte e duas milhões, cento e trinta e nove mil, setecentas e setenta e seis) novas ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.
c) Sociedades envolvidas	Kalunga S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	O capital social passou de R$ 8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil de reais) para R$56.127.257,77 (cinquenta e seis milhões, cento e vinte e sete mil reais, duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos) e de 500.000.000 (quinhentas milhões de ações) para 622.139.776 (seiscentas e vinte e duas milhões, cento e trinta e nova mil, setecentas e setenta e seis) ações.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no quadro societário da Companhia.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Exercício Social	2022
a) Evento	Aumento de Capital
b) Principais condições do negócio	Na data de 30 de abril de 2022, a Companhia aprovou em assembleia geral de acionistas o aumento de capital social (a) no valor de R$35.870.443,33 (trinta e cinco milhões, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), para capitalização da integralidade dos valores constantes da Reserva de Investimentos da Companhia e (b) no valor de R$11.956.814,44 (onze milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos), mediante a subscrição privada pelos acionistas, com a emissão de 122.139.776 (cento e vinte e duas milhões, cento e trinta e nove mil, setecentas e setenta e seis) novas ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.
c) Sociedades envolvidas	Kalunga S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	O capital social passou de R$ 8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil de reais) para R$56.127.257,77 (cinquenta e seis milhões, cento e vinte e sete mil reais, duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos) e de 500.000.000 (quinhentas milhões de ações) para 622.139.776 (seiscentas e vinte e duas milhões, cento e trinta e nova mil, setecentas e setenta e seis) ações.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no quadro societário da Companhia.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Exercício Social	2020
a) Evento	Transformação em Sociedade Anônima
b) Principais condições do negócio	Na data de 14 de outubro de 2020, a Companhia aprovou a transformação da Companhia em sociedade anônima sem alteração no capital social da Companhia.
c) Sociedades envolvidas	Kalunga S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Em razão da transformação em sociedade anônima, o capital social da Companhia passou a ser composto por 500.000.000 (quinhentas milhões) de ações ordinárias representativas de R$8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais), sendo que anteriormente era composto por 830.000.000 (oitocentos e trinta milhões) de quotas representativa de R$8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais)

e) Quadro societário antes e depois da operação <u>Antes</u>

Sócios	**Quotas**	**Participação (%)**	**Capital Social**
José Roberto Menezes Garcia	415.000.000	50%	R$4.150.000,00
Paulo Sérgio Menezes Garcia	415.000.000	50%	R$4.150.000,00
Total	**830.000.000**	**100%**	**R$ 8.300.000,00**

<u>Após</u>

Acionistas	**Ações**	**Participação (%)**	**Capital Social**
José Roberto Menezes Garcia	250.000.000	50%	R$4.150.000,00
Paulo Sérgio Menezes Garcia	250.000.000	50%	R$4.150.000,00
Total	**500.000.000**	**100%**	**R$ 8.300.000,00**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Exercício Social	2020
a) Evento	Cisão parcial da Companhia
b) Principais condições do negócio	Na data de 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou a cisão parcial do seu acervo líquido e, em decorrência da cisão, reduziu o capital social no valor de R$23.170.942,00 (vinte e três milhões, cento e setenta mil, novecentos e quarenta e dois reais), mediante o cancelamento de 2.317.094.200 (dois bilhões, trezentos e dezessete milhões, noventa e quatro mil e duzentas) quotas da Kalunga Comercio e Indústria Gráfica Ltda. (antiga denominação da Kalunga S.A.), de forma proporcional a participação detida por cada sócio.
c) Sociedades envolvidas	Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. (antiga denominação da Kalunga S.A.)
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Em razão de cisão parcial, o capital social da Companhia passou a ser composto por 830.000.000 (oitocentos e trinta milhões) de quotas representativas de R$8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais).
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no quadro societário da Companhia.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Exercício Social	2020
a) Evento	Aumento de capital da Companhia
b) Principais condições do negócio	Na data de 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital no valor de R$23.170.942,00 (vinte e três milhões, cento e setenta mil, novecentos e quarenta e dois reais), mediante a criação de 2.317.094.200 (dois bilhões, trezentas e dezessete milhões, noventa e quatro mil e duzentas) quotas da Kalunga Comercio e Indústria Gráfica Ltda. (antiga denominação da Kalunga S.A.), subscritas e integralizadas mediante a capitalização de parte da conta de reserva de lucros acumulados da Companhia, de forma proporcional a participação detida por cada sócio.
c) Sociedades envolvidas	Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Em razão do aumento de capital, o capital social da Companhia passou a ser composto por 3.147.094,200 (três bilhões, cento e quarenta e sete milhões, noventa e quatro mil e duzentas) quotas representativas de R$31.470.942,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e setenta mil, novecentos e quarenta e dois reais).
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no quadro societário da Companhia.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, a Companhia não possui acordo de acionista vigente.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais, contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas neste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas nos itens 2.1 a 2.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ou "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Certas tabelas do item 10 deste Formulário de Referência contém os termos "AH" e "AV" que significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida para o período/exercício aplicável para as demonstrações dos resultados, ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para os balanços patrimoniais.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das operações de arrendamento (CPC 06(R2) – Arrendamentos / IFRS 16 – Leases) emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo IASB, respectivamente. A norma introduzum modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuarpagamentos do arrendamento. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2019, utilizando o método retrospectivo modificado um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R$469,1 milhões.

As demonstrações financeiras da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (http://ri.kalunga.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Os comentários a seguir podem conter declarações sobre tendências que refletem as expectativas atuais da Companhia, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e os eventos podem não ocorrer de acordo com as expectativas da Companhia, devido a diversos fatores relacionados aos seus negócios, ao setor de atuação e ao ambiente econômico, especialmente em relação ao informado no item 4, além de outros assuntos descritos neste Formulário de Referência.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos seguintes aspectos:

***Resultado Operacional* –** Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e2020, a margem bruta foi de 39,0%, 36,0% e 34,5%, respectivamente. A margem líquida (calculada pela divisão do lucro líquido pela receita líquida), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 4,0% ante 2,4% no mesmo período de de 2021, um aumento de 1,6 p.p. Este desempenho foi impulsionado, notadamente pelas vendas no período de volta as aulas e final de ano, refletindo a retomada de crescimento da Companhia, bem como, pela mudança da estratégia da Companhia de recompor, de forma criteriosa, as margens dos produtos, baseado na força da marca Kalunga. A margem líquida (calculada pela divisão do lucro líquido pela receita líquida), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 2,4% ante -0,2% no mesmo período de 2020, um aumento de 2,6 p.p. Este aumento deve-se, principalmente: (i) aumento das vendas impulsionado pela diminuição gradual das restrições impostas pelas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

autoridades de saúde; (ii) reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS/COFINS derivado de trânsito em julgado de ação que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no valor de R$20,2 milhões, líquido de efeitos tributários no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Endividamento **-** A Dívida Líquida da Companhia é calculada a partir da Dívida Bruta (representada pela soma dos empréstimos e financiamentos) deduzida do caixa e equivalentes decaixa e aplicação financeira de curto prazo. A tabela a seguir apresenta a Dívida Líquida da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Dívida Líquida	**Em 31 de dezembro de**		
(em R$ mil)	**2022**	**2021**	**2020**
Dívida bruta	**503.443**	**688.372**	**827.992**
(-) Aplicação financeira	(5.310)	(3.487)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(17.338)	(16.201)	(72.670)
Dívida líquida	**486.105**	**668.684**	**755.322**

Divida líquida. A redução da Dívida Líquida da Companhia entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de2021 é decorrente, principalmente, da melhora na geração de caixa e da redução dos empréstimos e financiamentos da Companhia, possibilitando uma redução de cerca de R$182,6 milhões de dívida líquida.

A redução da Dívida Líquida da Companhia entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é decorrente, principalmente, da redução dos empréstimos e financiamentos da Companhia, possibilitando uma redução de cerca de R$86,6 milhões de dívida líquida.

Caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía caixa e equivalentesde caixa de R$17,3 milhões, em comparação a R$16,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento do saldo deu-se pela ocorrência dos recebíveis.

Aplicação financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de aplicações financeiras é de R$5,3 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de R$3,5 milhões. Este aumento deve-se a garantia requerida pela instituição financeira para liberação de captação de giro.

Giro do Ativo. Considerando a capacidade de utilização dos ativos para gerar vendas, o giro do ativo (calculado pela receita líquida dividida pelo ativo médio, ou seja, representado pela média aritmética entre o total do ativo do ano e o total do ativo do ano anterior) atingiu: 0,9856, 1,1619 e 1,3643 nos exercícios sociais terminados em 31 dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. A redução gradativa do índice no decorrer dos ultimos três anos reflete a melhora na performance das vendas da Companhia, inicialmente agravada pela pandemia da COVID-19 a partir de março de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicadores Financeiros

Principais Indicadores Financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2022	**2021**	**2020**
Índice de Liquidez Corrente (1)	0,78	0,82	0,94
Índice de Liquidez Geral (2)	1,06	1,02	1,07
Índice de Endividamento (3)	16,62	46,48	14,87
Índice de Liquidez Seca (4)	0,42	0,45	0,56

(1) O índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
(2) O índice de liquidez geral é calculado pela divisão do ativo total pelo passivo total.
(3) O índice de endividamento é calculado pelo resultado da soma do passivo circulante e nãocirculante dividido pelo patrimônio líquido.
(4) O índice de liquidez seca é calculado pela divisão do ativo circulante menos estoques pelo passivocirculante.

O Índice de Liquidez Corrente em 31 de dezembro de 2022 demonstrou performance um pouco inferior a 31 de dezembro de 2021. Tendo sido ocasionada pelo aumento da conta de Fornecedores diante da expectativa da Companhia sobre as vendas de 2023, durante o período de volta as aulas e pela redução significativa dos Impostos a Recuperar em função da utilização dos créditos de PIS e COFINS no abatimento de impostos federais.

O Índice de Liquidez Geral tem se mantido entre uma média de 1,05, mantendo um baixo desvio padrão, e alinhado com o aumento do passivo circulante e não circulante e consequentes reflexos no ativo. O índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

O Índice de Endividamento foi de 16,62x (vezes) em 31 de dezembro de 2022 contra 46,48x (vezes) em 31 de dezembro de 2021 demonstrando a relação das obrigações de curto e longo prazo em relação ao patrimônio líquido. A redução do grau de endividamento da Companhia com o capital de terceiros está relacionada sobretudo a recomposição do patrimônio líquido em 2022, por meio do aumento de capital de R$48 milhões e do resultado apurado no ano.

O Índice de Liquidez Seca refletiu as variações registradas no ativo circulante menos estoque sobre o passivo circulante com uma redução em 2022 devido ao aumento no passivo circulante, especialmente pelo incremento em Fornecedores e Receita Diferida de Contrato de Parceria.

b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, representada pela relação do passivo total e patrimônio líquido apresenta níveis condizentes com as atividades de varejo que demandam capital de giro intensivo. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R$133,5 milhões, comparado a R$ 48,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 e R$ 154,4 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 5,7% de capital próprio (patrimônio líquido) e 94,3% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2021 era composta por 2,1% de capital próprio e 97,9% de capital de terceiros (passivo total) e em 31 de dezembro de 2020 era composta por 6,3% de capital próprio e 93,7% de capital de terceiros (passivo total), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Estrutura de Capital	Em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
	(R$ mil)	*AV %*	*(R$ mil)*	*AV %*	*(R$ mil)*	*AV %*
Capital próprio (patrimônio líquido)	133.496	5,7%	48.947	2,1%	154.417	6,3%
Capital de terceiros (passivo total)	2.218.470	94,3%	2.274.847	97,9%	2.295.968	93,7%
Capital total (terceiros + próprio)	**2.351.966**	**100,0%**	**2.323.794**	**100,0%**	**2.450.385**	**100,0%**

É importante reforçar que o nível elevado de capital de terceiros sobre o capital próprio decorre das necessidades de capital de giro para reposição dos estoques até que eles resultem em geração de caixa operacional.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto, médio e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada pormeio do índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e do índice de alavancagem financeira (calculado pela divisão da Dívida Líquida, calculada como o total de empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa, pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses).

Principais Indicadores Financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Índice de Liquidez Corrente[(1)]	0,78	0,82	0,94
Índice de Dívida[(2)]	3,64	13,66	4,89
Índice de Alavancagem Financeira[(3)]	1,26	2,28	3,71

(1) O índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
(2) O índice de dívida é calculado pela divisão da Dívida Líquida pelo patrimônio líquido.
(3) O índice de alavancagem financeira é calculado pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA dosúltimos 12 meses.

O Índice de Liquidez Corrente em 31 de dezembro de 2022 teve uma leve redução de performance quando comparado com 31 de dezembro de 2021, ocasionada sobretudo pelo incremento de Fornecedores dado a expectativa positiva do período de volta as aulas em 2023.

O Índice de Dívida foi de 3,64x em 31 de dezembro de 2022 ante 13,66x em 31 de dezembro de2021, este decréscimo se deve pela redução da dívida líquida e pelo incremento do patrimônio líquido decorrente aumento de capital e resultado do ano.

O Índice de Alavancagem Financeira era de 1,26x em 31 de dezembro de 2022, comparado ao mesmo 2,28x em 31 de dezembro de 2021, após seguir uma queda de 3,71x em 31 de dezembro de 2020, sobretudo em decorrência: (i) melhora na rentabilidade da Companhia; e (ii) redução do montante de dívida líquida.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi de R$ 476,9 milhões, em comparação com 31 de dezembro de 2021 que foi de R$ 310,1 milhões, apresentou um crescimento de 53,8%, refletindo a boa performance de geração de caixa operacional. Nas atividades de investimentos, em 31 de dezembro de 2022 foram concedidos R$ 49,8 milhões contra R$ 75,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, portanto, uma redução de R$25,9 milhões, refletindo o posicionamento da Companhia de cautela diante de um cenário ainda desafiador, diante de inflação elevada, SELIC de 13,75% a.a. e Dólar de R$ 5,21. Quanto as atividades de financiamentos, em 31 de dezembro de 2022 foram pagos R$425,9 milhões contra R$290,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, evidenciando a capacidade da Companhia em pagar seus empréstimos e financiamentos e a intenção de reduzir a base de endividamento.

Para mais informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 2.1.f.(i) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recursos para o capital de giro da Companhia é a própria geração de caixa operacional, por meio da comercialização de produtos e serviços. Além disso, a Companhia acredita não depender de fontes de financiamento para tais atividades. Entretanto, dada a necessidade de capital de giro para o desenvolvimento das atividades operacionais, agravada durante o periodo da pandemia do COVID-19 e considerando a expansão realizada nas atividades nos últimos anos, a Companhia também obtém recursos adicionais à geração de caixa operacional através de empréstimos e financiamentos de terceiros e, pontualmente, de injeções adicionais de capital próprio.

No item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R$503,4 milhões (R$688,4 milhões e R$828,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente). A redução apresentada reflete o esforço da Companhia em reduzir o nível de endividamento, tão agravado no período pré-pandêmico em 2020. Em 31 de dezembro de 2022, o total de empréstimos e financiamentos deduzido do caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira, totalizou R$ 486,1 milhões (R$ 668,7 milhões e R$ 755,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As principais características dos empréstimos e financiamentos da Companhia, estão indicadas na tabela abaixo:

Empréstimos e Financiamento (em R$ mil)	Taxa de Juros (% ao ano)	Em 31 de dezembro de		
		2022	2021	2020
Moeda Nacional				
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário (CCB) (i)	Variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,10% a 3,95% a.a.	487.341	686.677	824.642
Compror - (financiamento de compras) (ii)	Variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% a.a.	-	-	357
Finame-BNDES (iii)	FINAME-BNDES – variação de metade da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) + 5% a.a., e variação de metade da taxa SELIC + 5,08% a.a.	-	-	-
Outros financiamentos (iv)	Juros fixos de 10,2% a 12,4% a.a. e CDI + 3,15%	16.102	1.695	2.993
Total – Empréstimos e financiamentos		**503.443**	**688.372**	**827.992**
Circulante		**163.674**	**229.896**	**244.779**
Não circulante		**339.769**	**458.476**	**583.213**

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

R$ mil	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Vencimento	163.674	137.825	87.416	73.070	41.458	503.443

i. **Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes contratos de financiamento para capital de giro considerados mais relevantes:

- Banco do Brasil S.A. – Cédula de Crédito Bancário nº 191.400.894 – celebrado em 17 de julho de 2019, no valor principal de R$ 322.037.037,05, com taxa de juros de CDI + 3,55% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária de recebíveis de arranjo de pagamento, com vencimento em 28 de julho de 2027. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$226.489.811,11;
- Banco do Brasil S.A. – Cédula de Crédito Bancário nº 191.400.969 – celebrado em 30 de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

março de 2020, no valor principal de R$ 54.000.000,00, com taxa de juros de CDI + 3,55% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária de recebíveis de arranjo de pagamento, com vencimento em 28 de julho de 2027. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$37.978.395,00;

- Banco do Brasil S.A. – Cédula de Crédito Bancário nº 191.401.001 – celebrado em 30 de junho de 2020, no valor principal de R$ 100.000.000,00, com taxa de juros de CDI + 3,55% a.a., garantido por aval, hipoteca e cessão fiduciária de recebíveis de arranjo de pagamento, com vencimento 28 de julho de 2027. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$70.188.702,01;
- Banco do Brasil S.A. – Cédula de Crédito Bancário nº 191.400.937 – celebrado em 13 de janeiro de 2020, no valor principal de R$ 21.517.241,40, com taxa de juros de CDI + 3,55% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária de recebíveis de arranjo de pagamento, com vencimento 28 de julho de 2027. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$15.133.153,55;
- Banco Bradesco S.A. - Cédula de Crédito Bancário Capital de Giro nº 12333514 – celebrado em 6 de setembro de 2019, no valor principal de R$ 185.000.000,00, com taxa de juros CDI + 3,8797% a.a., garantido por aval, com vencimento em 9 de setembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$93.252.109,74;
- Banco Daycoval S.A. - Cédula de Crédito Bancário nº 85764-7 – celebrado em 26 de setembro de 2019, no valor principal de R$ 20.459.565,81, com taxa de juros CDI + 2,10% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária de direitos creditórios, com vencimento em 26 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$7.175.298,35;
- Banco Safra S.A. - Cédula de Crédito Bancário (Mútuo) nº 006459904 – celebrado em 19 de setembro de 2019, no valor principal de R$ 25.000.000,00, com taxa de juros CDI + 2,10% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 30 de agosto de 2023.Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$4.379.916,42;
- Banco Safra S.A. - Cédula de Crédito Bancário (Mútuo) nº 006468199 – celebrado em 14 de novembro de 2019, no valor principal de R$ 20.000.000,00, com taxa de juros CDI + 2,10% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 26 de outubro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$3.984.898,74;
- Banco Safra S.A. - Cédula de Crédito Bancário (Mútuo) nº 006485549 – celebrado em 28 de outubro de 2020, no valor principal de R$10.000.000,00, com taxa de juros CDI + 3,51% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 28 de outubro de 2024. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$5.228.989,74;
- Banco Safra S.A. - Cédula de Crédito Bancário nº 006487274 – celebrado em 17 de setembro de 2021, no valor principal de R$ 10.000.000,00, com taxa de juros CDI + 2,92%a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 18 de setembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$3.770.399,95;
- Banco Safra S.A. - Cédula de Crédito Bancário nº 006504373 – celebrado em 02 de dezembro de 2021, no valor principal de R$ 10.000.000,00, com taxa de juros CDI + 3,04%a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 04 de dezembro de 2023. Em 31de dezembro de 2022, o saldo era de R$5.066.216,63;
- Banco Safra S.A. - Cédula de Crédito Bancário nº 00 6514166 – celebrado em 11 de agosto de 2022, no valor principal de R$ 10.000.000,00, com taxa de juros CDI + 3,02%a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 12 de agosto de 2024. Em 31de dezembro de 2022, o saldo era de R$12.608.300,00;
- Banco Safra S.A. - Cédula de Crédito Bancário nº 00 328407291 – celebrado em 07 de dezembro de 2022, no valor principal de R$ 15.000.000,00, com taxa de juros CDI + 3,15%a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 15 de dezembro de 2026. Em 31de dezembro de 2022, o saldo era de R$15.165.900,00;
- Banco Original S.A. - Cédula de Crédito Bancário nº KG02092921 – celebrado em 28 de julho de 2021, no valor principal de R$ 15.000.000,00, com taxa de juros CDI + 3,75% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 28 de agosto de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$5.835.273,23;

ii. **Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia celebrou contratos FINAME e de leasing de longo prazo com as instituições financeiras Santander Leasing S.A e Banco De Lage Landen até o exercício social encerrado em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

31 de dezembro de 2019. Não houve captações em 2021 e 2022.

iii. **Grau de subordinação entre as dívidas**

Conforme mencionado acima no item "i", todos os contratos de capital de giro e Compror listados no referido item foram garantidos por aval pelos sócios e, adicionalmente, alguns também foram garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios nos valores equivalentes a 16% a 30% do saldo devedor da operação, em contas a receber das operadoras de cartão de crédito.

Nos contratos de FINAME e outros financiamentos as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos sócios.

As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas. Para mais informações sobre as obrigações da Companhia, vide item 2.9 deste Formulário de Referência.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites deendividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação deativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem comose o emissor vem cumprindo essas restrições**

A Companhia possui obrigações contratuais restritivas não financeiras, dentre as quais destacam-se as seguintes hipóteses que acarretam vencimento antecipado da dívida:

- Descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer cláusula ou condição;
- Mudança, cessão, alienação ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia;
- Cessão ou transferência os direitos e obrigações dos contratos;
- Contratação de novas dívidas, excetuados os empréstimos destinados à gestão ordinária e a liquidação de dívidas existentes, ou financiamentos contratados diretamente junto ao, ou com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES;
- Venda, transmissão, transferência ou de qualquer forma alienação ou oneração de parte substancial ou totalidade dos bens do ativo permanente da Companhia, salvo se forem inservíveis ou obsoletos;
- Alienação ou oneração de ativos financeiros e/ou direitos creditórios de sua titularidade.
- Mudança adversa relevante em sua situação patrimonial, condições econômico-financeiras e/ou os resultados operacionais;
- Incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária da Companhia;
- Mudança ou alteração do objeto social da Companhia, de forma a alterar a suas atividades principais, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas; ou
- Requerimento da recuperação judicial, extrajudicial ou falência ou tiver a falência por parte da Companhia ou se insolvência requerida.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia cumpre rigorosamente todas as disposições previstas nos contratos financeiros celebrados.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas de vendas diretas de mercadorias ao consumidor final são geradas por todas as lojas da Companhia e a contabilização das receitas é feita quando da entrega e transferência da posse das mercadorias aos clientes. As receitas de prestação de serviços são principalmente reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos relativos aos serviços prestados fluíram para à Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. A receita com prestação de serviços abrange os serviços de gráfica rápida por meio do *Copy & Print* e as receitas de vendas de apólices de seguros de garantia estendida e contra roubo, furto e quebra acidental.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto %)	**2022**	**2021**	**2020**
Vendas brutas de produtos	3.207.296	2.766.729	2.426.693
Venda de serviços	11.312	11.141	9.982
Ajuste a valor presente (AVP)	(40.681)	(19.057)	(13.153)
Devoluções	(60.158)	(50.838)	(45.663)
ICMS sobre Vendas	(502.621)	(441.758)	(382.745)
PIS e COFINS sobre vendas	(245.243)	(211.184)	(185.434)
ISSQN sobre vendas de serviços	(474)	(535)	(481)
Receita Líquida	**2.369.431**	**2.054.498**	**1.809.199**

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ mil)	**2022**	**2021**	**2020**
Lojas	1.913.049	1.639.130	1.377.067
Digital	452.463	412.757	430.218
Copy & Print	3.919	2.611	1.914
Receita Líquida	**2.369.431**	**2.054.498**	**1.809.199**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o aumento de 15,9% na receita bruta deve-se, principalmente, ao incremento das vendas nas lojas físicas em função da retomada de crescimento. Nos últimos três exercícios sociais, as vendas brutas têm variado principalmente em função do aumento de venda de produtos, maturação das lojas abertas nos anos anteriores e, também, por conta da abertura denovas lojas. Sendo que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, houve mais um leve aumento de 1,5% na venda de serviços quando comparada com o mesmo período de 2021.

As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

c) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce*. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando expira a validade para troca destes créditos.

A Companhia descreve abaixo os impostos e devoluções sobre vendas que impactam na linha das demonstrações de resultado:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização. As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos Estados em que a Companhia atua vigora, para a maioria das categorias de produtos destinados a vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada um dos Estados. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, excetuando-se os produtos beneficiados por isenções fiscais. A Companhia adota o regime não cumulativo, em que é possível descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, de modo que as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre os produtos que a Companhia compra e, também, de outras despesas.

ISS

O Imposto Sobre Serviço ("ISS") é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. A Companhia efetua o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

2.2 Resultados operacional e financeiro

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As operações e clientes da Companhia estão localizados no Brasil e, dessa forma, as condições macroeconômicas do país podem afetar as receitas da Companhia. A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, é repassada parte dos aumentos nos custos para os clientes por meio de aumentos de preços.

Desta forma, as operações da Companhia dependem das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) crescimento do PIB; (ii) distribuição de renda; (iii) taxa de desemprego; (iv) variação real do salário; (v) disponibilidade de crédito; (vi) taxa de inflação; (vii) taxa de juros; e (viii) grau de confiança dos consumidores, entre outros.

Apesar do cenário ainda desafiador em função do baixo crescimento do varejo no Brasil, da inflação e câmbio elevados, da taxa básica de juros em 13,75% a.a., do endurecimento no crédito e das indefinições sobre uma política fiscal única no país, a Companhia apresentou o melhor resultado dos últimos anos, alcançando um lucro líquido de R$95.203 em 31 de dezembro de 2022 em comparação aos R$49.487 em 31 de dezembro de 2021, representando um crescimento de 92,4%.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a receita líquida da Companhia foi de R$2.369,4 milhões, R$2.054,5 milhões e R$1.809,2 milhões, respectivamente representando um acréscimo médio ponderado anual de 14,9%

Apesar de ter sofrido os efeitos adversos da pandemia do COVID-19 nos exercícios sociais de 2021 e 2020, a Companhia entende que tem sido capaz de repassar para seus clientes as variações positivas ou negativas nos custos das mercadorias. Essas variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros. Muitos produtos comercializados são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços dos produtos. Por um lado, os produtos eletroeletrônicos estão cada vez mais baratos, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais inovadoras, o que estimula por vezes a compra de produtos mais caros e mais sofisticados.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A inflação pode impactar direta e indiretamente os custos dos produtos, assim como despesas operacionais e o aumento da inflação poderá impactar negativamente o resultado operacional caso a Companhia não seja capaz de repassar esses aumentos de gastos aos clientes finais por meio do aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos e prejudicando novos negócios e reduzindo também o poder aquisitivo dos clientes finais. Portanto, a depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

Entretanto, a Companhia acredita que consegue repassar pequenas variações nos índices de inflação a seus clientes, sempre buscando, nas negociações com os fornecedores, o menor custo possível, respeitando os princípios da relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar os negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos produtos da Companhia.

A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia na medida em que não seja capaz de repassar os aumentos de custos ao cliente final por meio do aumento dos preços dos produtos que comercializa. Como a Companhia vende um portfólio variado de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, a Companhia acredita que sua exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

A variação cambial não tem impacto relevante direto no resultado operacional da Companhia. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía nenhuma dívida ou aplicação financeira em moeda estrangeira e, portanto, a variação cambial não afeta o resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos no montante de R$503,4 milhões, atrelados à CDI e TJLP.

	31 de dezembro de		
	2022	**2021**	**2020**
Crescimento (retração) do PIB (a)	2,9%	4,6%	-3,90%
Inflação - IGP-M (b)	5,45%	17,78%	23,14%
Inflação - IPCA (c)	5,78%	10,06%	4,52%
CDI (e)	4,4%	4,4%	2,7%
TJLP (d)	6,78%	4,80%	4,98%
Taxa de câmbio - fechamento R$ por USS$ 1,00 (f)	5,2177	5,5805	5,1967

Fontes:

(a) e (c) IBGE

(b) Índice Geral de Preços - Mercado - FGV

(d) BNDES

e (f) Banco Central

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis, bem como nas estimativas utilizadas em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que o relatório dos auditores independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não possuem menção de ressalva ou ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram constituições, aquisições ou alienações de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Como parte da estratégia da Companhia, foi celebrado em 29 de outubro de 2020 um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral, por meio do qual o controle da Spiral será transferido à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, superada tal condição, a transferência estará concluída e em vigor na data da liquidação da oferta pública inicial de ações da Companhia, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral, fazendo com que todo e qualquer investidor que subscreva/adquira ações no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia tenha participação na Companhia já com a Spiral como sua subsidiária.

O Preço de Aquisição foi baseado em laudo de avaliação independente elaborado pela Padrão Consultoria, datado de 22 de setembro de 2020, que apurou valor de R$106.250.000,00 (cento e seis milhões e duzentos e cinquenta mil reais) para a Spiral, utilizando como critério de avaliação o método do fluxo de caixa descontado.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, quaisquer outros eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante em suas demonstrações financeiras ou em seus resultados.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

Conciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto %)	**2022**	**2021**	**A.H.**
Lucro Líquido do Exercício	**95.203**	**49.487**	**92,4%**
(+) IR / CS	41.373	21.586	91,7%
(+) Resultado financeiro, líquido	120.004	104.482	14,9%
(+) Depreciação e amortização	129.117	117.401	10,0%
EBITDA	**385.697**	**292.956**	**31,7%**
(-) Crédito extemporâneo de impostos	-	(23.116)	-100,0%
EBITDA Ajustado	**385.697**	**269.840**	**42,9%**

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O lucro líquido do exercício, o IR/CS e o resulado financeiro, líquido podem ser localizados nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O total de depreciação e amortização poderá ser confrontado com as demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, quaisquer outros eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante em suas demonstrações financeiras ou em seus resultados. O LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ou em inglês EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), como é mais difundido no mercado financeiro é uma medida alternativa de lucratividade ao então lucro líquido. Ao eliminar as despesas de depreciação e amortização não monetárias, bem como impostos e custos de dívida dependentes da estrutura de capital, o EBITDA tenta representar o lucro monetário gerado pelas operações da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2022, os eventos subsequentes foram os seguintes:

Estrutura de capital:

Em atendimento ao artigo 202 da Lei 6.404/76, e ao artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foi registrado no encerramento do exercício social o valor de R$22.611 relativos à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, e R$67.832 relativos a Reserva para Investimentos, conforme descrito na nota explicativa 19 – Patrimônio Líquido.

A Diretoria Executiva propôs e foi acatado pelo Conselho de Administração, que além dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$22.611 sejam distribuídos dividendos adicionais, utilizando o saldo da conta de reserva de investimentos no valor de R$70.943. O total da distribuição de R$93.554 será utilizada na amortização do Contrato de Mútuo com os Acionistas Controladores descrito na NE 10 – Partes Relacionadas. Esta proposta está sujeita à deliberação dos acionistas na próxima Assembleia Geral a ser convocada.

Empréstimos:

A Companhia, em 20 de janeiro de 2023, celebrou o primeiro aditivo ao contrato de Cédula de Crédito Bancário de R$70.189 inicialmente vencível em junho de 2025 sendo então prorrogado para junho de 2027.

Em 31 de dezembro de 2021, os eventos subsequentes foram os seguintes:

Estrutura de capital:

Em atendimento ao artigo 202 da Lei 6.404/76, e ao artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foi registrado no encerramento do exercício social o valor de R$11.957 relativos à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, e R$35.870 relativos a Reserva para Investimentos, conforme descrito na nota explicativa 19 – Patrimônio Líquido.

Com o objetivo de reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria Executiva propôs e foi acatado pelo Conselho de Administração, que os valores relativos ao dividendo mínimo obrigatório e a reserva de investimentos, que totalizam R$47.827, sejam utilizados para aumento do Capital Social, elevando o mesmo de R$8.300 para R$56.127. Esta proposta está sujeita à deliberação dos acionistas na próxima Assembleia Geral a ser convocada

2.7 Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o artigo 28 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal ("Reserva Legal"), até que o seu valor atinja 20% do capital social; (ii) após a destinação à reserva legal, uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e conforme previsto no artigo 28 do Estatuto Social; e (iv) o saldo remanescente terá a destinação que a assembleia geral ordinária ("Assembleia Geral Ordinária") determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução dos Prejuízos Acumualdos, da Reserva Legal e da Reserva de Contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos. Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio depende de aprovaçãopor deliberação do Conselho de Administração.

d. **eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de distribuição de resultados está formalizada no Estatuto Social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordináriaem 30 de abril de 2023.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 exceto por isenções permitidas pela norma contábil e adotadas pela Companhia, conforme descrito na seção 10.4(a) acima.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

iv. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há outros itens não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Com o crescente aumento da utilização dos canais digitais por seus clientes, a Companhia fez investimentos em tecnologia, infraestrutura, plataformas digitais e de omnicanalidade. A administração da Companhia contempla também investimentos na ampliação e no fortalecimento da cadeia logística nos seus 3 (três) centros de distribuição, buscando ter uma operação mais ágil e eficiente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível totalizaram R$9,9 milhões, incluindo a (i) abertura de 3 lojas novas; e (ii) ampliação *Shipping from Store* em 221 lojas, conseguindo realizar a entrega para os clientes em no máximo 2 horas;

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível totalizaram R$15,8 milhões, incluindo a (i) abertura de 8 lojas novas; (ii) ampliação *Shipping from Store* em 204 lojas, conseguindo realizar a entrega para os clientes em no máximo 2 horas; e (iii) investimentos no ambiente de tratamento e proteção de dados, no montante de R$806 mil, atendendo dessa forma, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O plano de negócios da Companhia contempla investimentos dedicados à abertura de novas lojas, reforma de lojas já existentes, expansão da operação de *Copy & Print* dentro das lojas físicas da Companhia e abertura de novos centros de distribuição.

A administração da Companhia pretende continuar investindo também em tecnologias, logística e infraestruturas para suportar o crescimento das operações, sempre com foco no cliente e na omnicanalidade. Mesmo já tendo sido implantada em 100% das lojas, a Companhia pretende continuar investindo em projetos que visam a otimizar suas plataformas (*mobile*, televendas, *app* e *desktop*). A Companhia investe em: tecnologia de informação, *business analytics*, melhorias no ERP próprio e na sua integração com o Protheus (ERP da Totvs), manutenção de lojas, ferramentas de abastecimento e logística, projetos de inovação, *Radio-Frequency Identification* ("RFID") entre outros.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Segundo a administração da Companhia, as principais fontes de financiamento dos investimentos em andamento são o caixa gerado pelas operações, endividamento financeiro e recursos dos acionistas.

Para mais informações sobre a estrutura de capital, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

2.10 Planos de negócios

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Como parte da estratégia da Kalunga, a Administração da Companhia celebrou em 29 de outubro de 2020 um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral"), por meio do qual o controle da Spiral será transferido à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, superada tal condição, a transferência estará concluída e em vigor na data da liquidação da oferta pública inicial de ações da Companhia, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral, fazendo com que todo e qualquer investidor que subscreva/adquira ações no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia tenha participação na Companhia já com a Spiral como sua subsidiária. Para mais informações a respeito da transferência do controle da Spiral para a Companhia, vide itens 3.9 e 6.3 deste Formulário de Referência.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. **descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
ii. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados**
iv. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

A administração da Companhia esclarece que não há novos produtos e serviços que tenham consumido recursos importantes, fora os já citados anteriormente.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

a. Objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos três últimos exercícios e exercício social corrente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

a. Informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento em ações da Companhia envolve um alto grau de risco. Os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia. Os negócios, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, entre outros. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nas ações de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acreditaque podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção "4.1. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um "efeito adverso" ou um "efeito negativo" para a Companhia, "afetará adversamente" a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, a reputação, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contextoas expressões semelhantes nesta seção "4.1. Fatores de Risco".

Não obstante a subdivisão desta seção "4.1. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

a) Riscos relacionados à Companhia

A amplitude e maneira em que a pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), continuará impactando as atividades da Companhia, bem como a percepção de tal eventual impacto, depende de acontecimentos futuros que são incertos e imprevisíveis que tiveram e podem continuar tendo efeito adverso relevante nas atividades, na situação financeira, nos resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

Os resultados da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 refletem um impacto significativo da perda de receita de operações de atividades físicas de varejo quando comparado com o ano de 2019. Para mais informações, ver Seção 10.2 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Desde o início da pandemia da COVID-19, as atividades da Companhia foram adversamente afetadas pelo novo ambiente econômico. As lojas da Companhia sofreram redução na circulação de consumidores em decorrência da redução do tráfego nas ruas, além de mudanças nos hábitos de compra dos consumidores. No mês de abril, 93% das lojas físicas da Companhia estavam

[1] O **Circuit Breaker** é um mecanismo que trava toda e qualquer operação na bolsa de valores quando há um momento crítico no mercado, seja ele de crise ou de temor, tendo como principal objetivo proteger e acalmar a volatilidade excessiva do Mercado Financeiro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

fechadas a fim de cumprir os decretos municipais e estaduais que buscaram reduzir a taxa de contágio por COVID-19 entre a população. Desde então, gradativamente as lojas físicas da Companhia foram sendo reabertas, com restrições em seu horário de funcionamento e capacidade. Em 9 de abril de 2021, a Companhia operava com 37 lojas fechadas e as demais lojas com restrições em seu horário de funcionamento.

Tendo em vista a possibilidade de divergências políticas acerca das estratégias de combate à pandemia, medidas tomadas pela Companhia relacionadas à reabertura de lojas estão sujeitas a interpretações diversas por parte das autoridades públicas, estando sujeitos, inclusive, a Companhia e/ou seus administradores a figurar como investigados em procedimentos de natureza cíveis ou criminais por eventual descumprimento de medidas sanitárias preventivas devido à reabertura e/ou ao funcionamento das lojas da Companhia, os quais podem afetar adversamente a sua reputação. Além disso, não há garantias de que a Companhia não será obrigada a adotar medidas adicionais ou a voltar a fechar temporariamente suas lojas físicas no futuro, podendo resultar em um impacto adverso relevante em seus resultados futuros.

A Companhia não pode estimar os impactos que a pandemia da COVID-19 terá sobre a demanda, o desemprego, as atividades econômicas e/ou a duração do ambiente econômico atual. Uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que a pandemia diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes. Todos esses fatores podem impactar adversamente o setor de varejo, diminuir a demanda pelos produtos da Companhia e consequentemente afetar seus resultados. As medidas de restrições à circulação impostas a lojas, bancos, lotéricas, como a restrição de horário de funcionamento, por exemplo, também podem dificultar ou atrasar a realização dos pagamentos devidos por clientes.

A pandemia causada pela COVID-19 acarretou impactos de longo alcance, incluindo fechamentos de fábricas e interrupções nas cadeias de fornecimento locais, regionais e globais, ameaçando a produção de vários bens e a interrupção da cadeia de peças e/ou fornecimento para empresas do setor de varejo. Paralelamente e também em razão das restrições de circulação decorrentes da pandemia de COVID-19, houve grande aumento de demanda de determinados produtos, como notebooks, monitores, mouses, teclados, webcams, cadeiras de escritório e de gamers, smartphones, roteadores, adaptadores, tablets, etc., muitos dos quais tiveram fornecimento reduzido em razão das restrições ou paralisações de produção de fornecedores, em particular o fechamento temporário de fábricas na China. As paralizações de fábricas ao redor do mundo resultaram em escassez de certas matérias-primas, fazendo com que estejam em falta no mercado interno ou a preços superiores aos praticados antes da pandemia, como plástico, polipropileno (PP), polietileno (PE), papelão, papel Kraft, Madeira MDF, cobre, entre outras, afetando outros setores como os de embalagens em geral.

Atualmente, a cadeia de fornecimento global continua ameaçada considerando as incertezas que ainda existem em relação aos impactos mundiais da pandemia do COVID-19, que decorrem, principalmente, do início de uma terceira onda em alguns países, da identificação de novas variantes do vírus no Reino Unido, África do Sul e Brasil, das dificuldades em relação à produção, distribuição e aplicação das vacinas, entre outros. Como consequência dessas interrupções, as empresas cuja cadeia de fornecimento depende de produtores externos, incluindo a Companhia, pode ter seu estoque afetado e, consequentemente, poderão enfrentar redução em sua receita, como observado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (se comparado a 2019).

A pandemia também pode causar interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia no futuro como consequência de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, licença de funcionários em razão de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, restrições de viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa dos empregados da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a restrições de viagens

4.1 Descrição dos fatores de risco

ou restrições impostas pelo governo relacionadas à pandemia, as atividades da Companhia poderão ser adversamente afetadas. Adicionalmente, a Companhia também adotou uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos, os quais em sua grande maioria, na data deste Formulário de Referência, ainda operam de forma remota. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos enfrentados pela Companhia, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operacionalizar suas atividades.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode ter afetado negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção "4.1. Fatores de Risco", como aqueles relacionados ao nível de endividamento da Companhia, à necessidade da Companhia de gerar fluxos de caixa suficientes para atender seu endividamento e à capacidade da Companhia de cumprir as obrigações assumidas no âmbito dos contratos que regem seu endividamento.

Ainda que, em 5 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em Genebra, na Suíça, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19, a Companhia acredita, ainda, que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, aduração e a distribuição geográfica dos casos, sua gravidade, o surgimento de novas variantes daCOVID-19, a exemplo daquelas identificadas no Reino Unido, África do Sul e Brasil, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, a determinação de *lockdowns* para tentar reduzir a terceira onda de infecções, o sucesso no desenvolvimento de vacinas capazes de conter a disseminação da doença, a capacidade de produção e distribuição de tais vacinas à população mundial, bem como o desenvolvimento bem sucedido de campanhas de vacinação, e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Além disso, no futuro, podem ocorrer outros surtos regionais e/ou globais de doenças transmissíveis. Caso ocorram, os efeitos que a Companhia sofrerá podem ser semelhantes ou até maiores que os efeitos que está sofrendo em decorrência da pandemia da COVID-19.

A Companhia poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento, o que poderá afetar de maneira adversa e relevante seus negócios e resultados operacionais.

A implementação da estratégia de crescimento da Companhia depende de fatores críticos, dentre os quais a capacidade da Companhia de: (i) fortalecer sua plataforma de logística e distribuição para apoiar a expansão de seus negócios, o fornecimento de estoque para suas lojas e uma melhor experiência de compra para seus clientes, (ii) oferecer um variadoe amplo leque de produtos que atendam às necessidades de seus clientes, (iii) aprimorar a experiência docliente por meio de plataformas de vendas e comércio eletrônico, (iv) abrir novas lojas e expandir sua cobertura geográfica, (v) identificar locais adequados para alugar em condições favoráveis,
(vi) obter as licenças e autorizações governamentais necessárias em tempo hábil para a construção e operação de suas lojas físicas, (vii) gerenciar custos de construção e desenvolvimento de novas lojas, (viii) expandir sua carteira de clientes, (ix) aumentar as vendas e a rentabilidade de suas operações, (x) manter o valor de sua marca em relação aos seus concorrentes do setor de varejo de materiais de escritório, e (xi) gerenciar suas atividades de financiamento e o investimento de seus recursos financeiros.

Em decorrência do atual ambiente econômico, a Companhia não pode garantir que alcançará os objetivos mencionados acima e, portanto, poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento. Qualquer falha na implementação de sua estratégia de

4.1 Descrição dos fatores de risco

crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante a Companhia, seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia poderá não conseguir manter as sinergias esperadas entre seus canais de vendas, os quais poderão entrar em competição, se tornar economicamente inviáveis e/ou ser objeto de autuações, o que poderá resultar em impacto adverso relevante nos seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional

As atividades da Companhia no setor de varejo são realizadas por meio de lojas físicas e plataformas digitais, incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas. Com o aumento no uso de computadores, *tablets*, *smartphones* e outros dispositivos parafazer compras nas lojas e plataformas online da Companhia, a Companhia tem oferecido versõesde seu site para referidos dispositivos (incluindo aplicativos para *smartphones*), além de utilizaras mídias sociais. Caso a Companhia não consiga atrair e reter membros da equipe ou contratar terceiros com as habilidades especializadas necessárias para manter suas plataformas de vendasou não conseguir implementar em tempo hábil melhorias na tecnologia voltada para o cliente, suacapacidade de competir e seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados. Alémdisso, se o site da Companhia ou outros sistemas de tecnologia voltados para o cliente não funcionarem conforme projetados, a experiência do cliente poderá ser negativamente afetada, resultando em perda de confiança e satisfação do cliente e, por conseguinte, em perda de vendas,o que poderá afetar adversamente a reputação da Companhia e seus resultados operacionais.

Além disso, a Companhia poderá não conseguir operar em vários canais de forma integrada e complementar em termos comerciais, logísticos, de comunicação, *marketing* e de atendimento, caso em que sua estrutura multicanal (*omnichannel*) poderá ser negativamente afetada, o que pode afetar adversamente os resultados das operações da Companhia. Adicionalmente, seus canais de vendas podem entrar em competição entre si. Caso isso aconteça, a Companhia não será bem-sucedida em sua estratégia de crescimento de seu faturamento e poderá não alcançar os benefícios esperados para seus negócios e atividades. A Companhia poderá incorrer em custos maiores do que os esperados para a integração de seus canais de vendas e as iniciativas *omnichannel* poderão se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à *plataforma omnichannel* no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Qualquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante a estratégia de crescimento e o resultado operacional da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de informação para operacionalizar suas atividades. Problemas nos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia, a incapacidade da Companhia de acompanhar o desenvolvimento da tecnologia de tais sistemas ou o comprometimento de dados de clientes poderão afetar adversamente suas operações e sua reputação.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de sistemas e centros de dados, incluindo sistemas de ponto de venda em lojas, sistemas de crédito, sistemas de logística e de comunicação e softwares utilizados para controle de estoque e para gerar relatórios comerciais e de desempenho financeiro. Os sistemas de processamento operacional em tempo real são necessários para garantir níveis adequados de estoque e atendimento ao cliente. Além disso, os sistemas que processam os meios de pagamento empregados pela Companhia são indispensáveis para suas operações, vendas realizadas em lojas físicas e por meio de seus canais digitais.

Os sistemas de informação da Companhia poderão sofrer interrupções devido a fatores que estão além de seu controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus e *softwares* maliciosos, entre outros fatores. Falhas, interrupções ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

ineficiências nos sistemas integrados da Companhia poderão resultar na perda de dados pela Companhia ou em sua incapacidade de realizar transações comerciais e, portanto, a Companhia poderá deixar de auferir receitas de vendas, o que a afetaria de forma significativamente negativa. Além disso, quaisquer interrupções significativas que afetem a plataforma digital da Companhia (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) poderão causar danos à sua reputação, demandar recursos para os reparos necessários e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

Quaisquer falhas de tais sistemas ou software ou problemas decorrentes de vírus ou *malwares*, também poderão afetar negativamente e de forma inesperada a disponibilidade e precisão do processamento de transações e relatórios de contabilidade financeira da Companhia, bem como sua capacidade de gerenciar suas atividades, resultados operacionais ou necessidades de caixa.

Ainda, a Companhia precisa atualizar e aprimorar continuamente suas tecnologias e, ao fazê-lo, poderá incorrer em despesas adicionais substanciais ou enfrentar problemas de integração, o que poderá afetar negativamente seus resultados operacionais e sua situação financeira. A estratégia da Companhia de longo prazo se baseia em uma integração completa entre os canais de sua plataforma digital (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) e, para tanto, a Companhia depende de recursos tecnológicos de terceiros. A não disponibilidade ou queda na qualidade desses recursos poderá afetar negativamente o planejamento da Companhia e, por conseguinte, seu resultado operacional e sua situação financeira.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia os sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária pode provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na abertura e operação de novas lojas, o que poderá prejudicar seus planos de expansão e afetar adversamente suas vendas, seus resultados operacionais e suas perspectivas.

O crescimento da Companhia está ligado à sua capacidade de abrir e operar novas lojas, bem como de identificar e tirar proveito de novas oportunidades de negócios, que dependem de vários fatores, muitos dos quais estão além do controle da Companhia. Esses fatores incluem, entre outros, a capacidade de identificar locais adequados para novas lojas, a capacidade da Companhia de negociar locações em condições aceitáveis, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamentos em condições aceitáveis para abrir e operar novas lojas, o aumento de vendas da Companhia em suas atuais lojas, o desenvolvimento e a eficiência contínuos da plataforma da Companhia de logística e distribuição, levando em consideração a capilaridade da Companhia, a custos aceitáveis para atender às demandas dos clientes e para contratar, treinar e manter pessoal qualificado para as lojas da Companhia, especificamente para cargos de gerência.

Uma vez tomada a decisão de abrir uma nova loja, reformas e preparações poderão sofrer atrasos, interrupções ou envolver aumento de custos ou custos imprevistos, inclusive em decorrência de uma deteriorização do cenário econômico local e/ou international, e a Companhia poderá não conseguir financiamentos em termos aceitáveis para abrir novas lojas na medida do necessário. A Companhia também poderá enfrentar dificuldades em oferecer a mercadoria certa que atenda às necessidades e preferências dos clientes em novas regiões. Além disso, as novas aberturas de lojas também exigirão ajustes nos níveis de estoque, o que poderá envolver custos acrescidos, além da contratação, treinamento e manutenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente no nível gerencial. Ainda, quando asinaugurações de novas lojas ocorrerem em mercados em que já existem lojas da Companhia, poderá ocorrer uma redução nas vendas líquidas das lojas já existentes nesses mercados em razãodo deslocamento de vendas. Adicionalmente, a capacidade da Companhia de abrir e operar novas lojas pode ser afetada por uma eventual deteriorização econômica nacional e/ou international, em decorrência do agravamento da inflação global, prolongamento e expansão do conflito entre Russia e Ucrania. A Companhia poderá não conseguir integrar satisfatoriamente novas lojas em suas atuais operações ou não conseguir obter as licenças e autorizações governamentais necessárias para a abertura de lojas. A não abertura denovas lojas em tempo hábil e de forma econômica, de acordo com planos estratégicos da Companhia, poderá afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A abertura de novas lojas poderá demandar tempo, recursos e atenção adicionais da Companhia, o que poderá resultar em uma queda no desempenho das suas atuais lojas.

O processo de abertura de novas lojas exige tempo, recursos e atenção adicionais por parte da administração da Companhia e fixará demandas crescentes nas estruturas operacionais, gerenciais e administrativas da Companhia. Esses desafios podem resultar em uma queda na eficiência operacional, especialmente na medida em que o foco for desviado para o gerenciamento da expansão da Companhia, o que, por sua vez, poderá causar uma redução no desempenho das atuais lojas da Companhia, de forma individual ou agregada. Além disso, adaptar o modelo de negócios da Companhia a outras regiões do Brasil poderá demandar mais tempo do que o previsto, o que poderá adversamente afetar os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não conseguir manter o ritmo atual do crescimento de vendas, o que poderá impactar adversamente sua situação e resultados financeiros.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas nas atuais lojas da Companhia são: (i) a capacidade da Companhia de prever e endereçar as novas tendências de consumo em tempo hábil, inclusive em relação à manutenção dos níveis de estoque e logística adequados em cada uma de suas lojas; (ii) a capacidade da Companhia de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a capacidade da Companhia de manter e aumentar a confiança e a lealdade do cliente para que os clientes não prefiram as lojas dos concorrentes em relação às lojas da Companhia; (iv) o impacto que as aberturas de novas lojas pode ter nas atuais lojas localizadas nos mesmos mercados geográficos; (v) as condições comerciais e econômicas em geral e nas regiões onde as lojas da Companhia estão localizadas, incluindo fatores que impactam significativamente nos gastos do consumidor; (vi) as mudanças nas políticas de crédito, publicidade e marketing da Companhia; (vii) as táticas de vendas utilizadas pelos concorrentes da Companhia, como preços abaixo do padrão de mercado; (viii) a capacidade e eficiência de distribuição da Companhia e (ix) a concorrência. Além disso, o crescimento futuro de vendas da Companhia depende da ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce*, *online partner store* e *marketplace*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependem de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo dos clientes da Companhia, podendo impactar o ritmo de crescimento de vendas. Adicionalmente, conforme discutido em outras partes dessa seção “4.1. Fatores de Risco”, os volumes de vendas da Companhia podem diminuir em decorrência do surgimento de novas calamidades, tal como, pandemias, recessão e guerras, que podem afetar o comportamento do consumidor.

A Companhia não tem controle sobre os fatores listados acima e seus esforços para gerenciá-los poderão ser insuficientes para evitar a queda no desempenho de vendas nas suas atuais lojas, o que poderá afetar adversamente a Companhia de forma relevante. Caso a Companhia não seja capaz de crescer e manter um crescimento anual satisfatório em relação às suas vendas, sua situação e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser negativamente afetados por flutuações sazonais nas vendas de seus produtos e na oferta de seus serviços.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade, com tendência de redução nas vendas em geral no segundo trimestre, após o ciclo de vendas “de volta às aulas” no primeiro trimestre e antes do ciclo de vendas de “volta às aulas” do terceiro trimestre e no ciclo de vendas de férias no quarto trimestre. Portanto, os resultados operacionais da Companhia historicamente flutuam entre trimestres, com vendas e rentabilidade geralmente mais fortes na primeira metade do exercício fiscal do que segunda metade do exercício fiscal. Outros fatores que também podem causar essas flutuações trimestrais incluem: a desaceleração da economia brasileira; a suspensão de qualquer uma das atividades da Companhia ou das atividades dos fornecedores da Companhia; as práticas de preços dos concorrentes da Companhia; os tipos e o conjunto de produtos vendidos; o nível de despesas com publicidade e promoção; fatores macroeconômicos que afetem a confiança e os gastos do consumidor; e demais fatores de risco descritos nessa seção, que poderão vir a ser intensificados em decorrência de eventos de pandemia e conflito armado. A maioria das despesas operacionais da Companhia, como custos de ocupação e mão-de-obra, não são variáveis. Sendo assim, se as vendas em certos trimestres estiverem abaixo das expectativas, a Companhia poderá não conseguir reduzir proporcionalmente as despesas operacionais de tal trimestre e, portanto, esse déficit de vendas poderá ter um efeitonegativo relevante no lucro líquido da Companhia para tal trimestre e para o exercício.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o primeiro trimestre do ano, a Companhia incorre em investimentos e despesas adicionais, tais como o aumento do

4.1 Descrição dos fatores de risco

volume de produtos estocados, das obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para as lojas físicas. Qualquer falha nas projeções de demanda da Companhia, ou redução não prevista de demanda, em relação aos produtos que venderá durante o primeiro trimestre de cada ano, pode forçar a Companhia a se desfazer do estoque excedente a preços consideravelmente inferiores ao valor de mercado, além de não recuperar o alto investimento em produtos, serviços e suas despesas com pessoal e publicidade para o período. Por conseguinte, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais e financeiros no período em questão.

Para mais informações sobre a sazonalidade e suas consequências, vide seção 1.4.c deste Formulário de Referência.

A oferta pela Companhia de produtos e serviços de marca própria de entidades do grupo econômico da Companhia expõe a Companhia a riscos que podem resultar em aumento de seu custo e prejudicar a reputação da Companhia.

Os produtos ofertados pela Companhia incluem produtos Kalunga, Spiral e outros produtos de marca própria ou exclusiva de entidades do grupo econômico da Companhia, que representaram aproximadamente 14,5% e 12,3% das vendas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, respectivamente, e que competem com os itens de marcas de outros fabricantes que a Companhia oferece. A venda dos produtos e serviços de marca própria ou exclusiva da Companhia e de seu grupo econômico a expõe a riscos que podem resultar no aumento de seu custo, incluindo riscos de violação de propriedade intelectual de terceiros, propaganda enganosa e reclamações de responsabilidade pelo produto contra a Companhia; aumento de tarifas sobre produtos que a Companhia importa, inclusive à luz da atual incerteza com relação à política comercial da República Popular da China; e questões de cumprimento das normas aplicáveis de importação e exportação. Além disso, a Companhia não pode garantir que agentes, fornecedores, fabricantes ou outros terceiros com quem a Companhia realiza negócios não violem as leis e regulamentos relativos à importação e exportação de mercadorias ou as políticas da Companhia, o que poderia submeter a Companhia a responsabilidades e adversamente afetar suas operações ou seus resultados operacionais. Ao oferecer produtos de marca própria ou exclusiva, a Companhia também possui maior exposição e responsabilidade perante o consumidor por substituições em razão de vícios de produto. Se algum dos clientes da Companhia for prejudicado por produtos ou serviços de marca própria ou exclusiva da Companhia e de seu grupo econômico, estes podem ajuizar ações buscando responsabilizar a Companhia pelo produto ou a Companhia poderá ter que fazer recolhimentos (*recalls*) voluntários ou obrigatórios de tais produtos.

Quanto mais produtos de marca própria ou exclusiva forem oferecidos pela Companhia, mais os riscos acima mencionados aumentam, o que poderá prejudicar a reputação da Companhia e ter um efeito negativo sobre as suas atividades e seu desempenho financeiro.

Falhas em avaliar e monitorar os riscos associados à fraude de cartão de crédito poderão prejudicar a reputação e as marcas da Companhia, resultar na aplicação de multas e sanções administrativas e/ou em ações judiciais, afetando-a, portanto, de forma adversa e relevante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 47,0% das vendas da Companhia eram pagas por clientes por meio de cartões de crédito. De acordo com as políticas de cartão de crédito atuais, a Companhia poderá ser responsabilizada por operações fraudulentas de cartão de crédito na modalidade “cartão não-presente” em suas lojas virtuais. Atualmente, a Companhia assume o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, haja vista que realiza operações na modalidade “cartão não-presente” em suas lojas virtuais e não possui seguro contra esse risco. Além disso, a Companhia está sujeita ao aumento das perdas decorrentes desse tipo de fraude na medida em que aumenta o volume de suas vendas. A falha da Companhia em monitorar operações fraudulentas realizadas por meio de cartão de crédito poderá prejudicar a reputação da Companhia e de suas marcas, podendo resultar em questionamentos de órgãos regulatórios, aplicação de multas e/ou sanções administrativas, bem como ajuizamento de ações judiciais, sendo certo quea ocorrência de qualquer destes riscos poderá afetar a Companhia de maneira adversa e relevante,tanto em sua reputação como em seus negócios, operações e resultados.

As atividades da Companhia dependem de sua reputação e da reputação de suas marcas, conforme percebidas por clientes, fornecedores e distribuidores. A falta de esforços efetivos de publicidade e para manutenção da reputação (incluindo a reputação das marcas) da Companhia poderá afetar negativamente seu desempenho financeiro.

Os esforços de propaganda e marketing da Companhia desempenham um papel crucial na manutenção do trânsito de clientes em suas lojas e plataformas digitais. A falta de esforços

4.1 Descrição dos fatores de risco

efetivos de publicidade para atrair novos clientes ou reter os atuais, a falha das campanhas de propaganda e marketing em alcançar as metas e objetivos esperados ou a interpretação incorreta das respostas dos consumidores às atividades promocionais da Companhia, existentes ou futuras, poderá ter impactos negativos nas suas vendas e rentabilidade, não gerar a desejada valorização da marca da Companhia e, portanto, afetar negativamente seu desempenho financeiro.

A reputação das principais marcas do grupo econômico da Companhia ("Kalunga", "Kalunga.com", "Spiral do Brasil" e "*Copy & Print*") é fundamental para a capacidade da Companhia de manter sua posição no setor de varejo de materiais de escritório, bem como de atrair e reter clientes, fornecedores, distribuidores e profissionais qualificados e estabelecer parcerias. A não detecção, prevenção ou remediação, pela Companhia, de problemas que gerem risco à sua reputação e/ou às suas marcas ou a falha da Companhia em lidar adequadamente com a publicidade ou percepções negativas pode afetar adversamente sua reputação, seus negócios, seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Problemas que podem representar um risco à reputação ou às marcas da Companhia incluem (i) a incapacidade de fornecer uma experiência de e-commerce e entrega à domicílio que atenda às expectativas dos consumidores; (ii) a falha de medidas de segurança cibernética para proteção contra violações de dados; (iii) a responsabilização pelo produto e recolhimentos (*recalls*) de produtos; (iv) a atividade da Companhia em seus canais de mídia social; (v) o mau desempenho operacional ou esportivo ou problemas reputacionais das marcas de terceiros , patrocinados pela Companhia, (vi) o não cumprimento de leis e regulamentações aplicáveis; (vii) acidentes, fraudes; e (viii) os demais riscos referidos nesta seção "4.1. Fatores de Risco" deste Formulário de Referência. Além disso, informações sobre a Companhia que podem ser negativas à sua reputação ou à sua marca, verdadeiras ou não, podem ser publicadas de forma instantânea em plataformasde mídia social a qualquer momento. O dano pode ser imediato, sem que a Companhia tenha a oportunidade de reparação ou correção.

Se a reputação da Companhia e/ou suas marcas forem prejudicadas, se ocorrerem eventos que resultem na redução da confiança dos clientes nas marcas da Companhia ou redução da afinidade destes com as marcas da Companhia, tais marcas poderão ter seu valor reduzido, os clientes da Companhia poderão se recusar a continuar comprando produtos da Companhia, empregados em potencial poderão não estar mais dispostos a trabalhar para a Companhia, parceiros de negócios poderão ser desencorajados de buscar negócios futuros com a Companhia e, por conseguinte, as atividades e os resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

Qualquer falha ou incapacidade de proteger as marcas e nomes de domínio da Companhia ou a violação da propriedade intelectual da Companhia por terceiros poderá afetar negativamente e de forma relevante os resultados operacionais da Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende, em parte, da sua capacidade de proteger as atuais e futuras marcas da Companhia, incluindo a marca "Kalunga", e defender os seus outros direitos de propriedade intelectual, com destaque para os nomes de domínio que permitem o acesso à plataforma e ao aplicativo da Companhia.

Eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marca da Companhia pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa dos seus registros marcários podem diminuir o valor das marcas da Companhia, afetar adversamente sua reputação, ou ainda, ocasionar um declínio nas vendas da Companhia.

Nesse sentido, a Companhia não garante que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade. Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de uma marca em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia.

Nesse sentido, cabe ressaltar, que o monitoramento de uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e não há como garantir que terceiros não tenham registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado de atuação da Companhia.

Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e defender os direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia podem ser impactados adversamente. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Nesse sentido, a Companhia não garante que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade.

A Companhia pode enfrentar desafios com relação à manutenção ou renovação de seus atuais contratos de locação e/ou à celebração de novos contratos de locação em termos e condições favoráveis para suas lojas físicas e centros de distribuição, o que poderá afetar adversamente suas atividades e resultados.

A Companhia loca todos os imóveis das lojas físicas e centros de distribuição. Tendo em vista a importância estratégica da localização das lojas físicas e da rede de distribuição da Companhia, se um número significativo de contratos de locação for rescindido ou não for renovado em termos razoáveis, os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados de forma relevante.

Uma redução na atratividade das localizações e shopping centers em que as lojas físicas da Companhia estão localizadas, e/ou o surgimento de condições econômicas adversas em áreas próximas a tais locais podem afetar negativamente as vendas em tais lojas físicas da Companhia e resultar na necessidade de alteração da localização de tais lojas, por meio da celebração de novos contratos de locação.

Além disso, como parte do plano de expansão, a Companhia pretende locar imóveis adicionais a fim de abrir novas lojas ou expandir suas atuais. As áreas desejáveis para novas lojas ou transferência de atuais lojas poderão não estar disponíveis a um custo razoável e a Companhia não pode garantir que conseguirá celebrar tais novos contratos de locação em termos e condições favoráveis para a Companhia.

Os contratos de locação da Companhia são geralmente por prazos que variam de 5 a 10 anos. A Companhia e os proprietários desses imóveis podem não chegar a um acordo sobre a renovação de tais contratos de locação. Caso os contratos de locação não tenham sido renovados e estejam vigendo por prazo indeterminado, os proprietários poderão requerer a desocupação desses imóveis a qualquer tempo e por qualquer motivo, devendo a Companhia desocupar tais imóveis dentro do prazo de 30 dias contados do recebimento de notificação nesse sentido. Nestes casos, a Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991, conforme alterada ("Lei do Inquilinato") permite a renovação dos contratos de locação, desde que celebrados por escrito e com prazo especifico de pelo menos cinco anos, ou de contratos cuja soma dos prazos ininterruptos de vigência seja de cinco anos, por um prazo adicional de cinco anos, desde que a Companhia ajuíze ação judicial entre 1 ano e seis meses antes do término da vigência do contrato de locação e desde que, ainda, a Companhia tenha atuado na mesma linha de negócios por, pelo menos, três anos ininterruptos. A Lei do Inquilinato também prevê que o locador não é obrigado a renovar o contrato de locação se, entre outras condições, (i) as autoridades competentes considerarem que devem ser realizadas obras significativas no local que transformariam significativamente o local ou no caso de tais obras aumentarem o valor do negócio ou do imóvel ou (ii) o imóvel for utilizado pelo locador ou transferido para uma entidade comercial, que já exista há mais de um ano, e que seja detida pelo locador ou por seu cônjuge, seus ascendentes ou seus descendentes. Além disso, alguns dos contratos de locação da Companhia não possuem expressamente as cláusulas de vigência e preferência e não estão registrados e averbados nas matrículas dos imóveis aplicáveis junto aos cartórios de registro de imóvel competentes. Nesse caso, em eventual alienação do imóvel pelo locador, o novo adquirente poderá requisitar a posse do imóvel, momento em que o locatário terá o prazo de 90 dias para desocupar o imóvel. Com relação ao direito de preferência, a jurisprudência possui o entendimento de que este direito é garantido ao locatário de qualquer modo pela Lei do Inquilinato. Assim, caso o contrato de locação não contenha expressamente a referida cláusula e o contrato não se encontre averbado na matrícula do imóvel, em eventual alienação do imóvel pelo locador, sem que tenha sido ofertada a preferência ao locatário, este poderá solicitar perdas e danos em juízo.

Além disso, de acordo com os contratos de locação, dentre outras obrigações, a Companhia é a responsável pelo pagamento dos tributos fiscais relativos aos imóveis. Caso haja irregularidade nos pagamentos de referidos tributos causada pela Companhia, poderá ser configurado inadimplemento, podendo assim, os proprietários desses imóveis, rescindirem os contratos de locação. No limite, considerando os eventuais débitos existentes, poderão os órgãos responsáveis executar a dívida, podendo levar à perda da propriedade dos imóveis pelos proprietários e, consequentemente, a rescisão dos contratos de locação.

Consequentemente, na hipótese de (i) os contratos de locação dos imóveis em que estão

4.1 Descrição dos fatores de risco

localizadas as lojas físicas e centros de distribuição da Companhia serem rescindidos antes do término da sua vigência, (ii) a Companhia não conseguir renovar os referidos contratos de locação, (iii) os eventuais novos proprietários dos referidos imóveis exigirem que a Companhia desocupe o imóvel ou (iv) a Companhia renovar tais contratos de locação em condições desfavoráveis, a Companhia poderá ser obrigada a fechar ou alterar a localização das lojas físicas ou centros de distribuição, o que pode afetar negativamente a Companhia de forma relevante. Além disso, quaisquer ajustes de valor de mercado para pagamentos de aluguel podem resultar em um aumento inesperado nos custos da Companhia.

Do total de lojas físicas da Companhia em 31 de dezembro de 2022, cerca de 70% estão localizadas em *shopping centers*/*mini malls* e 30% em pontos comerciais de rua. O risco de rescisão antes do término da vigência dos contratos de locação tende a ser maior em pontos comerciais de rua do que as em lojas físicas em shopping centers.

Ademais, parte dos imóveis objeto dos contratos de locação estão onerados objetivando garantir dívidas de terceiros, fato que poderá acarretar a necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo ou caso os credores dos ônus registrados nas matrículas executarem as garantias em caso de inadimplemento do devedor. Além disso, em caso de alienação fiduciária de imóvel, caso os imóveis onerados tenham sido locados sem a anuência do credor, a locação será considerada válida por apenas 1 (um) ano.

Tendo em vista que as localizações de imóveis representam um fator importante na estratégia de vendas da Companhia, se um número significativo de contratos de locação das lojas físicas e centros de distribuição da Companhia atualmente em vigor não for renovado ou se a Companhia não conseguir celebrar novos contratos de locação para suas lojas físicas e centros de distribuição em condições satisfatórias, a Companhia poderá ser afetada de maneira significativamente negativa.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos, descontar recebíveis ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos (incluindo valores mobiliários) no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações, para a implementação da sua estratégia e para seu crescimento. A Companhia poderá não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras. Para mais informações, ver item 2.1 “i” deste Formulário de Referência.

Os mercados de dívida local e de capitais foram impactados, nos últimos anos, pelo custo do crédito que aumentou consideravelmente, inicialmente, em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19 e, posteriormente, pelo agravamento das condições econômicas locais internacionais, seja devido aumento da inflação e/ou taxa de juros, seja pelos impactos na cadeia de consumo provocados pelo conflito entre Russia e Ucrania. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos nos mercados de capitais ou refinanciar seu endividamento quando necessário, não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

No curso normal de suas atividades, a Companhia realiza descontos de recebíveis junto a instituições financeiras para obter capital de giro para suas atividades operacionais. Na impossibilidade de a Companhia continuar a realizar tais descontos, a Companhia poderá não ter liquidez suficiente para manter o nível atual de operações e para honrar seus compromissos financeiros, o que poderá resultar em perdas financeiras para a Companhia e afetar de maneira significativamente negativa seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e pode optar por obtê-lo por meio

4.1 Descrição dos fatores de risco

de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia.

Ademais, financiamentos futuros poderão não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não estar disponíveis em termos e condições favoráveis à Companhia, o que poderá afetar negativamente o desenvolvimento dos projetos da Companhia, ou resultar em juros mais altos e outras despesas associadas ao endividamento e maior alavancagem, o que pode afetar de maneira adversa e relevante a situação financeira, os fluxos de caixa e os resultados operacionais da Companhia. Qualquer falta de acesso a capital adicional pode obrigar a Companhia a reduzir ou adiar dispêndios, a alienar ativos ou a reestruturar e refinanciar o seu endividamento, o que poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros de suas operações e afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

Os centros de distribuição ou centros operacionais da Companhia poderão sofrer danos materiais, sofrer redução, suspensão ou interrupção das operações.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia opera três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo. Uma parte substancial dos produtos que são vendidos pela Companhia, seja por meio de lojas físicas ou da plataforma digital multicanal, é distribuída por meio desses centros. Se as operações dos centros de distribuição da Companhia forem reduzidas, suspensas ou interrompidas devido a (i) reduções significativas em sua infraestrutura de transporte; (ii) redução da capacidade da Companhia de operar em caso de desastres naturais, incêndios, enchentes, quedas de energia, furto ou roubo, acidentes, falhas de sistema, greves, restrição à circulação de pessoas em decorrência de pandemias ou qualquer outra ocorrência imprevista ou (iii) qualquer outro motivo, a capacidade da Companhiade distribuir produtos para suas lojas pode ser afetada de maneira significativamente adversa.

Além disso, a Companhia pretende abrir novas lojas no âmbito de sua estratégia de crescimento, o que poderá exigir da Companhia a reorganização ou expansão de seus atuais centros de distribuição ou o desenvolvimento de centros de distribuição adicionais, especialmente dado que a Companhia pretende expandir as operações para outras regiões do Brasil. Se a Companhia não conseguir encontrar locais adequados para novos centros de distribuição em novos mercados ou integrar centros de distribuição novos ou expandidos, ou serviços de operações de logística em seu processo de controle de estoque, a Companhia poderá não conseguir entregar estoque para suas lojas em tempo hábil, o que poderá ter um efeito negativo relevante em suas vendas e na sua estratégia de crescimento.

A Companhia poderá ser afetada de maneira significativamente adversa se algum de seus transportadores terceirizados não puder cumprir suas obrigações de entrega para a Companhia

A Companhia contrata transportadores terceirizados para entregar determinados produtos dos seus centros de distribuição às suas lojas físicas ou a seus clientes que adquirem produtos na plataforma digital multicanal. Se algum desses transportadores não cumprir suas obrigações de entrega em tempo hábil (em decorrência de uma falha na cadeia de suprimentos da Companhia, desastres naturais, acidentes, greves, protestos, medidas tomadas para combater pandemias ou outros fatores que estejam fora do controle da Companhia), os tempos de resposta poderão aumentar, a Companhia poderá enfrentar escassez de estoque nas lojas físicas ou o uso dos serviços on-line da Companhia pode diminuir e, por conseguinte, as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser negativamente afetados de maneira significativa.

Os produtos são transportados dos centros de distribuição às lojas da Companhia e aos endereços indicados pelos clientes por meio de vias terrestres. A infraestrutura e o sistema de transporte terrestre brasileiro são subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e continuem atendendo às necessidades dos negócios da Companhia.

Quaisquer mudanças, problemas ou interrupções na infraestrutura logística que a Companhia ou seus transportadores terceirizados e fornecedores utilizam para entregar produtos às lojas, centros de distribuição e diretamente aos clientes, conforme aplicável, podem impedir a entrega em tempo hábil ou com sucesso dos produtos que são vendidos pela Companhia e afetar negativamente assuas operações. Dentre outros fatores, a rede de distribuição da Companhia é sensível à flutuaçãodos preços e à disponibilidade de combustível e, portanto, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar

4.1 Descrição dos fatores de risco

negativamente seus negócios e resultados operacionais.

Por exemplo, o desempenho operacional da Companhia foi afetado adversamente pela crise dos caminhoneiros que ocorreu no Brasil em 2018, já que seus negócios dependem diretamente do funcionamento da estrutura rodoviária no país para transporte dos seus produtos.

Além disso, um aumento geral no trânsito de rua poderá afetar a infraestrutura logística da Companhia e, caso normas locais rigorosas para combater o trânsito de rua forem promulgadas e impuserem mais restrições nas entregas de produtos para as lojas ou clientes da Companhia em determinadas horas do dia, a capacidade da Companhia de distribuir produtos em tempo hábil poderá ser afetada.

Parte dos produtos vendidos pela Companhia e das matérias-primas e insumos usados em seus produtos de marca própria ou exclusiva é importada diretamente pela Companhia ou indiretamente por seus fornecedores. Qualquer limitação à capacidade da Companhia de importar produtos poderá restringir a oferta de seus produtos. Flutuações cambiais nos países dos quais a Companhia diretamente importa produtos poderão afetar adversamente seus negócios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 8,3% (7,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021) dos produtos vendidos pela Companhia, incluindo materiais de escritório (como fragmentadora, grampeadores, grampos, quadro branco), além de mochilas e materiais escolares (estojos, canetas, telas de pintura, folha de Etil, Vinil e Acetato - EVA, entre outros) foram importados e comprados diretamente no mercado externo, como a China. Além disso, produtos que a Companhia adquire de fornecedores no mercado interno podem ser importados por tais fornecedores ou depender de insumos ou matérias-primas importados. Qualquer limitação na capacidade da Companhia de importar tais produtos ou da capacidade de seus fornecedores de importar produtos, matérias-primas ou insumos poderá restringir a oferta de produtos pela Companhia.

No ano de 2020, por exemplo, a pandemia da COVID-19 causou impactos na importação de alguns dos produtos oferecidos pela Companhia, incluindo produtos importados da China, o que afetou e poderá afetar a produção nacional de outros produtos que dependam do mercado externo. Em razão da pandemia, a Companhia poderá não conseguir assegurar aos seus clientes a disponibilidade de determinados produtos, o que poderá nos causar um efeito adversorelevante em suas vendas.

Adicionalmente, flutuações cambiais relacionadas ao real e às moedas dos países dos quais a Companhia e seus fornecedores importam produtos, matérias-primas e insumos poderão resultar em aumento do custo dos produtos vendidos pela Companhia. Nessa hipótese, a Companhia não pode garantir que conseguirá vender seus produtos em condições e preços aceitáveis por seus clientes e, portanto, o volume das vendas da Companhia poderá sofrer impactos adversos relevantes. Flutuações cambiais também poderão afetar as compras de produtos importados financiadas via contratos de empréstimos destinados a importação, haja vista que o valor devido no âmbito de tais empréstimos varia de acordo com a oscilação da moeda estrangeira aplicável.

Qualquer falha do sistema de segurança da Companhia para prevenção a fraudes no comércio eletrônico, proteção das informações confidenciais de seus clientes e de sua respectiva rede poderá acarretar perdas financeiras e ter um impacto negativo sobre sua reputação e sua marca, afetando a Companhia de maneira significativamente negativa.

A transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento seguro de dados em sistemas conectados a redes públicas é uma preocupação para o comércio eletrônico, a comunicação on-line e a tecnologia da informação, de modo que quaisquer falhas em evitar violações de segurança em tais transmissões poderá impactar negativamente a reputação e as marcas da Companhia. Atualmente, a maioria das vendas da Companhia é diretamente debitada das contas de cartão de crédito e débito de seus clientes. A Companhia depende de criptografia eletrônica de terceiros e tecnologias de autenticação de terceiros para transmitir com segurança informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos podem expor falhas na tecnologia utilizada pela Companhia para proteger os dados pessoais fornecidos por clientes durante as compras.

A Companhia armazena dados pessoais e informações confidenciais de seus clientes em seus bancos de dados, que poderão ser violados se os respectivos sistemas de segurança da informação da Companhia sofrerem ataques cibernéticos. Qualquer comprometimento dos sistemas de segurança da Companhia poderá impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo

4.1 Descrição dos fatores de risco

a Companhia a processos que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenização, incluindo em razão de condenação em ações de reparação de danos, o que poderá ter impacto adverso em sua imagem e resultado financeiro. Além disso, indivíduos que conseguirem burlar as medidas de segurança da Companhia poderão se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções nas operações da Companhia, causando um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como poderá ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito, nos termos das regras dos respectivos arranjos de pagamento, (i) por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao seu sistema de segurança e mecanismos antifraude; ou (ii) por compras não reconhecidas ou não autorizadas por portadores de cartão (*chargeback*), em especial aquelas concluídas por via eletrônica (*e-commerce*), hipóteses em que a Companhia poderia ser obrigada a efetuar a devolução dos recursos aos titulares que poderiam aumentar significativamente os seus custos e reduzir sua atratividade.

Por fim, seus sistemas de informação estão expostos a vírus, *software* maliciosos (*malware*) e outros problemas, como, por exemplo, ataques cibernéticos e fraudes em transações concluídas por via eletrônica, que podem interferir inesperadamente nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios, imagem, resultados de operações e condição financeira da Companhia.

Paralisações ou greve dos empregados da Companhia poderão afetar negativamente suas operações e sua imagem.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos e protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, os quais estão sujeitos a renegociações periódicas dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves, paralisações trabalhistas ou outras interrupções trabalhistas em qualquer uma das instalações da Companhia ou eventos similares que interrompam qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia de bens ou serviços poderão ter um efeito adverso relevante nas atividades e na situação financeira da Companhia.

A Companhia poderá estar exposta a responsabilidades decorrentes de acidentes que ocorram em suas dependências, o que pode causar danos materiais e à imagem de suas lojas e marcas, além de poder resultar em responsabilidade civil.

A Companhia está sujeita ao risco de acidentes nas dependências de suas lojas podem causar danos substanciais aos consumidores e pessoas que visitam ou trabalham em tais lojas. Caso ocorra algum acidente de tal natureza, a Companhia poderá sofrer perdas, redução da circulação de clientes e danos à sua reputação em razão de desconfiança e insegurança geradas. Além disso, acidentes podem submeter a Companhia à responsabilidade civil e/ou à obrigação de ressarcimento de vítimas, inclusive por meio de pagamento de indenização, o que poderá ter um efeito negativo relevante nos seus negócios, imagem e situação financeira.

A Companhia poderá ser negativamente afetada pelo vencimento, obsolescência, quebra ou furto de seu estoque.

A Companhia armazena seus produtos em centros de distribuição. Produtos com excesso de estoque nos centros de distribuição da Companhia poderão se tornar obsoletos até que sejam usados para reabastecer os suprimentos de alguma de suas lojas. Além disso, o manuseio e armazenamento incorretos dos produtos pode resultar em sua quebra ou mau funcionamento, afetando adversamente a receita da Companhia. A Companhia também está sujeita a furtos do estoque nos seus centros de distribuição e dentro de suas lojas. A perda de produtos, em decorrência de qualquer um desses eventos, poderá afetar a Companhia de maneira adversa e relevante.

A Companhia poderá estar sujeita a decisões desfavoráveis relacionadas a processos judiciais, administrativos ou de arbitragem, bem como a fiscalizações e autuações, que podem interromper ou limitar significativamente suas operações, resultar em julgamentos desfavoráveis, acordos ou multas, e, portanto, afetar adversamente seus resultados e sua reputação.

A Companhia e seus administradores são e poderão, no futuro, inclusive em conjunto com as controladas e controladores da Companhia, ser parte em conflitos administrativos, judiciais e de arbitragem ou outras investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, regulatória, ambiental, trabalhista, concorrencial, penal, dentre outras. A Companhia e seus

4.1 Descrição dos fatores de risco

administradores não podem garantir que os resultados desses processos lhes serão favoráveis ou que os provisionamentos parciais ou totais em valor suficiente para atender a todas as responsabilidades incorridas nesses processos serão feitos e/ou mantidos. O envolvimento da Companhia e seus administradores nos referidos processos, especialmente aqueles de natureza relevante e que possam causar dano à imagem, bem como decisões desfavoráveis no âmbito desses processos, poderão restringir a capacidade Companhia de conduzir seus negócios, exigir pagamentos substanciais que não tenham sido provisionados, afetar adversamente os seus negócios, sua situação financeira e sua reputação. Para mais informações, ver Seções 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia também está sujeita a fiscalizações periódicas e regulares ou eventuais investigações e denúncias por órgãos governamentais, incluindo a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e o Ministério Público do Trabalho, em relação à conformidade de suas práticas com as obrigações legais trabalhistas, incluindo situações envolvendo a saúde e segurança no trabalho. Tais fiscalizações podem resultar em multas administrativas e ações judiciais que podem afetá-la de forma relevante e adversa. No âmbito de inquéritos civis ou ACPs, a Companhia pode figurar como compromissária em Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – das obrigações convencionadas no TAC, a Companhia estará sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas e execução do título perante o Poder Judiciário

Além disso, os diretores ou conselheiros da Companhia poderão se tornar parte em processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar negativamente a Companhia, especialmente se os processos forem de natureza penal. Se qualquer membro da administração da Companhia estiver envolvido nos referidos conflitos ou processos, tal membro poderá ser impedido de exercer suas funções na Companhia, o que poderá afetar negativamente a reputação da Companhia. Para mais informações sobre os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos de natureza trabalhista não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia, veja o item 4.6 deste Formulário de Referência.

A perda de integrantes da administração e de áreas estratégicas da Companhia, o enfraquecimento de sua cultura organizacional e/ou sua incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá afetar de maneira adversa e relevante as atividades e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho financeiro e operacional da Companhia e sua capacidade de manter uma posição competitiva em seu setor de atuação depende dos serviços prestados por sua administração e da cultura organizacional promovida pela Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou atrair profissionais qualificados para integrar sua administração. A perda de integrantes essenciais de sua administração ou a incapacidade de atrair e reter profissionais qualificados poderá afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes, inclusive nas novas localidades fruto da estratégia de expansão da Companhia. A Companhia pode não conseguir atrair, contratar, reter, motivar e gerir tais profissionais qualificados. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações (incluindo em suas novas localidades), poderá ter dificuldade para conduzir seus negócios, sofrer redução de seu desempenho operacional e enfraquecimento de sua marca e, por conseguinte, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia poderá não ser suficiente parar cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia não pode garantir que a cobertura dos seguros por ela contratados estará disponível ou que será suficiente para cobrir danos decorrentes de sinistros. A quantificação da exposição de risco pode ser inadequada ou insuficiente, podendo implicar em reembolso menor do que o esperado. Além disso, certos tipos de riscos podem não ser cobertos pelas apólices de seguro da Companhia, como, a título ilustrativo, guerra, força maior, caso fortuito ou interrupções de certas atividades (incluindo certos riscos que podem ocorrer em decorrência dos efeitos contínuos de pandemia).

A cobertura de risco da Companhia de acordo com as apólices de seguro vigentes nesta data

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderá ser inadequada ou insuficiente para eventos não cobertos por tais apólices de seguro, o que poderá causar um revés financeiro para a reparação dos ativos afetados e comprometer os investimentos da Companhia. Além disso, no caso de eventos segurados, a cobertura de seguros da Companhia está condicionada ao pagamento de prêmios de seguro. O não pagamento desses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em risco, uma vez que os danos poderão não estar sujeitos à cobertura da seguradora, mesmo que segurados.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, que no término da vigência de suas atuais apólices de seguro conseguirá renová-las em termos favoráveis e suficientes ou que conseguirá contratar com as mesmas companhias de seguro ou seguradoras semelhantes no futuro.

A ocorrência de qualquer dos riscos acima poderá afetar de maneira significativamente negativa os resultados, as operações e os negócios da Companhia.

A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares de ações de sua emissão, o que poderá afetar adversamente o preço dessas ações.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. Adicionalmente, o lucro ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações pode ser utilizado para absorver prejuízos ou apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a sua situação econômica, poderá não haver pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas, o que pode afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando adversamente o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia. Para mais informações sobre as políticas e o histórico de destinação de resultados da Companhia, veja o item 2.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia poderá não conseguir cumprir com as obrigações e os índices financeiros previstos no âmbito de seus instrumentos de empréstimo e financiamento. Os instrumentos financeiros da Companhia podem limitar a sua capacidade de distribuir dividendos.

Determinados instrumentos de empréstimo e financiamento da Companhia exigem o cumprimento de obrigações financeiras, incluindo a manutenção de índices financeiros ("*covenants"*). Se a Companhia não cumprir tais obrigações financeiras e, por conseguinte, incorrer em violação contratual dos referidos instrumentos, os credores aplicáveis poderão declarar o vencimento antecipado do respectivo endividamento, e os fluxos de caixa e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa e relevante. Além disso, determinados instrumentos de empréstimo e financiamento da Companhia contêm (i) limitações a sua capacidade de distribuir dividendos, bem como (ii) cláusulas que preveem a antecipação do vencimento da dívida na hipótese de descumprimento ou declaração do vencimento antecipado de determinadas outras dívidas de entidades do grupo econômico da Companhia (*cross-default* e *cross-acceleration*), o que também poderá afetar de maneira significativamente negativa a Companhia e sua capacidade de distribuir dividendos. Para mais informações sobre os instrumentos de dívida da Companhia, veja o tem 2.1"f" deste Formulário de Referência.

A adoção de novas práticas contábeis poderá afetar negativamente o resultado da Companhia.

A adoção de novas normas e interpretações contábeis pode impactar substancialmente as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que podem vir a alterar entendimentos em vigência nos exercícios fiscais anteriores. Desta maneira, os resultados da Companhia, assim como o seu balanço patrimonial podem vir a serem modificados de maneira substancial, e não seriam mais comparáveis diretamente com os demonstrativos anteriores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Desastres e eventos imprevisíveis poderão causar interrupções nas operações da Companhia e, portanto, afetar adversamente seus resultados operacionais.

Desastres e eventos imprevisíveis que estão fora do controle da Companhia, incluindo guerras, pandemias, atividades de terrorismo e desastres naturais, taiscomo inundações, incêndios e secas severas poderão afetar negativamente os preços dos produtos oferecidos pela Companhia, suas operações e as operações dos seus fornecedores e prestadores de serviço. Esses eventos também poderão afetar negativamente o consumo ou resultar em instabilidade política ou econômica. Desastres e eventos imprevisíveis poderão resultar no fechamento temporário ou permanente das lojas e/ou centros de distribuição da Companhia, atrasar ou afetar sua capacidade de distribuir produtos para suas lojas e seus consumidores finais, reduzir a demanda por seus produtos e diminuir suas vendas, o que poderá ter um efeito significativamente negativo nos negócios e nos resultados operacionais da Companhia.

Falhas nos processos de governança corporativa, na gestão de riscos e em procedimentos de compliance poderão afetar adversamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores obtidos ilicitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados.

A Companhia possui adicionalmente o compromisso em alguns contratos de licenciamento de marcas de não violar as regras da lei americana *Foreign Corrupt Practice Act* ("FCPA"). A FCPA, de forma geral, proíbe emissores de valores mobiliários nos Estados Unidos e seus conselheiros, diretores, empregados e representantes de usarem quaisquer meios ou instrumentos de comércio interestadual dos Estados Unidos para fazerem ofertas ou pagamentos de dinheiro a servidores públicos ou partidos políticos estrangeiros com o intuito de influenciar sua decisão e obter ou reter oportunidades de negócios. Essa norma também exige que o emissor mantenha livros e registros e um sistema de controles contábeis internos suficiente para fornecer garantia razoável da contabilização de ativos e da exatidão das demonstrações financeiras. Em caso de violação da FCPA, os diretores e/ou conselheiros da Companhia estarão sujeitos a penalidades, multas e até prisão. Contratualmente a Companhia se obriga a respeitar a FCPA e indenizar a contratante por prejuízos causados por violação a esta norma.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com os princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, conforme alterada ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), as pessoas jurídicas que se dedicam à venda de bens de alto valor estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros e apresentação de relatórios de operações financeiras às autoridades competentes, entre outros. Apenas recentemente a Companhia implementou um programa estruturado para o combate à lavagem de dinheiro. Na hipótese de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, a Companhia está sujeita às seguintes sanções: (i) advertências; (ii) multa monetária variável (a) não superior ao dobro do valor da operação em questão ou ao dobro do lucro auferido ou que seria presumivelmente auferido com a realização da operação ou (b) no valor total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (iii) a revogação ou suspensão de seus alvarás de funcionamento e (iv) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Ademais, a Companhia poderá ser responsabilizada por eventuais

4.1 Descrição dos fatores de risco

violações de seus funcionários ou outras pessoas relacionadas que se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e imagem.

A Companhia poderá não conseguir competir com sucesso com seus concorrentes atuais ou futuros, o que poderá resultar em perda de participação de mercado da Companhia e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia compete com outros varejistas por clientes, empregados, produtos, serviços e outros aspectos importantes de seus negócios. Alguns concorrentes têm maior presença no mercado do que a Companhia em determinadas linhas de negócios, e incluem outros distribuidores de materiais de escritório, atacadistas, redes de fornecedores regionais, empresas de serviços de impressão gerenciados, papelarias, distribuidores de comércio eletrônico, revendedores regionais e locais, varejistas tradicionais e *outlet*, negócios de comércio eletrônico e vendas de catálogos, empresas de vendas diretas, supermercados e outras formas de comércio varejista.

A Companhia também compete com varejistas on-line, comerciantes de massa, lojas de informática e eletrônicos, lojas especializadas em tecnologia, empresas de impressão e marketing, e outros varejistas, incluindo supermercados, drogarias, varejistas com desconto e lojas tradicionais de material de escritório. Mudanças nos preços e outros termos negociados, bem como condições ou práticas contratuais desses concorrentes poderão afetar negativamente e de forma relevante as vendas e os resultados da Companhia.

Além disso, o aumento da concorrência poderá resultar em margens brutas reduzidas, em queda da posição de capital de giro da Companhia e em perda de participação de mercado, sendo certo que qualquer uma das referidas consequências poderá afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Pressões competitivas intensas de um ou mais dos concorrentes da Companhia podem afetar os preços ou a demanda por seus produtos e serviços. Os concorrentes da Companhia podem ser capazes de dedicar mais recursos do que a Companhia no investimento e no desenvolvimento de negócios. Os concorrentes da Companhia podem ser adquiridos por, receber investimentos de ou entrar em relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e bem financiadas em certas linhas de negócios, aumentando sua competitividade e, consequentemente, sua participação de mercado, o que poderá causar um impacto adverso relevante nos negócios, operações e resultados da Companhia, na medida em que ela poderá não conseguir competir com sucesso com seus concorrentes.

As companhias do setor de varejo têm apresentado frequente volatilidade em decorrência do cenário altamente competitivo e inovador.

O setor de varejo é tradicionalmente sensível aos eventos macroeconômicos (evolução do PIB, nível de emprego e renda, dentre outros), a eventos políticos e também, apresentam sensibilidade ao fator tecnológico. A tecnologia com foco em expectativas, tendências e demandas de clientes evolui de forma rápida e requer mudanças em aplicativos, produtos, serviços, marketing, mídias, formas de relacionamentos que, em certa extensão, foge ao controle da Companhia. Inovações tecnológicas devem ser introduzidas com agilidade, eficiência, eficácia e segurança de forma muitas vezes pioneira, devido à rápida evolução tecnológica e acirrada competição nos mercados em que a Companhia atua. A concorrência no varejo apresenta uma busca constante em se diferenciar e apresentar o melhor desempenho com foco nas expectativas de clientes, em terem a melhor relação de custo e benefício diante das distintas opções de compras em plataformas digitais e lojas físicas. A Companhia não pode garantir posição confortável diante de um mercado com frequentes mudanças, evoluções e níveis de investimentos, bem como em um mercado que possibilita a entrada de varejistas concorrentes multinacionais que possam apresentar tais diferenciais. Esse ambiente traz, necessariamente, a possibilidade de impactos de queda da receita líquida, dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, bem como de alta volatilidade de suas ações.

A falha da Companhia em obter ou renovar, em tempo hábil, registros, licenças, autorizações, outorgas e alvarás necessários ao funcionamento de suas lojas e centros de distribuição poderá resultar em sanções administrativas e judiciais, incluindo o pagamento de multas e o fechamento de tais estabelecimentos e poderá dificultar ou impossibilitar a obtenção, pela Companhia, de pagamentos das seguradoras em caso de sinistro. Adicionalmente, alterações na legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia a custos adicionais para adequação a novos protocolos de saúde.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os negócios da Companhia dependem de sua capacidade de obter determinados registros, autorizações, licenças e alvarás em nível federal, estadual e municipal, bem como certificados de inspeção do corpo de bombeiros para a operação dos centros de distribuição e lojas físicas. Se a Companhia não obtiver ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, autorizações, outorgas e alvarás necessários, a Companhia poderá estar sujeita a sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou o fechamento de lojas e centros de distribuição, independentemente da obrigação de reparar eventuais danos. A imposição de tais penalidades, especialmente o fechamento de lojas e centros de distribuição, poderá ter um efeito negativo relevante nas atividades, resultados operacionais e imagem da Companhia. Além disso, se a Companhia não obtiver ou renovar registros, licenças, autorizações, outorgas ou alvarás em tempo hábil com relação a determinadas lojas físicas, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos adicionais no caso de acidente ou evento semelhante em tal loja específica, enquanto registros, licenças, autorizações, outorgas ou alvarás ou a renovação de algum destes estiver pendente. Em caso de sinistro, a falta de registros, autorizações, licenças, outorgas e/ou alvarás aplicáveis também poderá dificultar o pagamento da indenização pela seguradora, além de prejudicar negativamente as operações e a imagem da Companhia.

Além disso, qualquer interrupção na operação dos centros de distribuição devido à falta de registros, licenças, autorizações, outorgas ou alvarás poderá prejudicar a capacidade da Companhia de distribuir mercadorias às lojas, o que pode resultar em uma redução nas vendas e afetar negativamente os resultados operacionais e imagem da Companhia.

Adicionalmente, os shopping centers onde estão localizadas diversas lojas da Companhia podem estar sujeitos a licenças, registros, autorizações e outorgas próprios para a regularidade ambiental de sua operação. Nesse sentido, o cancelamento, a não obtenção ou a não renovação tempestiva dessas licenças, registros, autorizações e outorgas pelos shopping centers poderá implicar na suspensão (total ou parcial) ou embargo das atividades das lojas da Companhia, o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais, financeiros e sua imagem.

A Companhia e seus auditores independentes identificaram deficiências significativas nos controles internos da Companhia e, se a Companhia não for capaz de adotar as medidas corretivas necessárias, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros, o que pode efeito adverso significativo para a Companhia

Os sistemas, políticas e procedimentos de controles internos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas ou erros. Em conexão com à auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, seus auditores independentes identificaram certas deficiências relacionadas ao processo de encerramento contábil para os períodos auditados, que representaram, individualmente ou em conjunto, deficiências significativas nos seus controles internos, conforme definido nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Se a Companhia não for capaz de tornar seus controles internos eficazes, poderá nãoser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros. As deficiências ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia, bem como no valor dos valores mobiliários de sua emissão. Para mais informações, vide item 5.2(d) e (e) deste Formulário de Referência.

A Companhia depende de provisões de crédito para parte de suas vendas e a redução no acesso ao crédito por seus clientes poderá afetar o volume de vendas e os resultados da Companhia.

As vendas a prazo são um componente importante no resultado das empresas do setor varejo e, sobretudo, para a Companhia. Diante disso, fatores como desemprego e taxa de juros tem impacto diretamente, quando elevados pode restringir ainda mais a disponibilidade de crédito ao consumidor no Brasil. No quarto trimeste de 2020, a taxa média do desemprego no Brasil era de 13,9% enquanto a taxa SELIC meta encerrou o ano de 2020 em 2,0% ao ano. No quarto trimestre de 2021, a taxa média do desemprego no Brasil foi de 11,1% e a taxa SELIC meta encerrou o período em 9,3% ao ano. No quarto trimestre de 2022, a taxa média do desemprego no Brasil foi de 8,1%, enquanto a taxa SELIC meta encerrou o ano de 2021 em 13,75% ao ano. O crescimento no índice de desemprego ou mesmo o aumento da taxa de juros SELIC podem limitar o acesso ao crédito, consequentemente, o consumo. Os volumes de vendas e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente se a disponibilidade de crédito ao consumidor diminuir ou se as políticas implementadas pelo governo brasileiro restringirem o acesso dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

clientes a oportunidades de financiamento.

Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de sua emissão, uma vez que participam de um plano de outorga de ações restritas, o que pode afetar negativamente o plano estratégico de longo prazo da Companhia.

Os administradores e executivos da Companhia participam do plano de outorga de ações restritas, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de sua emissão. O fato de tais administradores e executivos participarem de plano de outorga de ações restritas pode levar a administração a dirigir os negócios, e executivos a conduzir as atividades, com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses da Companhia e dos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo, o que poderá afetar negativamente o plano estratégico de longo prazo e, consequentemente, a Companhia. Para mais informações sobre o plano de outorga de ações restrita, vide item 8.4 e 8.6 deste Formulário de Referência.

A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. Além disso, no âmbito do gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia ainda não definiu os limites objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantem modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da Companhia

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas e/ou da Companhia, podendo ter impacto adverso na Companhia.

Os interesses dos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. Os acionistas controladores da Companhia detêm a maioria do capital votante e têm o poder, entre outras matérias, de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia).

A Companhia realiza, de tempos em tempos, operações com partes relacionadas. Por exemplo, a Companhia contrata a Ka Solution, sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia, para prestação de serviços de informática. A Companhia também figura como avalista em operações de crédito contratadas pela Spiral. Adicionalmente, a Companhia é credora dos acionistas controladores no âmbito do contrato de mútuo, cujo saldo nesta data é equivalente a R$554.821.000,00 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil reais). Parte desse saldo será quitado por meio da aquisição da Spiral pela Companhia dos acionistas

4.1 Descrição dos fatores de risco

controladores. Esses pretendem quitar o saldo remanescente com os recursos provenientes da oferta secundária de sua oferta pública inicial de ações com esforços restritos dedistribuição. Para mais informações, veja as seções "11.2 – Informações sobre as transações com partes relacionadas" e "11.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado".

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia e/ou contrárias à vontade da própria Companhia, podendo ser afetada adversamente. A Companhia não pode garantir que os seus acionistas controladores atuarão de maneira consistente com os melhores interesses dos demais acionistas da Companhia. Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão celebrar financiamentos ou outras transações garantidas por parte ou a totalidade do capital acionário da Companhia por eles detido. Para mais informações sobre o controle da Companhia, vide seção "15 – Controle e Grupo Econômico".

c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas.

d) Riscos relacionados às sociedades controladas e coligadas da Companhia

Não aplicável, considerando que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui sociedades controladas e não há riscos envolvendo suas coligadas.

e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A Companhia depende de emissores de cartões de crédito para parte de suas vendas e quaisquer alterações nas políticas ou taxas aplicadas por tais emissores poderá ter um efeito adverso relevante nas receitas e na situação financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 47,0% das vendas da Companhia eram pagas por clientes por meio de cartões de crédito. Para executar determinadas vendas por meio de cartões de crédito, a Companhia depende das políticas das emissoras de cartão de crédito, incluindo as taxas cobradas por tais emissoras. Qualquer alteração nas políticas das emissoras de cartões de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos comerciantes, poderá afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia. Parte das vendas da Companhia são feitas a clientes por meio de planos de pagamento a prazo com parcelas mensais. A Companhia depende das emissoras de cartão de crédito para continuar a oferecer esses planos de pagamento aos seus titulares de cartões de crédito. Qualquer alteração nas políticas dos emissoras de cartão de crédito com relação a planos de parcelamento ou taxas de juros mais altas pode causar um efeito adverso relevante nas receitas e na situação financeira da Companhia.

Os negócios da Companhia poderão ser negativamente afetados por ações de e riscos associados a terceiros que forneçam produtos, matérias-primas e insumos à Companhia ou realizem a entrega dos produtos da Companhia a clientes.

Aproximadamente 88% dos produtos vendidos pela Companhia, na data deste Formulário de Referência, provêm de fornecedores terceiros e a Companhia também conta com terceiros para atender aos pedidos de seus clientes e entregar produtos diretamente a seus clientes. Alguns dos produtos que a Companhia oferece são fornecidos exclusivamente para a Companhia e podem ser difíceis de substituir em tempo hábil. Além disso, terceiros podem não cumprir as promessas de entrega que fizeram aos clientes da Companhia. Interrupções na disponibilidade de produtos ou serviços adquiridos por meio de terceiros ou problemas de qualidade que demandem que Companhia realize recolhimentos (*recalls*), voluntários ou obrigatórios, de produtos fornecidos à Companhia por terceiros, podem resultar na insatisfação do cliente, prejudicar a reputação da Companhia e afetar negativamente as vendas da Companhia.

O abastecimento global (*global sourcing*) dos produtos vendidos pela Companhia é um fator importante no seu desempenho financeiro. A capacidade da Companhia de encontrar fornecedores qualificados e acessar produtos em tempo hábil e de maneira eficiente pode estar fora do controle da Companhia, especialmente no que diz respeito a bens adquiridos fora do Brasil, particularmente na China. A instabilidade política, a instabilidade financeira de fornecedores, as restrições comerciais, as tarifas, as variações nas taxas de câmbio, a capacidade e os custos de transporte, a inflação, eventos não controláveis, como guerras e pandemias, e outros fatores

4.1 Descrição dos fatores de risco

relacionados ao comércio exterior estão fora do controle daCompanhia. A Companhia também depende de muitos prestadores de serviços independentes, para serviços que são importantes para muitos aspectos dos negócios da Companhia. Se tais prestadores de serviço da Companhia não performarem ou entregarem conforme o esperado e a Companhia não puder substituí-los rapidamente, os negócios, operações e resultados da Companhia poderão ser prejudicados.

A Companhia poderá ser responsabilizada caso seus fornecedores adotem práticas irregulares.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores cumprirão as leis tributárias, trabalhistas, socioambientais e/ou anticorrupção a que estão sujeitos. Diante da fragmentação da cadeia de fornecimento, é possível que tais terceiros utilizem práticas irregulares e condições de segurança impróprias para reduzir o custo de produção de seus produtos que são fornecidos à Companhia. A materialização de qualquer um dos riscos mencionados acima poderá afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia e, consequentemente, a atratividade da Companhia perante seus clientes, o que pode afetar negativamente os resultados operacionais, a situação financeira e o preço de negociação das ações de emissão da Companhia. A Companhia também poderá estar sujeita a multas e/ou sanções impostas pelas autoridades públicas competentes. Além disso, a Companhia poderá ter que responder solidariamente, em processo judicial, pelos atos irregulares cometidos por fornecedores e parceiros de negócios.

A contratação de terceiros pela Companhia para prestação de quaisquer serviços relacionados às suas atividades, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções civis ou disposição final de resíduos, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada, de modo que a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pela sua reparação. Nesse cenário, a Companhia poderá ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais, incluindo medidas para reparação do dano ambiental. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados ou fornecedores, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia poderá ser responsabilizada por incidentes relacionados à entrega de produtos adquiridos por consumidores, o que poderá causar impactos adversos em seus resultados, bem como em sua reputação e na confiança de seus clientes em suas marcas.

A Companhia poderá ser responsabilizada por incidentes relacionados à entrega de produtos adquiridos por consumidores. Qualquer um desses incidentes poderá acarretar a obrigação de pagamentos de indenização pela Companhia para a parte prejudicada e poderá afetar negativamente e de maneira relevante a imagem, as atividades e a situação financeira da Companhia. Reivindicações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos em face da Companhia por consumidores alegando entrega indevida. Além disso, a Companhia depende de serviços de logística prestados por terceiros, como os correios e empresas de entrega regional, para a entrega de produtos. Qualquer desgaste no relacionamento entre a Companhia e estes terceiros ou, ainda, desgastes na prestação desses serviços decorrente de falha no fornecimento, desastres naturais, pandemias, greves ou outros fatores fora do controle da Companhia poderão impedi-la de atender a demanda deseus clientes, o que afetaria a Companhia de forma significativamente negativa.

Qualquer risco relacionado à entrega de produtos adquiridos da Companhia, seja real ou percebido, poderá resultar na perda de confiança do consumidor na segurança e eficácia dos serviços de entrega da Companhia. Portanto, qualquer reivindicação em face da Companhia poderá ter um efeito negativo relevante sobre sua imagem, suas atividades e sua situação econômica, e poderá criar uma obrigação de indenizar tal consumidor, o que afetaria de forma significativamente negativa a Companhia.

A falta de qualidade e confiabilidade dos fornecedores da Companhia poderá resultar em escassez de produtos, matérias-primas e insumos de que a Companhia precisa para suas atividades, o que poderá causar um impacto adverso relevante em suas vendas e afetar sua reputação perante seus clientes.

A Companhia depende de um número significativo de fornecedores para a obtenção dos produtos que vende aos seus clientes e das matérias-primas e insumos necessários à produção de seus produtos de marca própria ou exclusiva. Se os fornecedores com que a Companhia contrata em seu curso normal não atenderem aos critérios de qualidade e documentação fiscal, a Companhia poderá enfrentar escassez e desabastecimento de produtos, matérias-primas e insumos até que consiga contratar com fornecedores substitutos. A Companhia também poderá enfrentar escassez

4.1 Descrição dos fatores de risco

e desabastecimento no fornecimento de produtos, matérias-primas e insumos em decorrência da incapacidade de seus fornecedores em fornecer produtos nos volumes e nos termos e condições exigidos, inclusive em decorrência de pandemias. Qualquer escassez ou desabastecimento de produtos, matérias-primas e insumos enfrentada pela Companhia poderá impactar de maneira adversa e relevante sua oferta de produtos e sua reputação perante seus clientes.

O descumprimento, pelos fornecedores da Companhia, dos atuais acordos comerciais firmados e a incapacidade da Companhia de prorrogar tais acordos e/ou celebrar novos acordos com fornecedores poderão impedir que a Companhia obtenha os produtos que oferece a seus clientes em condições comerciais favoráveis.

Para manter os níveis mínimos de estoque, a Companhia adquire produtos de fornecedores. A Companhia não celebra contratos ou acordos de longo prazo com tais fornecedores de forma a garantir a disponibilidade de mercadorias, a estabelecer condições de pagamento duradouras ou prever a concessão de linhas de crédito. Além disso, a Companhia está exposta ao risco de um aumento nos custos com fornecedores, caso, por exemplo, seus fornecedores alterem suas políticas comerciais ou ocorra uma interrupção na cadeia de fornecimento, como a que se verifica em decorrência da pandemia do coronavirus.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores continuarão a lhe vender seus produtos nas condições atuais ou que conseguirá estabelecer novos relacionamentos ou estender os relacionamentos existentes com seus fornecedores, a fim de garantir acesso ágil e em condições comerciais aceitáveis aos produtos que oferecerá em suas lojas físicas e sua plataforma digital (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas), o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais.

Ademais, a Companhia adquire produtos de fornecedores localizados em diversas regiões do Brasil e no exterior, portanto depende de sua habilidade de identificar, manter e desenvolver boas relações comerciais com fornecedores para continuar fornecendo os produtos atuais e também para introduzir novos produtos que atendem as demandas de qualidade e inovação, da Companhia e do mercado, com rapidez e responsabilidade no fornecimento. Essas relações comerciais são também importantes para garantir que haja acesso ao produto com desconto ou outra forma de compensação para garantir um preço competitivo ao consumidor. A perda dessas relações comerciais ou o impedimento de formar novas relações pode ter um impacto adverso no posicionamento da Companhia no mercado, nos seus custos operacionais e, consequentemente, nos seus resultados operacionais.

A Companhia depende de um número limitado de fornecedores em relação a certas categorias de produtos que vende, e mudanças na cadeia de suprimentos poderão afetar adversamente a confiança dos clientes nas marcas da Companhia e seus resultados.

Determinadas categorias de produtos vendidos pela Companhia são fornecidas por um número limitado de fornecedores. Especificamente no que tange ao fornecimento de resmas de papel, a Companhia está exposta ao risco de um único fornecedor, a Sylvamo. Essa dependência decorre do oligopólio existente no mercado brasileiro de papéis, que consequentemente reduz as opções de fornecimento. Se algum desses fornecedores não conseguir vender esses produtos para a Companhia na quantidade e frequência necessárias e a Companhia não possuir estoque suficiente de tais produtos, poderá não conseguir manter o nível de vendas desses produtos, o que poderá ter um efeito adverso relevante na confiança de seus clientes, emsuas atividades e seus resultados operacionais.

A Companhia poderá ser responsabilizada por obrigações trabalhistas de terceiros que lhe prestam serviços, podendo sofrer impactos adversos à sua reputação e a seus resultados financeiros.

De acordo com as leis trabalhistas vigentes na data deste Formulário de Referência, se as empresas que prestam serviços à Companhia (inclusive nos setores de transportes, segurança, serviços de limpeza, dentre outros) não cumprirem com suas obrigações de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária aplicáveis, a Companhia poderá ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, podendo ser incluída no polo passivo de processos trabalhistas movidos por trabalhadores terceirizados que lhe prestaram serviços, ficando sujeita à eventual obrigação de pagamento de condenações judiciais, multas e outras penalidades, o que poderá adversamente afetar a situação financeira e a reputação da Companhia de maneira relevante.

f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia poderá não conseguir adaptar-se a mudanças nos hábitos de consumo de seus clientes, o que poderá afetar adversamente suas vendas e sua situação financeira.

O sucesso no desempenho operacional da Companhia depende do fornecimento a seus clientes de uma seleção de produtos e serviços a preços competitivos que atendam, em tempo adequado, às mudanças nas necessidades e hábitos de compra dos clientes. Para tanto, a Companhia precisa adaptar-se rapidamente às mudanças e tendências, às inovações tecnológicas e às preferências de seus clientes. Se a Companhia não interpretar ou antecipar corretamente a demanda por produtos e serviços que vende ou os hábitos e gostos de compra de seus clientes, poderá enfrentar estoques excessivos de alguns produtos ou oportunidades perdidas de produtos e serviços que não oferecer. A Companhia poderá não conseguir antecipar ou responder rapidamente às mudanças de hábitos de seus consumidores, e qualquer falha poderá afetar adversamente suas vendas, sua situação financeira, seus negócios e resultados.

Adicionalmente, podem ocorrer alterações nos hábitos de consumo dos clientes da Companhia, em razão, por exemplo, do surgimento de uma nova pandemia. Caso haja alteração de hábito, a Companhia não pode garantirque será eficiente e ágil na adaptação ao atendimento desses hábitos, ocasionando um impacto adverso em suas receitas.

A Companhia poderá ser responsabilizada por violações a direitos do consumidor, podendo sofrer restrições e penalidades, incluindo o pagamento de multas, o que poderá adversamente afetar sua situação financeira.

A legislação consumerista imputa ao fornecedor (no caso à Companhia) o ônus da prova na eventual demanda de um cliente, colocando-a em desvantagem em quaisquer processos envolvendo relações de consumo.

Os direitos do consumidor são protegidos por meio de ações individuais ou coletivas. As ações coletivas podem ser ajuizadas por autoridades federais ou estaduais, por funcionários ou organizações públicas, como o Ministério Público ou Proteção e Defesa do Consumidor ou por grupos de direitos do consumidor. Se qualquer uma dessas ações de proteção ao consumidor for julgada contra a Companhia em valor relevante, a Companhia poderá ter a sua situação financeira e os seus resultados adversamente afetados.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Reduções no poder de compra do consumidor e alterações nas condições econômicas poderão afetar adversamente a capacidade da Companhia de manter seu volume de vendas e, portanto, seus resultados financeiros e operacionais.

O sucesso do setor de varejo depende de fatores relacionados aos gastos e à renda disponível dos consumidores, incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, ocorrência de epidemias ou pandemias (como a pandemia da COVID-19 e qualquer consequente redução da demanda dos consumidores, diminuição do volume de vendas e fechamento temporário de lojas), tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, taxas de emprego e níveis salariais. Historicamente, o setor de varejo tem sido afetado negativamente por períodos de desaceleração econômica que resultaram em redução do consumo. A redução no poder de compra do consumidor e condições econômicas adversas podem afetar adversamente e de forma relevante os resultados da Companhia.

Para oferecer suporte à política monetária, o governo federal, por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central periodicamente introduz regulamentações destinadas a regular a disponibilidade de crédito a fim de reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Essas regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) a modificação das exigências impostas aos depósitos compulsórios sobre empréstimos, depósitos e outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações ao montante de financiamento que pode ser obtido. Tais regulamentações poderão reduzir a capacidade de obtenção de crédito dos clientes da Companhia junto a instituições financeiras e alguns desses mecanismos de controle poderão afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos de tempo e, consequentemente, as vendas da Companhia. Alguns

4.1 Descrição dos fatores de risco

desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. A Companhia não pode garantir que, no futuro, o governo brasileiro não adotará novos regulamentos que reduzam o acesso de seus clientes à obtenção de crédito junto a instituições financeiras. Novas regulamentações poderão afetar a liquidez da Companhia, sua estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo sua lucratividade, bem como a solvência de seus clientes, o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A Companhia poderá não conseguir se adaptar prontamente às mudanças tecnológicas e às transformações digitais em seu setor de atuação exigidas pelos clientes, o que pode causar um impacto adverso em sua posição competitiva no mercado, seus negócios, operações e resultados.

A constante inovação tecnológica no setor de atuação da Companhia, especialmente no âmbito do comércio eletrônico, pode exigir mudanças em aplicativos, produtos, serviços, marketing, mídia e atendimento ao cliente. A Companhia pode não conseguir se adaptar e responder a tais mudanças de forma rápida, eficiente, efetiva e com segurança suficiente em relação a seus concorrentes, especialmente em razão da frequente entrada de varejistas multinacionais concorrentes e prestadores de serviços financeiros inovadores no mercado em que a Companhia atua.

A Companhia poderá enfrentar obstáculos no processo de transformação digital relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Tais desafios poderão limitar o crescimento da plataforma digital da Companhia e afetar de forma adversa os seus negócios e resultados. Se a Companhia não conseguir responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, sua plataforma digital (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) e sua tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente seus resultados.

Assim, a Companhia poderá sofrer redução de sua participação de mercado, de seus resultados operacionais e financeiros, incluindo a redução de sua receita líquida, além de aumento na volatilidade no preço de negociação de suas ações.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido à aplicação de multas e outras sanções.

A Lei Geral de Proteção de Dados, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada ("LGPD") regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de um sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

Ainda, a LGPD autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por garantir a observância das normas de proteção de dados no Brasil e elaborar diretrizes acerca das disposições da LGPD e aplicar suas sanções administrativas, em caso de descumprimento de suas disposições que, até a data de fechamento do presente Formulário de Referência ainda não havia sido, efetivamente, constituída.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto com relação aos artigos que discorrem sobre as sanções administrativas previstas na lei, os quais somente entrarão em vigor em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010 de 10 de junho de 2020.

Quando da entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD, em caso de violação aos termos da referida Lei, a Companhia estará sujeita de forma isolada ou cumulativa, às seguintes penalidades: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; obrigação de divulgação de incidente; (b) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (c) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período

4.1 Descrição dos fatores de risco

máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (d) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; e (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Cabe ressaltar que o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, antes da entrada em vigor de suas sanções, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor") e Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conforme alterada ("Marco Civil da Internet") por alguns órgãos de defesa do consumidor e Ministério Público, uma vez que estesjá têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos adados pessoais.

A Companhia visando não somente atender a legislação, mas principalmente, garantir a segurança dos dados e a privacidade de seus clientes, colaboradores e parceiros comerciais informa que desde 2021 tem investido em sua estrutura de TI e ambiente web. No entanto, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que foram introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica, diante da atual inatividade da ANPD. A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, se sujeitando a perdas financeiras e de reputação, o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

Alterações na legislação tributária aplicável ao setor de varejo e à Companhia poderão aumentar a carga tributária da Companhia, inclusive por meio de novos tributos, afetar regimes tributários especiais, benefícios fiscais e decisões futuras das autoridades fiscais competentes, o que poderá ter um efeito negativo sobre o fluxo de caixa, a rentabilidade e os resultados operacionais da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente implementa mudanças nos regimes tributários que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive em decorrência da ratificação ou alteração de tratados fiscais. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas de tributos vigentes e a criação de tributos, tanto temporários quanto permanentes, cujas receitas são destinadas a finalidades governamentais específicas. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante a sua rentabilidade e aumentar os preços de seus produtos e serviços, restringir sua capacidade de fazer negócios em seus atuais mercados e afetar a adversamente seus resultados financeiros.

Além disso, existem discussões sobre a imposição de novos tributos (incluindo empréstimos compulsórios, tributos sobre patrimônio pessoal significativo e um tributo sobre operações digitais) e a revogação da atual isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos. Além disso, tramitam no Congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, está uma mudança abrangente no regime de tributação sobre o consumo no Brasil, que extinguiria três tributos federais, um tributo estadual e um tributo municipal em favor da criação de um tributo único sobre o consumo. A implementação de uma reforma tributária ou de alterações nas leis, regulamentações e demais normas aplicáveis que alterem os tributos aplicáveis à Companhia poderão afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal está constantemente promovendo modificações na regulação do comércio e da Internet e tais mudanças podem afetar os negócios da Companhia adversamente.

A Companhia está sujeita as regulamentações e leis comerciais, bem como as leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda é incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma modificação nas leis e regulamentos que regem o comércio e a Internet ou a alteração nas suas interpretações poderá restringir as atividades da Companhia ou aumentar seus custos, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia poderá sofrer multas e restrições sob o Código de Defesa do Consumidor

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa à Companhia o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-a em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente o resultado e a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a imagem da Companhia e a imagem de suas marcas, afetando, consequentemente, suas vendas e sua reputação, o que pode impactar de forma adversa e relevante o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em outro país que não o Brasil.

j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Descumprimento da legislação e da regulamentação ambiental pode sujeitar a Companhia a sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ao meio ambiente e a terceiros. A edição de normas ambientais de conteúdo mais rígido pode gerar aumento de gastos da Companhia, podendo causar impacto adverso em sua condição financeira.

A Companhia está sujeita a uma série de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais relacionadas à proteção do meio ambiente, estabelecendo requisitos para autorização e licenciamento ambiental de atividades específicas, assim como padrões para descarte de efluentes e emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, implantação de sistemas de logística reversa e proteção de áreas especialmente protegidas.

Qualquer descumprimento das leis e regulamentações aplicáveis poderá sujeitar a Companhia a sanções administrativas (tais como multas de até R$50 milhões e suspensão total ou parcial de atividades) e criminais, além de obrigar a Companhia a reparar ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros. Na esfera civil, os danos ambientais implicam a responsabilidade solidária e objetiva, independentemente da comprovação de culpa dos agentes ou de seu envolvimento direto, havendo apenas necessidade de comprovação do nexo entre a atividade exercida e os danos verificados.

Adicionalmente, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada, prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente. Assim, qualquer sanção ou obrigação poderá reduzir o capital da Companhia disponível para outros investimentos, o que poderá, por sua vez, afetar negativamente os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

Além disso, a Companhia não pode garantir que as leis ambientais aplicáveis não se tornarão mais restritivas com o tempo, seja pela publicação de novas normas ou pela adoção de interpretações mais rígidas das leis ambientais existentes ou, ainda, divergentes da interpretação adotada pela Companhia. Nesse cenário, a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos adicionais para cumprir com as exigências decorrentes de interpretações ou de novas normas, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

O descumprimento de obrigações legais relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos pela Companhia e/ou terceiros a ela vinculados poderá sujeitar a Companhia a penalidades administrativas e criminais, além da obrigação de reparar os danos ambientais causados, afetando seus negócios e imagem.

A Companhia está sujeita às disposições da Lei n. 12.305/10, que institui a Política Nacional de

4.1 Descrição dos fatores de risco

Resíduos Sólidos (PNRS), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos decorrentes das atividades da Companhia poderão gerar impactos ao meio ambiente durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências da Companhia ou, principalmente, no local de sua destinação final, a Companhia é responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final adequada dos resíduos, podendo também ser obrigada a reparar eventuais danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina também que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas oude vidro estruturem e implementem sistema de logística reversa, considerando, prioritariamente,o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial.

Os importadores, distribuidores e comerciantes de produtos, ainda que não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as mesmas obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial firmado com a União.

A contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos não isenta a Companhia da responsabilidade por eventuais danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos gerados por suas atividades.

O descumprimento de obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa de embalagens poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$5.000,00 (cinco mil reais) a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 7.404/2010, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal. Caso a Companhia seja autuada pelo inadequado gerenciamento dos resíduos sólidos ou por danos ambientais dele decorrentes, ainda que causados por terceiros a ela vinculado, poderá ter seus resultados financeiros e operacionais, bem como sua imagem adversamente afetados.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem causar impactos negativos no resultado operacional da Companhia.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja por meio de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Ademais, o negócio da Companhia é suscetível às variações climáticas, que podem demandar a realização de investimentos adicionais e não planejados, podendo afetar adversamente a Companhia.

Condições climáticas adversas podem interferir na disponibilidade da matéria-prima utilizada na produção dos produtos comercializados pela Companhia, podendo afetar o fluxo de recebimento das mercadorias, bem como interferir na logística do recebimento desses produtos, a depender de ações que venham a ser adotadas para a redução das emissões atmosféricas. Podem, ainda, interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento de investimentos, impactando negativamente a Companhia.

Ainda, eventual instabilidade climática pode aumentar o preço ou a tributação de alguns produtos, de modo que a Companhia pode não ser capaz de repassar esse aumento aos seus clientes, o que pode impactar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

k) Riscos relacionados a questões macroeconômicas

4.1 Descrição dos fatores de risco

Condições macroeconômicas poderão afetar negativamente os negócios e o desempenho financeiro da Companhia.

Como fornecedora de produtos e serviços que atua para atender às necessidades de clientes comerciais e consumidores, os resultados e desempenho operacionais da Companhia dependem das condições econômicas brasileiras e mundiais e de seu impacto nos gastos empresariais e de consumidores. Aumentos nos níveis de desemprego, nos custos de energia e commodities, nos custos de assistência médica, bem como taxas de juros e impostos mais altos, mercados de crédito mais restritos, menor disponibilidade de crédito ao consumidor, flutuação nos mercados financeiros, menor confiança do consumidor, não criação de novas pequenas empresas e outros fatores podem resultar em queda nos gastos empresariais e de consumidores. O desempenho comercial e financeiro da Companhia poderá continuar sendo adversamente afetado e a capacidade da Companhia de gerar fluxo de caixa poderá ser adversamente impactada pelas condições econômicas atuais e futuras, se houver uma nova queda nos gastos empresariais e de consumidores ou se tais gastos permanecerem estagnados.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender ações pelo preço e na ocasião que desejarem, podendo ter impacto adverso no preço das ações de emissão da Companhia.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las na quantidade, ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia. Adicionalmente, o preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, por motivos relacionados ao desempenho operacional e financeiro da Companhia e por questões macroeconômicas, nacionais e internacionais, que podem não ser controlados pela Companhia, o que pode vir a afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

Estas características de mercado podem limitar consideravelmente a capacidade dos titulares de ações da Companhia de vender tais ações pelo preço e no momento de sua preferência e isso pode ter um impacto adverso no preço das ações da Companhia. Incertezas relacionadas à implementação de mudanças políticas e regulatórias por parte do governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários.

Tais incertezas, o período de recessão seguido por uma recuperação lenta no Brasil e outros aspectos da economia brasileira podem afetar adversamente as operações da Companhia e podem também afetar adversamente o preço de negociação de suas ações. Ademais, os preços das ações negociadas na B3 são, por exemplo, afetados pela flutuação na variação da taxa de câmbio do dólar americano e pela performance das principais ações negociadas na bolsa norte americana. Qualquer aumento na taxa de juros de outros países, especialmente nos Estados Unidos, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores em investir no mercado de capitais brasileiro, incluindo em razão de recessões, estagflações, depressões, pandemias ou conflitos armados. Crises e instabilidade política em outros mercados emergentes, os Estados Unidos, a Europa e outros países podem também diminuir a demanda dos investidores por valores mobiliários de companhias que tenham um volume considerável de operações no Brasil, a exemplo das ações da Companhia, o que pode reduzir a liquidez das ações da Companhia.

O governo brasileiro exerceu historicamente e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. O ambiente econômico e político brasileiro afeta diretamente e de forma relevante a Companhia.

A Companhia opera exclusivamente no Brasil e depende das condições econômicas brasileiras. Desdobramentos futuros na economia brasileira poderão afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, o consumo dos serviços da Companhia, a estratégia de negócios da Companhia, bem como a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O governo brasileiro frequentemente interveio e continua a intervir na economia brasileira e, ocasionalmente, faz alterações relevantes nas políticas monetária, tributária e de crédito, entre outras. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação, estimular a expansão econômica e implementar outras políticas incluem, dentre outros, controles de salários e preços, valorização ou desvalorização do real, ajustes cambiais, controle sobre remessas ao exterior e intervenção do Banco Central para alterar as taxas de juros básicas. A Companhia poderá ser negativamente afetada por mudanças nas políticas adotadas pelo governo brasileiro, bem como por fatores gerais, incluindo, dentre outros: (i) expansão ou contração do crescimento da economia brasileira, conforme medido pelo produto interno bruto, ou PIB; (ii) inflação; (iii) políticas fiscais e monetárias; (iv) disponibilidade de crédito; (v) controles de importação; (vi) taxas de juros; (vii) fornecimento de energia elétrica; (viii) liquidez dos mercados domésticos de capital e crédito; (ix) instabilidade social e política; (x) flutuações nas taxas de câmbio e controles de câmbio; (xi) políticas sanitárias; e (xii) outras diretrizes ou eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que de outra forma afetem o país.

Esses fatores, bem como as incertezas sobre as políticas ou regulamentações a serem adotadas pelo governo brasileiro com relação a esses fatores, poderão afetar de maneira adversa e relevante a Companhia.

A instabilidade política poderá afetar negativamente a economia brasileira, bem como as atividades, resultados operacionais e o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

O ambiente político brasileiro historicamente influenciou e continua a influenciar a economia do Brasil, bem como a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e volatilidade dos preços dos títulos (incluindo valores mobiliários) emitidos por empresas brasileiras.

Em especial, o mercado de capitais brasileiro tem observado um aumento na volatilidade devido à incerteza das investigações em andamento pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, incluindo a Operação Lava Jato. Essas investigações afetaram o ambiente econômico e político do Brasil. Alguns integrantes do governo e do poder legislativo, bem como executivos de grandes empresas públicas e privadas, estão sob acusações de corrupção por supostamente aceitarem subornos em troca de contratos de concessão do governo com empresas dos setores de infraestrutura, petróleo, gás e construção, entre outros. Esses subornos supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizados ou divulgados publicamente, resultando no enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como consequência, vários políticos, incluindo integrantes do Congresso Nacional e executivos de grandes empresas públicas e privadas renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, enquanto outros ainda estão sob investigação por conduta antiética e ilegal identificada durante essas investigações.

O próprio ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi réu em ações judiciais por corrupção, tendo sido condenado em 2ª instância e preso. Recentemente, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, anulou as sentenças que condenaram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, baseado no entendimento de que não houve o respeito ao princípio do "juiz natural" pela 13ª Vara de Curitiba, onde atuava o então juiz Sérgio Moro e o Supremo Tribunal Federal reformou seu entendimento quanto ao cumprimento antecipado da pena criminal (após condenação em segunda instância), bem como restabeleceu os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pôde disputar o cargo novamente nas eleições de outubro de 2022.

Historicamente, em anos eleitorais, especialmente naqueles em que ocorrem eleições presidenciais, os níveis de investimento estrangeiro no país são reduzidos; e a incerteza política gera maior instabilidade e volatilidade no cenário políticoeconômico.

O Presidente do Brasil em exercício tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Não é possível prever quais políticas serão adotadas e tampouco saber se tais políticas terão um impacto adverso para a Companhia.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade

4.1 Descrição dos fatores de risco

econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

As eleições de outrobro de 2022 foram marcadas pela polarização da população brasileira em dois blocos, de esquerda com o candidato e ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e da direita com o candidato e o então presidente Jair Messias Bolsonaro. Após uma disputa sem precendentes, o ex-presidente Luis Inacio Lula da Silva vence as eleições presencias retornando a presidência da república pela terceira vez, em um resultado apertado de menos de 2%.

O recente clima de instabilidade política e econômica causou uma percepção negativa da economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais brasileiro. Uma percepção recorrente de referida instabilidade e cenário político e econômico pode também afetar adversamente a Companhia, seus negócios e suas ações.

Qualquer dificuldade que o governo federal encontre na obtenção de aprovações junto ao congresso nacional poderia ocasionar um impasse no congresso, agitação política e protestos e greves, o que poderia afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas relacionadas à implementação de alterações políticas de cunho monetário, fiscal e previdenciário e a legislação que regulamenta tais políticas pode também ocasionar instabilidade econômica, o que pode intensificar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

Não há garantia de que o presidente do Brasil conseguirá aprovar as reformas prometidas em sua campanha, nem sobre quais políticas ele adotará ou se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais terão um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia.

Variações nas taxas de câmbio poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido historicamente desvalorizações frequentes em relação ao dólar americano e a outras moedas. O governo brasileiro implementou no passado vários planos econômicos e políticas de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), controles de câmbio, mercado de câmbio duplo e regimes de taxa de câmbio flutuante.

A desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real, o dólar americano e outras moedas. De acordo com a taxa Ptax do Banco Central do Brasil (“BCB”), em 2020, o real desvalorizou-se em 29,2%, passando a taxa de câmbio do real frente ao dólar americano de R$4,0207 por US$1,00 para R$5,1961 por US$1,00. Em 31 de dezembro de 2021, o real desvalorizou-se ainda mais, em 8,1%, passando a taxa de câmbio do real frente ao dólar americano de R$5,1623 por US$1,00 para R$5,5805 por US$1,00. Em 31 de dezembro de 2022, na contramão dos anos anteriores, o real valorizou-se, em 7,3%, passando a taxa de câmbio do real frente ao dólar americano de R$5,6309 por US$1,00 para R$5,2177 por US$1,00. Ainda que em 2022 tenha ocorrido uma leve valorização do real frente ao dólar americano, este continua ainda em patamar bastante elevado, acima dos R$ 5,00. Este cenário se mantém em consequência dos efeitos crônicos provocados pela pandemia nas economias munidiais, de inflação global, do cenário econômico em deterioração e da crise política brasileira.

Não há garantia de que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar americano. A desvalorização do real em relação ao dólar americano poderá criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, devido à contração do consumo e aumento dos custos. A desvalorização do real em relação ao dólar americano também poderá gerar aumento nos custos operacionais da Companhia relacionados à importação de mercadorias e nas despesas e obrigações financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos denominados em dólares americanos. A Companhia poderá ser adversamente afetada por mudanças em tais políticas de câmbio.

Determinados custos operacionais da Companhia relacionados à importação de mercadorias e uma parte de seu endividamento são, e a Companhia espera que continuem a ser denominados ou indexados ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. A valorização do dólar americano e de outras moedas estrangeiras em relação ao real aumentará o endividamento da Companhia denominado em dólares americanos e outras moedas estrangeiras, bem como o custo do serviço de tal endividamento e, portanto, afetará de maneira adversa e relevante a Companhia.

As variações cambiais do real em relação a outras moedas, especificamente o dólar americano, afetaram e continuarão a afetar os resultados operacionais da Companhia, os quais são expressos

4.1 Descrição dos fatores de risco

em reais.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para conter a inflação, incluindo o aumento das taxas de juros, poderão contribuir para o aumento da incerteza econômica no Brasil e afetar de maneira significativamente negativa a Companhia.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater as taxas de inflação têm e poderão ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e as atividades da Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósito compulsório poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e reduções nas taxas de juros poderão desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE, para 2022, 2021 e 2020 foi de 5,79%, 10,06% e 4,52%, respectivamente.

Desde o ano passado, as intervenções do governo brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, causando volatilidade nas taxas de juros de mercado. Da mesma forma, entre 2015 e 2023, a taxa básica de juros no Brasil, estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC meta, e determinada pelo Comitê de Política Monetária, ou COPOM, variou entre 2,00% e 14,25% ao ano. Desde 29 de julho de 2015, a taxa SELIC meta permaneceu em 14,25% ao ano, pico do período mencionado, até 19 de outubro de 2016, quando o COPOM determinou a redução da taxa para 14,00% ao ano. Em suas reuniões seguintes, o COPOM determinou uma sequência de cortes na taxa SELIC meta, com uma redução da taxa para 6,75% ao ano em 7 de fevereiro de 2018, e, em 21 de março de 2018, com uma nova redução para 6,50% ao ano. O COPOM manteve a taxa SELIC meta de 6,50% ao ano em 16 de maio de 2018 e, posteriormente, em 20 de junho de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa era de 6,50% ao ano. O COPOM reconfirmou a taxa de 6,50% ao ano em 6 de fevereiro de 2019, mas em 31 de julho de 2019 reduziu a taxa SELIC meta para 6,00% ao ano e, em 30 de outubro de 2019, reduziu ainda mais a taxa para 5,00% ao ano. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC meta era de 4,50% ao ano. Em 5 de fevereiro de 2020, o COPOM reduziu a taxa para 4,25% ao ano e reduziu ainda mais em março de 2020, com a taxa SELIC meta em 3,75% ao ano em 31 de março de 2020. Em um esforço para compensar o impacto da pandemia da COVID-19 na demanda doméstica, o COPOM reduziu ainda mais a taxa em maio, junho e agosto de 2020, terminando o ano com a taxa SELIC meta em 2,00%. Em 17 de março de 2021, o COPOM aumentou a taxa SELIC meta para 2,75%. Este foi o ínicio de sucessivos incrementos de 75 bps até 16 de junho de 2021 quando atingiu 4,25%. Temendo os reflexos da inflação, nas duas reuniões seguintes, o COPOM fez incrementos de 100bps em cada passando a taxa SELIC meta para 6,25% em 22 de setembro de 2021. Nas duas reuniões seguintes, o COPOM fez ajustes maiores, incrementando a taxa de 150bps em cada passando a taxa SELIC meta para 9,25% ao ano em 8 de dezembro de 2021. Em 02 de fevereiro de 2022, diante do aumento das projeções e risco de desancoragem, o COPOM aumentou a taxa SELIC meta para 10,75% ao ano. Em 16 de março de 2022, diante do quadro de volatilidade da inflação e do preço do petroleo, o COPOM decidou aumentar a taxa SELIC meta para 11,75% ao ano. Em 04 de maio de 2022, o COPOM manteve o ciclo de aperto monetário aumentando a taxa SELIC meta para 12,75% ao ano. Em 16 de junho de 2022, diante da deteorização das condições econômicas externas, desaceleração global, inflação e incertezas quanto ao futuro do arcabouço e politica fiscais levaram o COPOM a aumentar a taxa SELIC meta para 13,25% ao ano, posteriormente, em 03 de agosto de 2023 para 13,75% ano, a qual, se mantém a mesma até a data de publicação deste formulário.

As pressões inflacionárias poderão resultar em intervenções do governo na economia, incluindo políticas que poderão afetar negativamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderá adversamente afetar as operações e o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. A inflação, as medidas para contê-la e a especulação sobre possíveis medidas a serem implementadas também poderão contribuir para significativa incerteza em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de acesso a financiamentos, incluindo acesso aos mercados de capitais internacionais. Medidas futuras do governo brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio estrangeiro e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumentos na inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também poderá aumentar os custos e despesas da Companhia, e a Companhia poderá

4.1 Descrição dos fatores de risco

não conseguir transferir esses custos a seus clientes, reduzindo suas margens de lucro e resultado líquido. Além disso, os altos índices inflacionários geralmente aumentam as taxas de juros internas e, portanto, o serviço da dívida das parcelas do endividamento da Companhia denominado em reais e indexado a taxas flutuantes também poderá aumentar e o lucro líquido da Companhia poderá diminuir. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros internas poderão, além disso, reduzir a liquidez nos mercados domésticos de capitais e financeiro, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de refinanciar seu endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também poderá afetar indiretamente a Companhia, por meio de uma redução no poder de compra dos clientes. Os clientes da Companhia poderão ser afetados por altas taxas de inflação e quaisquer efeitos sofridos pelos clientes da Companhia poderão afetar negativamente a Companhia.

Variações nas taxas de juros poderão aumentar o custo do serviço de dívida da Companhia.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o índice da taxa média de juros de certificados de depósito interbancário aplicável no Brasil, ou CDI, foi de 12,39%, 4,39% e 2,75% a.a. respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a taxa de juros de longo prazo, ou TJLP substituída em 1º de janeiro de 2018 pela taxa de longo prazo, ou TLP, foi de 7,20%, 5,32% a.a. e 4,55% a.a., respectivamente. O aumento das taxas de juros poderá afetar a capacidade da Companhia de obter empréstimos e aumentar o custo do endividamento da Companhia, resultando em aumento de suas despesas financeiras. Esse aumento poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de pagamento na medida que a sua posição de caixa seja reduzida. Além disso, assimetrias nas taxas de inflação a que os ativos e passivos da Companhia estão indexados, bem como flutuações significativas nas taxas de juros, poderão resultar em perdas financeiras para a Companhia. A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para administrar as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e seu crescimento. Para complementar as necessidades de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos das principais instituições financeiras no Brasil, que são principalmente indexados à variação da taxa do CDI.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, como os recentes desdobramentos nos mercados financeiros globais, e especificamente em países emergentes, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado das ações de emissão de empresas brasileiras é afetado em vários graus pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo China, Estados Unidos, países europeus, outros países da América Latina e países de mercado emergente. Acontecimentos ou condições econômicas em outros países emergentes por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultaram em consideráveis fugas de recursos do Brasil e diminuíram o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Esses riscos também poderão afetar o acesso da Companhia aos mercados de capitais e afetar negativamente a capacidade da Companhia de financiar suas operações por meio de emissões de títulos (incluindo valores mobiliários) em geral ou em termos favoráveis à Companhia. Se houver uma deterioração significativa da economia global ou da situação econômica atual, os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados e o valor das ações de emissão da Companhia poderá sobre queda.

A capacidade dos clientes da Companhia de fazer pagamentos pontuais poderá ser negativamente afetada por restrições de liquidez no Brasil.

A economia brasileira tem estado sujeita a uma série de desdobramentos e condições que afetaram significativamente a disponibilidade de crédito. Além disso, o Brasil é vulnerável aos efeitos das crises financeiras globais. Por exemplo, a crise econômica global que afetou os mercados dos Estados Unidos e da Europa a partir de 2008 (especialmente da Grécia, da Espanha, da Itália e de Portugal) reduziu significativamente a confiança dos investidores em todo o mundo. Por sua vez, o Brasil teve sua classificação de risco de dívida soberana reduzida pelas três principais agências de classificação de crédito com sede nos Estados Unidos, a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch. A Standard & Poor's reduziu a classificação de risco da dívida soberana do Brasil de BBB- para BB+ em setembro de 2015, posteriormente reduzindo-a para BB em fevereiro de 2016 e para BB- com perspectiva estável em janeiro de 2018, considerando a formulação de políticas menos oportunas e eficazes e um risco de maior incerteza política após as eleições de 2018 no Brasil. Em janeiro de 2021, a Standard & Poor's manteve a classificação de risco da dívida soberana do Brasil em BB- com uma perspectiva estável, mantendo neste mesmo rating até o término do ano.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil de então Baa3 em análise e a reduziu em fevereiro de 2016 para Ba2 com perspectiva negativa, considerando a perspectiva de deterioração adicional do endividamento do Brasil em meio a uma recessão e um ambiente político desafiador. Posteriormente, em abril de 2018, a Moody's classificou a perspectiva soberana do Brasil como estável. Em maio de 2020, a Moody´s reafirmou a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil em Ba2 com uma perspectiva estável. Em dezembro de 2020, a Moody's manteve a classificação de crédito do Brasil em Ba2 com uma perspectiva estável. No ano de 2021, a Moody's manteve este mesmo rating até o término do ano.

A Fitch rebaixou a classificação de risco soberano do Brasil para BB+ com perspectiva negativa em dezembro de 2015, considerando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior do que o esperado e rebaixou ainda mais a classificação de risco da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou ainda mais a classificação de risco soberano do Brasil para BB- com perspectiva estável. Desde maio de 2020, a Fitch mantém a classificação do Brasil em BB-, mas com perspectiva negativa, considerando a deterioração do ambiente fiscal e econômico do Brasil e que ambos poderiam piorar devido às incertezas políticas, bem como incertezas quanto à duração e intensidade da pandemia da COVID-19. No ano de 2021, a Fitch manteve o BB- com perspectiva negativa até o término do ano. Em 2022, apesar da retormada de crescimento econômico no páis, as incertezas futuras em relação aos planos do novo governo eleito e seus impactos sobre os desafios econômicos e fiscais, fizeram com que a Fitch mantivesse a classificação de risco soberano do Brasil em BB-.

O prolongamento da recessão global, a possibilidade de extensão do conflito direto entre Russia e Ucrania para outros países, o movimento de substituição do dólar americano como moeda de comércio international e de reservas cambiais, o risco de *default* do tesouro americano, a possibilidade de um conflito entre China e Taiwan, combinados e agravados por uma politica interna de afastamento da agenda econômica liberal aplicada nos últimos anos para outra de cunho mais social, de fortalecimento e crescimento do estado poderão levar a novos rebaixamentos das classificações de risco do país. Qualquer rebaixamento adicional nas classificações de risco soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e poderá afetar negativamente a Companhia e o preço de negociação das ações de sua emissão.

Esses eventos podem afetar negativamente a capacidade da Companhia de obter financiamentos nos mercados de capitais brasileiro e internacional, bem como enfraquecer a recuperação e o crescimento das economias brasileira e/ou estrangeira, resultando em maior volatilidade no mercado de capitais brasileiro.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

i - A inflação e as medidas do governo brasileiro para conter a inflação, incluindo o aumento das taxas de juros, poderão contribuir para o aumento da incerteza econômica no Brasil e afetar de maneira significativamente negativa a Companhia.

ii - A instabilidade política poderá afetar negativamente a economia brasileira, bem como as atividades, resultados operacionais e o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

iii - A falta de qualidade e confiabilidade dos fornecedores da Companhia poderá resultar em escassez de produtos, matérias-primas e insumos de que a Companhia precisa para suas atividades, o que poderá causar um impacto adverso relevante em suas vendas e afetar sua reputação perante seus clientes.

iv - Qualquer falha do sistema de segurança da Companhia para prevenção a fraudes no comércio eletrônico, proteção das informações confidenciais de seus clientes e de sua respectiva rede poderá acarretar perdas financeiras e ter um impacto negativo sobre sua reputação e sua marca, afetando a Companhia de maneira significativamente negativa.

v - A Companhia depende de sistemas de informação para operacionalizar suas atividades. Problemas nos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia, a incapacidade da Companhia de acompanhar o desenvolvimento da tecnologia de tais sistemas ou o comprometimento de dados de clientes poderão afetar adversamente suas operações e sua reputação.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, as incertezas econômicas e políticas que podem vir a prejudicar o comportamento de compra dos clientes, o prazo médio de fornecedores e de giro dos estoques, a disponibilidade de mão-de-obra e demais fatores que afetam as decisões da Companhia, expõem a Companhia a uma série de riscos de mercado.

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de suprimentos para escritório e material escolar, bem como, de equipamentos de informática em geral.

Dentre os principais riscos que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, podemos destacar:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço.

i) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e sobre os empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic.

No caso dos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de juros que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM no. 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia.

A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

				Resultado financeiro		
	Risco	2022	Taxa	Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	10.134	CDI	960	720	480
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	5.310	CDI	724	544	362
Partes relacionadas	Redução do CDI	649.891	CDI	87.930	65.948	43.965
	Subtotal	**665.335**		**89.614**	**67.212**	**44.807**
Passivos:						
Empréstimos e financiamentos, capital de giro	Alta do CDI	491.091	CDI	(66.445)	(83.056)	(99.668)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	9.365	Selic	(1.147)	(1.434)	(1.721)
	Subtotal	**500.456**		**(67.592)**	**(84.490)**	**(101.389)**
	Total	**164.879**		**22.022**	**(17.278)**	**(56.582)**

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 31 de dezembro de 2022 (13,53% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 30 de dezembro de 2022 (12,25% a.a.).

A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

				Resultado financeiro		
	Risco	2021	Taxa	Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	6.471	CDI	302	226	152
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	3.487	CDI	400	300	201
Partes relacionadas	Redução do CDI	508.826	CDI	59.075	44.306	29.538
	Subtotal	**518.784**		**59.777**	**44.832**	**29.891**
Passivos:						
Empréstimos e financiamentos, capital de giro e Compror (*)	Alta do CDI	688.802	CDI	(79.970)	(99.963)	(119.955)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	15.186	Selic	(1.405)	(1.756)	(2.108)
	Subtotal	**703.988**		**(81.375)**	**(101.719)**	**(122.063)**
	Total	**185.204**		**(21.598)**	**(56.887)**	**(92.172)**

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de dezembro de 2021 (11,61% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 03 de dezembro de 2021 (9,25% a.a.).

				Resultado financeiro		
	Risco	2020	Taxa	Cenário provável	Acréscimo 25%	Decréscimo 50%
				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Alta do CDI	47.215	CDI	1.322	1.653	1.983
Partes relacionadas	Alta do CDI	526.974	CDI	14.755	18.444	22.133
Empréstimos e financiamentos capital de giro e Compror	Alta do CDI	(824.999)	CDI	(23.100)	(28.875)	(34.650)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	(22.866)	Selic	(716)	(895)	(1.074)
Total		**(273.676)**		**(7.738)**	**(9.673)**	**(11.608)**

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 31 de dezembro de 2020 (2,80% a.a.) para 365 dias. Para o cenário provável da SELIC, foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 28 de dezembro de 2020 (3,13% a.a.).

ii) Risco cambial

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, tais como, empréstimos e financiamentos, nem tão pouco, possui exposição direta sobre variação cambial de importações.

iii) Risco preço

A Companhia não possui exposição direta sobre variação de preços.

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, o qual atualmente não é significativo, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, onde o risco de crédito é substancialmente com as administradoras de cartões.

Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R$311.142 (R$236.995 e R$72.780, respectivamente em 31 de dezembro de 2021 e 2020).

O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

terceiros e com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	867.858	-	-	-	867.858
Passivo de arrendamento	98.780	340.666	83.921	-	523.367
Empréstimos com partes relacionadas	100.817	4.914	-	-	105.731
Empréstimos e financiamentos	163.674	339.769	-	-	503.443
Total	**1.231.129**	**685.349**	**83.921**	**-**	**2.000.399**

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	793.833	-	-	-	793.833
Passivo de arrendamento	82.264	394.326	68.396	-	544.986
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	107.076	107.076
Empréstimos e financiamentos	229.896	193.851	264.625	-	688.372
Total	**1.105.993**	**588.177**	**333.021**	**107.076**	**2.134.267**

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	711.221	-	-	-	711.221
Passivo de arrendamento	64.181	303.176	175.474	-	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	82.833	82.833
Empréstimos e financiamentos	244.779	583.213	-	-	827.992
Total	**1.020.181**	**886.389**	**175.474**	**82.833**	**2.164.877**

d) Instrumentos derivativos

A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para o emissor.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R$1 milhão; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Ações Civis Públicas

A Companhia é parte em duas Ações Civis Públicas ("ACP") em andamento, movidas pelo Ministério Público, a saber:

Processo nº 0225412-62.2008.8.26.0100	
Juízo	2ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo
Instância	Superior Tribunal de Justiça
Data de instauração	16/12/2008
Partes no processo	Ministério Público do Estado de São Paulo (Autor) Companhia (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Multa de 2% sobre o valor do produto em questão, somado à multa de 1% ao mês e R$10.000,00 por consumidor. Não é possível estimar um valor global, considerando as diversas variáveis.
Principais fatos	O objeto da ação é uma obrigação de fazer, a qual pede que seja informado o prazo para entrega dos produtos e restituição de preço pago pelo consumidor, sob pena de multa de 2% pelo atraso no cumprimento de suas obrigações. Inicialmente, foi proferida sentença de improcedência do pleito, que posteriormente foi reformada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, para estabelecer a incidência de multa moratória de 2% do valor do produto nos casos de atraso na entrega de mercadoria ou atraso na restituição do preço pago pelo consumidor, nas hipóteses de arrependimento previstas no art. 49, § único do Código de Defesa do Consumidor ("CDC"), além da incidência de juros legais de 1% ao mês, sob pena de multa cominatória de R$10.000,00 (dez mil reais) por consumidor. A Companhia protocolou recurso especial e agravo em recurso especial sobre esta decisão. No STJ, houve provimento do recurso e determinação pela improcedência do pleito. O Ministério Público opôs embargos de divergência no recurso especial, que foi julgado em 2021 pelo STJ, que rejeitou o recurso do MP e transitou em julgado a decisão, tendo os autos sido definitivamente arquivados.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Não há impacto para a Companhia considerando o provimento do recurso da Companhia pelo STJ. Em razão do trânsito em julgado, este processo será excluído na próxima versão deste Formulário de Referência.
Valor Provisionado	Tendo em vista que a obrigação foi devidamente cumprida pela Companhia, não há valores provisionados para a presente ação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo 0029552-98.2014.8.16.0001	
Juízo	9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba – PR
Instância	1ª Instância
Data de instauração	19/08/2014
Partes no processo	Ministério Público do Estado do Paraná (Autor) Companhia (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Direito do consumidor que cria obrigação de fazer para a Companhia.
Principais fatos	O Ministério Público do Estado do Paraná questiona a política de troca de produtos eletrônicos da Companhia e de outras empresas varejistas. Solicitou antecipação de tutela para que as empresas não criassem prazos e regras de garantia diversos do CDC e para que coletem e enviem à assistência técnica os produtos defeituosos. Houve a concessão de tutela antecipada em primeira instância, posteriormente, revogada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, com a denegação do agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público. Atualmente, aguarda-se decisão sobre os embargos de declaração opostos pelas empresas.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	No caso de perda, a Companhia estará sujeita a: a) se abster de criar prazos e outras regras de garantia diversas daquela prevista no CDC, bem como de realizar o encaminhamento, à assistência técnica, do consumidor que pretende reclamar por vícios do produto em sua sede e filiais; e b) promover a coleta dos produtos em sua loja, dando a solução adequada para fins de garantia. Poderá haver impacto nos procedimentos para assistência ao consumidor nos casos de vício do produto ou serviço no Estado do Paraná, o que pode gerar custos adicionais nas operações da Companhia. Não é possível estimar tais custos, pois depende de variáveis desconhecidas no presente.
Valor Provisionado	Diante da inexistência de valores apontados como envolvidos, não há valores provisionados para a presente ação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos Tributários

Processo nº 10880.729.296/2017-96	
Juízo	Processo Administrativo
Instância	Processo Administrativo
Data de instauração	28/07/2017
Partes no processo	Delegacia da Receita Federal (Autor) Companhia (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$17.784.147,19 (jul/17)
Principais fatos	Auto de Infração lavrado visando à cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS dos anos 2014 e 2015, pelo crédito tomado em bens e serviços. A Companhia entrou no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT de parte das infrações aos créditos, reduzindo o valor envolvido na discussão deste auto de infração. Apresentou impugnação em 24 de agosto de 2017 sobre a glosa dos créditos especificamente sobre despesas (i) aluguel de créditos, (ii) créditos extemporâneos de aluguel de equipamento e (iii) frete entre filiais. Atualmente aguarda a análise da impugnação apresentada.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso a Companhia venha a perder, a estimativa do valor envolvido seria de R$ 6.402.240,25. (em dez/2022).
Valor Provisionado	Valor não provisionado, por se tratar de processo administrativo com avaliação por nossos assessores jurídicos como de perda possível.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para perdas prováveis decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e tributários da Companhia é de R$8,0 milhões. Tendo em vista que nenhum dos processos para o qual foi estabelecida provisão e que tem prognóstico de perda provável foi considerado como relevante pela Companhia pois não são (i) processos com valor individual igual ou superior a R$1 milhão; ou (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia, nenhum de tais processos foi descrito no item 4.4 acima.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 – Processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, bem como os impactos no caso de perda e os valores envolvidos.

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e que não tenham sido divulgados no item 4.4.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos de indicados nos itens 4.1 e 4.3 informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos") que abrange todos os processos, áreas e colaboradores da Companhia e de suas controladas, e estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidade em relação ao processo de gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes da Companhia e tem fundamento nas melhores práticas de mercado e no Regulamento do Novo Mercado, no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e nas normas emanadas pela Companhia de Valores Mobiliários ("CVM").

A última versão da política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de janeiro de 2021 e é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da Companhia. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.kalunga.com.br).

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia, conceituando as atividades, bem como as principais responsabilidades atribuídas aos diversos órgãos da administração ou departamentos, para subsidiar a Companhia no momento da tomada de decisões, aumentando a transparência das informações internamente e para seus *stakeholders*.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia categoriza seus riscos da seguinte maneira:

• Riscos de Negócio e/ou Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros);

• Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

(i) *Riscos de Mercado*: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

preços das ações e dos preços dos *commodities*;

(ii) *Riscos de Crédito*: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira;

(iii) *Riscos de Liquidez*: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

• Riscos de Conformidade/*Compliance*: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos; corrupção e crimes cibernéticos*;*

• Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem da inadequação ou falha na gestão da operação, processos internos e pessoas, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua a utilização efetiva e eficiente de recursos. Tais riscos podem estar associados tanto à operação do negócio (marketing, vendas, comercial e logística), como à gestão de áreas de suporte ao negócio (administrativo, controladoria, contabilidade, controle, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação e relações sindicais);

• Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento tem por premissa a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, por meio da:

(i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;

(ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;

(iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;

(iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;

(v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;

(vi) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(vii) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração

Aprova a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelece diretrizes gerais na gestão de risco e auxilia a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria, monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*.

Diretoria

Responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas reuniões da Diretoria, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria

Auxilia o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*. O coordenador do Comitê de Auditoria é o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Comissão de Gerenciamento de Riscos

Área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria, tendo por atribuição auxiliar na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Além disso, juntamente com a administração da Companhia, esta área é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. A área deverá reportar-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Deve ter, ainda, por responsabilidade a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como (i) a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; e (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Companhia. A Comissão de Gerenciamento de Riscos é composta por um representante da controladoria, um da área jurídica e *compliance* e um da área de auditoria interna, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais (consideram-se atividades **não operacionais**, entre outras, as desenvolvidas pelas áreas jurídicas de controladoria, de auditoria interna e de relações com investidores).

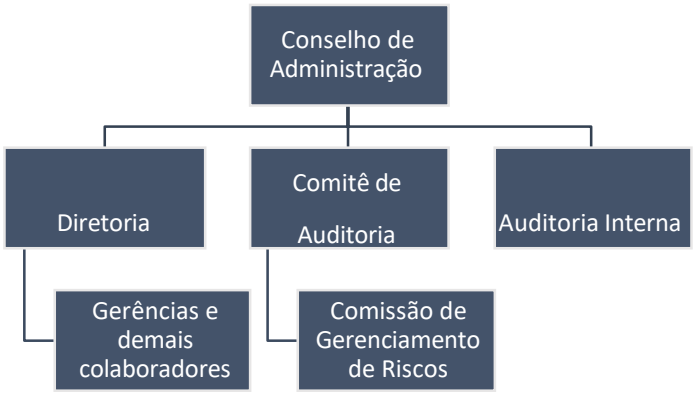
Auditoria Interna

Atuando de forma independente e objetiva, a Área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

Gerências e demais colaboradores

Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

Abaixo pode ser encontrado o organograma com as estruturas de reporte relacionadas ao gerenciamento de riscos:



A estrutura mencionada neste item foi recentemente criada para adequar a governança corporativa da Companhia às exigências da B3. Exceto pela Diretoria e Conselho de Administração, os demais órgãos foram criados no final ano de 2020 e, ainda que recentes, já se encontram em pleno funcionamento na data deste Formulário de Referência.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Esses controles internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

• Eficiência e efetividade operacional;

• Confiança nos registros de dados e informações;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

Riscos de Mercado

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que abrange todos os processos, áreas e colaboradores da Companhia e de suas controladas, e estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades em relação ao processo de gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A última versão da política foi aprovada em pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de janeiro de 2021, e é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da Companhia. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.kalunga.com.br).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia categoriza seus riscos da seguinte maneira**:**

Riscos de Negócio e/ou Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).

Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

(i) Riscos de Mercado: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, da inflação, e, em menor escala, dos preços de *commodities*.

(ii) Riscos de Crédito: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(iii) Riscos de Liquidez: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas

ii. estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos patrimoniais. Este risco, caso identificado, deverá seguir os procedimentos descritos na Política de Gerenciamento de Riscos.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos patrimoniais.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento, tem por premissa a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, por meio da: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa; (vi) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vii) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não há instrumento financeiro derivativo com objetivo diverso ao da proteção patrimonial e gerenciamento de risco. Todas as operações de derivativos, se contratadas, devem ter o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos foi recentemente criada para adequar a governança corporativa da Companhia às exigências da B3. Exceto pela Diretoria e Conselho de Administração, os demais órgãos foram criados no final ano de 2020 e, ainda que recentes, já se encontram em pleno funcionamento na data deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Aprova a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelece diretrizes gerais na gestão de risco e auxilia a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria, monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*.

Diretoria

Responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas reuniões da Diretoria, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria

Auxilia o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*. O coordenador do Comitê de Auditoria é o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Comissão de Gerenciamento de Riscos

Área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria, tendo por atribuição auxiliar na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Além disso, juntamente com a administração da Companhia, esta área é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. A área deverá reportar-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Deve ter, ainda, por responsabilidade a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como (i) a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; e (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. A Comissão de Gerenciamento de Riscos é composta por um representante da controladoria, um da área jurídica e *compliance* e um da área de auditoria interna, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais (consideram-se atividades não operacionais, entre outras, as desenvolvidas pelas áreas jurídicas de controladoria, de auditoria interna e de relações com investidores).

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Auditoria Interna

Atuando de forma independente e objetiva, a Área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

Gerências e demais colaboradores

Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Gerenciamento de Riscos, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

A estrutura operacional e os controles internos adotados pela Companhia buscam efetividade na verificação da gestão de riscos de mercado, visto que possui um sistema definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas. Os riscos monitorados pela administração da Companhia e pelo Comitê de Auditoria são mencionados no item 5.1 acima.

Ajustes e eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados pela Administração à medida que julgados necessários.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia entende que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão. Com o acelerado crescimento, os diretores da Companhia decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administraçãoda Companhia, em 11 de janeiro de 2021, tem como principal objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, análise e tratamento dos riscos da Companhia.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as melhores práticas de governança, com foco nos pilares de anticorrupção, prevenção a fraudes e defesa da concorrência, e implementando processos de constante monitoramento das práticas adotadas em nome da Companhia, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração da Companhia ("Administração"). Ademais, a Companhia disponibiliza à sua Administração e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada, sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas orientações disciplinares ou medidas corretivas, conforme o necessário. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

Além disso, especificamente em relação às demonstrações financeiras, a Companhia adota as melhores práticas para sua elaboração, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), de modo a evidenciar todas as informações relevantes.

a. Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia destaca que a estrutura organizacional de controles internos foi recentemente criada para adequar a governança corporativa da Companhia às exigências da B3. Exceto pela Diretoria e Conselho de Administração, os demais órgãos foram criados no final ano de 2020 e, ainda que recentes, já se encontram em pleno funcionamento na data deste Formulário de Referência.

O Comitê de Auditoria acompanha as atividades das áreas de contabilidade e compliance, reportando ao Conselho de Administração quando necessário. A área de contabilidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e notas explicativas.

A Companhia estrutura suas áreas de apoio e assessoramento responsáveis pelo monitoramento e aprimoramento do gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa da Companhia. O Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, a Comissão de Gerenciamento de Riscos e demais áreas de assessoramento devem coordenar o processo de gestão

5.2 Descrição dos controles internos

de riscos e buscar a identificação, mensuração e monitoramento dos riscos associados, bem como dos riscos que possam impactar significativamente a elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia.

Compete à área de controles internos: (i) administrar, implementar e monitorar o sistema de gerenciamento de riscos; (ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes sobre o gerenciamento de riscos; (iii) fornecer apoio às áreas de negócios no que tange o processo de gerenciamento de riscos; (iv) avaliar os riscos identificados pelos Gestores das áreas de negócios da Companhia; e (v) propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar e monitorar as ações com objetivo de reduzir exposição a riscos.

Linhas de Defesa.

1ª Linha de Defesa (Atuação na mitigação e identificação de riscos): Diretoria, diretorias não estatutárias, gerências e demais colaboradores da Companhia que atuam no dia a dia da Companhia. São responsáveis por mitigar os riscos de acordo com as diretrizes desta Política e reportar informações relevantes relacionadas à gestão dos riscos no dia a dia da Companhia.

2ª Linha de Defesa (Análise e Monitoramento de riscos): Comissão de Gerenciamento de Riscos. Responsável por mapear e monitorar riscos a ela reportados, pela implementação de medidas mitigatórias de riscos bem como pela atualização das políticas da Companhia de forma que nestas estejam contemplados todos os riscos identificados aos quais a Companhia está exposta.

3ª Linha de Defesa (Avaliação de todo o Processo): Auditoria Interna. Responsável pela avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia, em todas as suas frentes.

b. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, os quais são realizados pela Comissão de Gerenciamento de Riscos e reportados à Diretoria. Para todas as deficiências identificadas em uma avalição de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

O resultado de todos os trabalhos de controles internos é reportado pela Diretoria ao Comitê de Auditoria, que monitora e reporta os processos relevantes ao Conselho de Administração da Companhia, conforme a seguir:

- Procedimentos e processos da área de controles internos e área de Comissão de Gerenciamento de Riscos.
- A adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia pela área de contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- O monitoramento, a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- A avaliação e o monitoramento as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da Administração; b) a utilização de ativos da Companhia; e c) as despesas incorridas em nome da

5.2 Descrição dos controles internos

Companhia;

- A avaliação e o monitoramento, juntamente com a Administração, da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- A elaboração do relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

c. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado do auditor independente da Companhia ("Auditor Independente"), nos termos do inciso II do artigo 25 da Instrução CVM nº 308/99, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apontou as deficiências significativas ou fraquezas materiais sobre os controles internos da Companhia elencadas abaixo:

Fragilidade no Processo de Concessão de Acessos

O Auditor Independente, em 2022, durante os trabalhos de análise do ambiente sistêmico, não identificou a aprovação para a criação/concessão dos acessos anteriormente a atualizaçaõ da conta do profissional. Os perfis de usuários dos sistemas (profissionais de TI ou de áreas usuárias) não são atribuídos devidamente nos sistemas, podendo ocasionar acessos e/ou lançamentos indevidos a dados críticos para o negócio.

O auditor independente recomendou à Administração que fosse reforçado o processo de concessão de acessos a grupos e perfis dos sistemas críticos junto às equipes responsáveis, respeitando a formalização dos perfis solicitados, das aprovações pelos gestores dos colaboradores e demais etapas do processo.

d. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Comentários da Administração

A Administração entende que a amostra selecionada pelos auditores independentes, em 2022, continha uma ocorrência pontual de criação de usuário para consulta de pedidos no SAC. Neste caso, o acesso do usuário contou com as aprovações internas para serem criadas, sendo as autorizações de acesso criadas pela área de TI.

5.3 Programa de integridade

5.3. Mecanismos e procedimentos internos de integridade

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota um conjunto integrado de políticas, práticas e procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que abrangem os objetivos da Companhia de estabelecer procedimentos que visem a reduzir a sua exposição a riscos (estratégicos, operacionais, financeiros, de *compliance*, etc.), bem como aumentar o grau de confiabilidade dos procedimentos operacionais adotados pela Companhia. As políticas, práticas e procedimentos adotados são: (i) política de gerenciamento de riscos da Companhia ("Política de Gerenciamento de Riscos"); (ii) política de indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração ("Comitês") e da Diretoria da Companhia ("Diretoria") ("Política de Indicação"); (iii) política de avaliação de desempenho da Companhia ("Política de Avaliação de Desempenho"); (iv) política de remuneração de administradores da Companhia ("Política de Remuneração"); (v) política de transações com partes relacionadas da Companhia ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (vi) política de divulgação de ato ou fato relevante e negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia ("Política de Divulgação"); (vii) regimento interno do Conselho de Administração da Companhia ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); (viii) regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria"); (ix) código de conduta da Companhia ("Código de Conduta") e (x) política anticorrupção da Companhia ("Política Anticorrupção" e, em conjunto com Política de Gerenciamento de Riscos, Política de Indicação, Política de Avaliação de Desempenho, Política de Remuneração, Política de Transações com Partes Relacionadas, Política de Divulgação, Regimento Interno do Conselho de Administração e Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Código de Conduta, "Políticas de Governança Corporativa").

O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no site de relações com investidores (ri.kalunga.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br).

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade, sendo tais políticas avaliadas anualmente quanto sua necessidade de alteração:

Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos é um instrumento que tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

5.3 Programa de integridade

Política de Indicação

A Política de Indicação estabelece os critérios, requisitos mínimos e diretrizes para indicação de membros (i) ao Conselho de Administração; (ii) aos Comitês; e (iii) à Diretoria. Tem como referência: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"); (ii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (iii) normas gerais emitidas pela CVM sobre o assunto; e (iv) o Regulamento do Novo Mercado.

Política de Avaliação de Desempenho

A Política de Avaliação de Desempenho visa a estabelecer as regras e princípios gerais aplicáveis ao processo de avaliação do desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês. A Companhia entende que avaliação dos altos membros de sua administração é etapa fundamental à integração e alinhamento estratégico de seus componentes, permitindo o aprimoramento de processos decisórios-chave e a proteção de investimentos realizados pelos seus acionistas.

Política de Remuneração

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês, bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia ("Conselho Fiscal"). A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia Geral"), sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

Política de Transações com Partes Relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Política de Divulgação

A Política de Divulgação tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas pessoas sujeitas à política tanto na divulgação de ato ou fato relevante da Companhia quanto na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, visando a evitar o uso indevido de informações privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações.

5.3 Programa de integridade

Regimento Interno do Conselho de Administração

O Regimento Interno do Conselho de Administração tem por objetivo disciplinar o funcionamento, estrutura e forma de atuação do Conselho de Administração, bem como permitir que os demais órgãos internos da Companhia, seus acionistas e demais interessados na Companhia acompanhem a atuação do Conselho de Administração, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação aplicável, contribuindo assim para o fortalecimento de suas práticas de governança. O Regimento Interno do Conselho de Administração tem como referência: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social; (ii) a Lei das Sociedades por Ações; (iii) normas gerais emitidas pela CVM sobre o assunto; (iv) o Regulamento do Novo Mercado; (v) a Política de Indicação; (vi) a Política de Remuneração; (vii) a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e (viii) a Política de Avaliação.

Regimento Interno do Comitê de Auditoria

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria tem por objetivo disciplinar o funcionamento, estrutura e forma de atuação do Comitê de Auditoria da Companhia, bem como permitir que os demais órgãos internos da Companhia, seus acionistas e demais interessados na Companhia acompanhem a atuação do Comitê da Auditoria, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação aplicável, contribuindo assim para o fortalecimento de suas práticas de governança. O Regimento Interno do Comitê de Auditoria tem como referência: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social; (ii) a Lei das Sociedades por Ações; (iii) normas gerais emitidas pela CVM sobre o assunto; (iv) o Regulamento do Novo Mercado; (v) a Política de Indicação; (vi) a Política de Remuneração; (vii) a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e (viii) a Política de Avaliação.

Código de Conduta

O Código de Conduta visa a estabelecer e promover valores e princípios éticos e de responsabilidade social e ambiental aplicáveis à Companhia, suas coligadas e controladas, todos os seus colaboradores diretos e indiretos, empregados e administradores, que incluem os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (e, quando considerados em conjunto, "Colaboradores"), bem como fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, de forma a disseminar os princípios éticos que norteiam a Companhia para sua rede de relacionamentos e adotar padrões adequados de conduta em um ambiente global, complexo e em constante mudança.

Política Anticorrupção

A Política Anticorrupção fornece as diretrizes a serem seguidas por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas, bem como por todas as pessoas que agem ou fazem negócios em nome da Companhia, ou lhes prestam serviços de qualquer natureza, como representantes, prestadores de serviços, parceiros de negócios, fornecedores, consultores, dentre outros e tem o objetivo de balizar as relações dos membros, apontados acima com as autoridades e agentes dos órgãos governamentais e não governamentais, como por exemplo: prefeituras, órgãos fiscalizadores, prestadoras de serviços, secretarias, concessionárias, entre outros.

5.3 Programa de integridade

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia mantém uma estrutura organizada responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos descritos na Política de Gerenciamento de Riscos, em diferentes níveis da organização, que abrange o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, a Comissão de Gerenciamento de Riscos e todos os Colaboradores da Companhia. Seu propósito é permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios da Companhia e a elaboração confiável das demonstrações financeiras e das informações trimestrais da Companhia, em linha com os dispositivos legais e com as normas editadas pelos órgãos reguladores aplicáveis.

Os riscos levantados e as medidas e procedimentos mitigatórios a serem adotados frente a cada um dos riscos, serão discutidos em reuniões de periodicidade não superior a 6 meses, entre membros da Comissão de Gerenciamento de Riscos, do Comitê de Auditoria, membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia ("Reuniões"). Nessas Reuniões serão definidas (i) as ações a serem tomadas em relação a cada um dos riscos levantados; e
(ii) os respectivos responsáveis por implementar tais ações, devendo as referidas decisões ser formalizadas em ata.

O Comitê de Auditoria poderá chamar Reuniões extraordinárias caso identifique um novo risco não anteriormente mapeado ou uma alteração significativa na exposição de um risco existente para análise, verificação de procedência e discussão do plano de acompanhamento do risco identificado.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia deve observar o Código de Conduta descrito na seção 5.4.(a) i acima.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos: todos os seus Colaboradores, bem como fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os Colaboradores da Companhia deverão participar de treinamentos sobre (i) as disposições do Código de Conduta; (ii) o cumprimento das Leis Anticorrupção; e (iii) as demais políticas da Companhia. Tais treinamentos periódicos são coordenados pelo Departamento de Relações com Investidores, que determina a periodicidade de tais treinamentos, e versam sobre a necessidade de cumprimento do Código de Conduta, bem como buscam dirimir todas as dúvidas eventualmente levantadas. A frequência estimada dos treinamentos será anual em relação ao Código de Conduta e cumprimento das Leis Anticorrupção e bienal para as demais políticas. Além disso, todos os

5.3 Programa de integridade

Colaboradores são instados a declarar por escrito o seu conhecimento do conteúdo do Código de Conduta, por meio da assinatura de termo específico.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Os Colaboradores que praticarem tais violações estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, previstas no Código de Conduta: (i) advertência; (ii) suspensão; (iii) desligamento; ou (iv) encerramento da relação contratual existente com a Companhia, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

Caberá ao Conselho de Administração a definição dos parâmetros para aplicação das penalidades que serão aplicadas no caso concreto, levando-se em consideração a gravidade da infração, a reincidência do infrator e os danos provocados à Companhia e/ou aos demais Colaboradores.

O Comitê de Auditoria terá a competência para definir as penalidades que serão aplicadas aos membros da administração da Companhia e seus acionistas controladores, assim definidos na forma do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, caberá ao Comitê de Ética e Conduta a definição das penalidades aplicadas aos Colaboradores pela infração ao Código de Conduta.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado por meio de Reunião do Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2021 e revisado em 06 de outubro de 2022

O Código pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.kalunga.com.br), e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza um Canal de Denúncias a todos os Colaboradores que tenham interesse em comunicar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de qualquer violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia, às Leis Anticorrupção e demais leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

O Canal de Denúncias da Companhia, que permitirá o envio de denúncias internas e externas, pode ser acessado de forma gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana pelos seguintes canais de contato:

- E-mail: canaldedenuncias@kalunga.com.br

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias da Companhia é administrado internamente.

5.3 Programa de integridade

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias também pode ser acessado pelos Fornecedores, Intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Todas as comunicações feitas ao Canal de Denúncias da Companhia serão confidenciais, caso o denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer medida de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal de Denúncias. Ressaltando que qualquer a retaliação ou perseguição em decorrência de uma denúncia é uma violação ao Código de Conduta da Companhia, sujeita à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Canal de Denúncias está a cargo da Área de *Compliance* e do Comitê de Auditoria, que serão responsáveis por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas Não aplicável devido à não ocorrência de casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública no referido período

Não aplicável devido à não ocorrência de casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública no referido período.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Modificações significativas nos principais riscos:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos adotada.

Entretanto, a pandemia do coronavírus e alguns conflitos regionais como a guerra da Ucrania, contribuíram para a retração acentuada na economia mundial e demais reflexos poderão impactar os negócios da Companhia devido ao cenário de incertezas, restrições de créditos, aumento no desemprego, falta de matérias-primas e paralização de mão-de-obra e serviços. Todos esses e outros fatores, em conjunto, podem afetar os fluxos de caixa previstos e o plano estratégico da Companhia. A extensão e gravidade de tais efeitos nos negócios da Companhia dependem de eventos futuros altamente imprevisíveis.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes não divulgadas neste Formulário de Referência.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

José Roberto Menezes Garcia					
029.322.438-29	Brasil			30/09/2020	
311.069.888	50,000	0	0,000	311.069.888	50,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

Paulo Sérgio Menezes Garcia					
658.984.198-53	Brasil			30/09/2020	
311.069.888	50,000	0	0,000	311.069.888	50,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

TOTAL

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
622.139.776	100,000	0	0,000	622.139.776	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/09/2020
Quantidade acionistas pessoa física	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

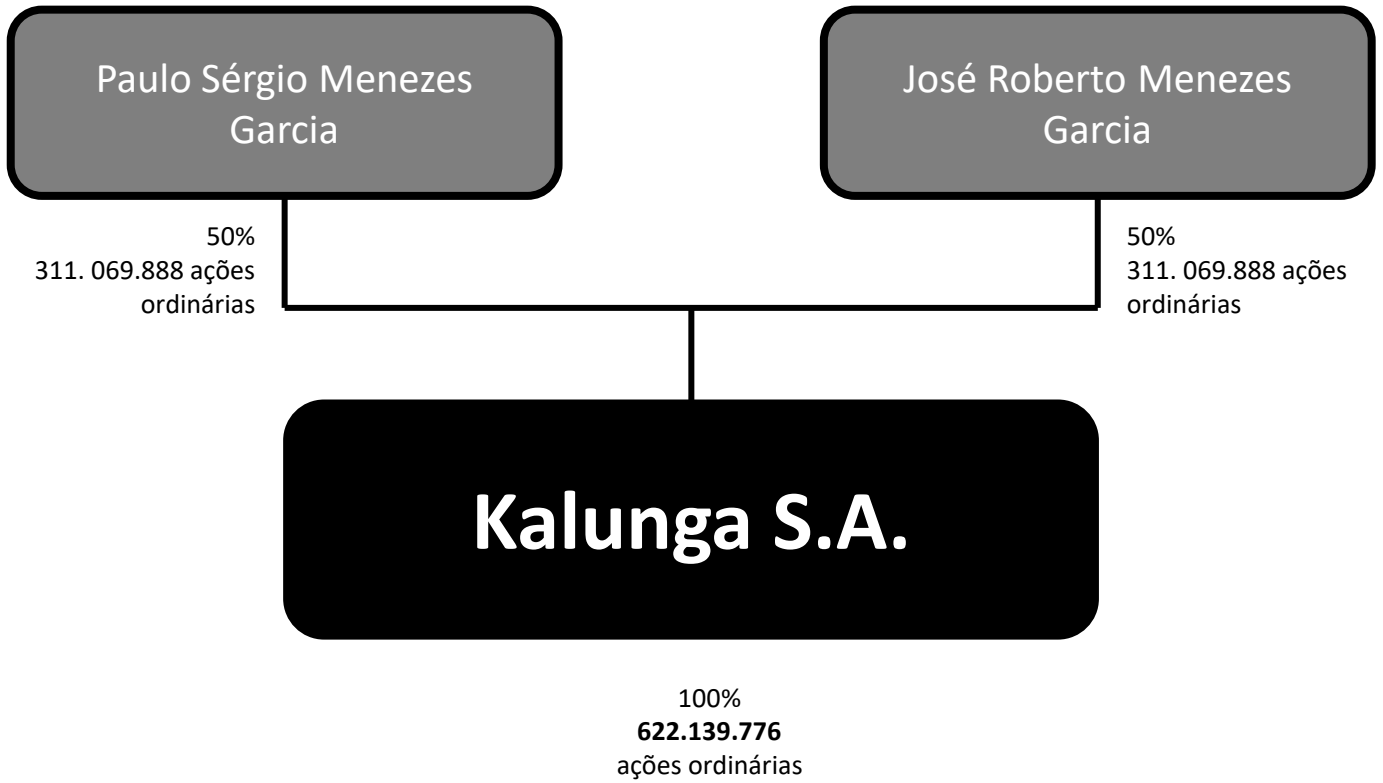
Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável.

Estrutura Societária



6.6 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas divulgadas no Formulário de Referência dos itens 6.1 ao 6.5.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

As regras de composição do Conselho de Administração estão previstas no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração, ambos disponíveis na página de relações com investidores da Companhia (https://ri.kalunga.com.br).

A Companhia deve possuir, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

A indicação é realizada por meio de chapas, podendo qualquer acionista propor uma chapa.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Atualmente não há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2021, bem como na legislação e regulamentação aplicável.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia prevê que qualquer pessoa envolvida em processo de análise e aprovação de Transações com Partes Relacionadas, conforme definido na Política, que tiver um potencial conflito de interesses com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicitando a natureza e extensão de seu interesse, e abster-se de intervir em tal transação e de participar da respectiva deliberação.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses e abster-se de votar.

A Política de Transações com Partes Relacionadas encontra-se disponível na página de relações com investidores da Companhia (https://ri.kalunga.com.br).

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da Administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder	Não se aplica
Diretoria	-	4	-	-	-	-
Conselho de Administração – Efetivos	-	5	-	-	-	-
Conselho de Administração – Suplentes	-	-	-	-	-	-
Conselho fiscal – Efetivos	-	-	-	-	-	-
Conselho fiscal – Suplentes	-	-	-	-	-	-
Total membros	-	9	-	-	-	-

- O Sr. José Roberto Menezes Garcia acumula as funções de Diretor Presidente e de membro do Conselho de Administração

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão da Administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígenas	Não se aplica
Diretoria	-	4	-	-	-	-
Conselho de Administração – Efetivos	-	5	-	-	-	-
Conselho de Administração – Suplentes	-	-	-	-	-	-
Conselho fiscal – Efetivos	-	-	-	-	-	-
Conselho fiscal – Suplentes	-	-	-	-	-	-
Total membros	-	9	-	-	-	-

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:

Não há objetivos específicos adotados.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:

A administração da Companhia avalia os riscos e oportunidade relacionadas ao clima, buscando eficiência nas suas operações e menor impacto no meio ambiente. Um exemplo dessa iniciativa foi o lançamento do programa de doação de cadernos que geram créditos na compra de novos cadernos, realizada na época do volta as aulas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	**0**	**9**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	**0**	**9**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Atualmente a diretoria executiva e o comitê de auditoria reportam ao conselho de administração.

b. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser encontrado.

Atualmente, os trabalhos da auditoria são avaliados pelos reportes da administração nas reuniões do conselho de administração e pela apresentação da própria auditoria dos trabalhos realizados.

A Companhia não adotou uma política de contratação de serviços de extra-auditoria.

c. Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

Atualmente, não há um canal específico para reporte de questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG na Companhia. No entanto, um membro com participação relevante no capital é membro do conselho de administração é também exerce a função de diretor presidente da Companhia e um membro do comitê de auditoria é membro do conselho de administração.

Adicionalmente, a Companhia adotou um canal de denúncias, no qual pode ser levadas violações ao Código de Conduta da Companhia. Essas denúncias são asseguradas seu sigilo e tratadas e reportadas para o Comitê de Auditoria.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Antônio Maurício Maurano **CPF:** 038.022.878-51 **Profissão:** Bancário **Data de Nascimento:** 18/11/1962

Experiência Profissional: O Sr. Antônio Maurício Maurano é atualmente membro independente do Conselho de Administração. O Sr. Antônio ocupou a posição de Diretor Executivo de Pequenas Empresas no Banco Original de junho de 2019 a agosto de 2020, atualmente é membro do Comitê de Crédito Sênior e foi indicado como membro do Conselho de Administração do mesmo banco, com processo em aprovação no órgão regulador. Foi Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da BB Seguridade S.A., de julho de 2018 a novembro de 2018. Ocupou a Vice-Presidência de Negócios de Atacado e Private Bank do Branco do Brasil S.A., de fevereiro de 2014 a julho de 2018, e foi Diretor Comercial de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2014. Além disso, ao longo dos anos ocupou o cargo de membro titular do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A., Logz Logística Brasil S.A., Cielo S.A., Neo Energia S.A., BB Gestão de Recursos DTVM S.A., Brasilprev Previdência Privada S.A. e o cargo de Diretor Presidente do BB Leasing Arrendamento Mercantil, BB BI Banco de Investimento e Banco Patagônia.

O Sr. Antônio é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência de conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

O Sr. Antônio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Antônio declara que é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável por ter ocupado os cargos descritos acima relacionados ao Banco do Brasil, classificação com término em 2023, e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2022	30/04/2024	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	30/04/2022	Sim	

Nome: Emerson Piovezan **CPF:** 056.781.028-34 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/10/1946

Experiência Profissional:

O Sr. Emerson Piovezan (“Emerson”) é membro independente do Conselho de Administração e membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia. Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Mackenzie, Senior International Bankers, pela Manchester Business School – England e International Program Management, pela IMD – Switzerland, além de diversos cursos especializados em TI e Finanças. Atua como consultor nas áreas de Finanças, TI e Gestão de Recursos e Previdência Privada, e assessora operações no mercado financeiro. Desde setembro de 2019 é Vice-Presidente de Finanças da Federação Paulista de Futebol. Já atuou como Vice-Presidente e representante legal no Brasil do Lloyds Bank PLC, bem como Presidente da Previlloyds, empresa de Previdência Privada do Lloyds Bank, Diretor Estatutário da Losango Promotora de Vendas S.A., financeira de varejo. É sócio proprietário da Proventus Investimentos, Gestão e Consultoria Ltda., empresa de consultoria e gestão de recursos financeiros, e da CADIZ Participação e Empreendimentos Ltda., empresa na área de propriedades e investimentos imobiliários. O Sr. Emerson atuou como Professor Titular na Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo, no período de maio de 1976 até maio de 2015. Foi membro da Associação Comercial de São Paulo no período de setembro de 1979 a novembro de 1983, e é membro do Conselho Industrial do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo desde 2008.

O Sr. Emerson é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência de conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

O Sr. Emerson declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Emerson declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2022	30/04/2024	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	30/04/2022	Sim	

Nome: Felipe de Albuquerque Campos **CPF:** 220.692.818-33 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 05/03/1980

Experiência Profissional:

O Sr. Felipe e Albuquerque Campos (“Felipe”) é o Diretor Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Antes de se juntar a Companhia, em 2020, o Sr. Felipe foi Diretor de M&A da YDUQS por 2 anos, liderando as 3 últimas aquisições (UniToledo, Adtalem Brasil Holding e Grupo Athenas) e ajudando a consolidar a mudança de estratégia do grupo. De 2002 a 2018, trabalhou em diversas instituições financeiras nacionais e internacionais na área de investment banking incluindo UBS, Santander Brasil e Santander USA, Calyon – Credit Agricole, Unibanco e KPMG Corporate Finance, nas quais adquiriu larga experiência em operações de M&A, Equity Capital Markets e Debt Capital Markets em várias indústrias nas Américas, EMEA e APAC. Sr. Felipe graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

O Sr. Felipe declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Felipe declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/03/2022	24/03/2024	12 - Diretor de Relações com Investidores	24/03/2022	Sim	

Nome: Gérman Pasquale Quiroga Vilardo **CPF:** 009.943.227-71 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 25/10/1967

Experiência Profissional: O Sr. Germán atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. German Pasquale Quiroga Vilardo é graduado em engenharia eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e possui mestrado em sistemas digitais pela Escola Politécnica da USP. É fundador e ex-CEO da TV1.com (cargo que exerceu entre 1994 e 1999), fundador, CIO e CMO da Americanas.com (cargo que exerceu entre 1999 a 2004), CIO e CMO da Cyrela Brasil Realty (cargo que exerceu entre 2004 a 2008) e fundador, CEO e membro do Conselho de Administração do Pontofrio.com (cargos que exerceu entre 2008 a 2011), Nova Pontocom (cargos que exerceu entre 2011 a 2014) e Cnova (cargos que exerceu entre 2014 a 2016), tendo nesta última, liderado o IPO da empresa na NASDAQ. Atualmente, é sócio da OMNI55 (desde 2017) e ocupa posição de membro do Conselho de Administração da GOL (desde 2016), da Centauro (desde 2017), C&A (desde 2019), Locaweb (desde 2020) e JSL (desde 2020).

O Sr. Germán declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Germán declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2022	30/04/2024	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2022	Sim	

Nome: Hoslei Amauri Touro Pimenta **CPF:** 033.199.268-02 **Profissão:** Comerciário **Data de Nascimento:** 05/09/1958

Experiência Profissional: O Sr. Hoslei Amauri Touro Pimenta ("Hoslei") é atualmente Diretor da Companhia. O Sr. Hoslei ocupou a posição de Gerente Geral, Operações e Vendas e Serviços Financeiros da Companhia de 2003 a 2020. Antes de se juntar à Companhia, foi Gerente de Operações Varejo do BNP Paribás. Foi diretor executivo do BNP de 2001 a 2003, tendo participado da criação e implantação da Promotora BNP Créditus no Brasil. Foi diretor executivo da Maxcred S.A., empresa promotora de venda e fomento mercantil de 1998 a 2001. De 1973 a 1998, foi Gerente de Operações de Serviços Financeiros, tendo ocupado diversas posições ao longo dos anos que esteve na Arthur Lundgren Tecidos S/A (Pernambucanas).

O Sr. Hoslei declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Hoslei declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/03/2022	30/04/2022	19 - Outros Diretores	24/03/2022	Sim	

Nome: José Roberto Menezes Garcia **CPF:** 029.322.438-29 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 10/02/1961

Experiência Profissional: O Sr José Roberto Menezes Garcia (“José Roberto”) é o atual Diretor Presidente (CEO) e membro do Conselho de Administração da Companhia. José Roberto está na Companhia desde 1977, quando começou com seu pai e irmãos a trabalhar como atendente de loja. Em meados da década de 80, liderou a transformação das lojas para auto-serviço, em conjunto com o início da transformação tecnológica da Companhia, no que seria o embrião do ERP próprio desenvolvido. O Sr. José Roberto esteve à frente do departamento de compras e logo em seguida assumiu a posição de diretor de operações na Spiral do Brasil Ltda. Em 2000, retornou para Companhia assumindo a área de supply chain e lançando o e-commerce da Companhia. Em 2003, após assumir o controle da Companhia juntamente com seu irmão o Sr. Paulo, protagonizou a transformação da área de logística para suportar um plano mais agressivo de abertura de lojas, com um layout mais moderno e mais eficiente.

O Sr. José Roberto declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. José Roberto declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2022	30/04/2024	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	30/04/2022	Sim	

Nome: Paulo Sérgio Menezes Garcia **CPF:** 658.984.198-53 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 29/12/1954

Experiência Profissional: O Sr. Paulo Sérgio Menezes Garcia (“Paulo”) é o atual Presidente do Conselho de Administração (Chairman) da Companhia. O Sr. Paulo está na Companhia desde 1972, quando começou com seu pai e irmãos a trabalhar na operação gráfica da Companhia. Em meados da década de 80, ficou responsável pelo departamento de marketing, elaborando um plano de comunicação visual que incluiu a criação da mala direta que chegou a uma tiragem de 2,6 milhões por mês. Foi também responsável pela negociação do patrocínio do Sport Clube Corinthians Paulista, que durou de 1985 a 1994 e deu projeção nacional para Companhia. Foi responsável pelo departamento de marketing até assumir a posição de diretor presidente na Spiral do Brasil Ltda. Em 2003, após assumir o controle da Companhia juntamente com seu irmão, o Sr. José Roberto Menezes Garcia, voltou a dirigir o departamento de marketing e finanças da Companhia.
O Sr. Paulo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Paulo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2022	30/04/2024	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2022	Sim	

Nome: Plínio José Lopes Shiguematsu **CPF:** 157.456.458-73 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 15/03/1973

Experiência Profissional: O Sr. Plínio José Lopes Shiguematsu (“Plínio”) é o Diretor Jurídico e de Compliance (CLCO) da Companhia. Desde 2021, ocupa o cargo de diretor presidente da ID TV S.A., tendo acumulado experiência em escritórios de advocacia e empresas nacionais e multinacionais de capital aberto, entre elas Liq (2014-2020), Natura (2009-2012), Claro (2007-2009), BRF (2001-2007), Vivo (1999-2001). O Sr. Plínio é membro do IDSA – Instituto de Direito Societário Aplicado e membro da Comissão de Direito Societário do IBRADEMP. Sr. Plínio atua como professor no Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa e em diversos cursos de pós-graduação em direito societário, mercado de capitais, governança corporativa. Sr. Plínio graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, onde também obteve o grau de Mestre, além de ter cursado o LLM em Direito Societário pelo Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa.

O Sr. Plínio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Plínio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	24/03/2022	30/04/2024	19 - Outros Diretores	24/03/2022	Sim	

7.4 Composição dos comitês

Nome: Antônio Edson Maciel dos Santos **CPF:** 112.567.138-64 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 23/10/1971

Experiência Profissional:

O Sr. Antônio Edson Maciel dos Santos (“Antônio Edson”) é membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia. O Sr. Antônio Edson é graduado em administração pela Faculdade de Administração da Universidade Estadual do Paraná (1993), mestre em controladoria empresarial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2019), com especialização em consultoria organizacional pela UFGRS/RS (2003), administração e estratégia empresarial, pela Ulbra/RS (2000). Com mais de 25 anos de experiência nas áreas de Auditoria Interna, Controle Interno, Gestão de Riscos e Compliance em grandes multinacionais, ocupando posições de gerência e diretoria, conselheiro fiscal e membro do Comitê de Auditoria. Certificado pelo IBGC em CCA, conselheiro de administração; CCF, conselheiro fiscal; CCoAud+, membro de comitê de auditoria experiente e CCSA pelo The IIA Global; curso de extensão em Enterprise Risk Management for Corporate Leaders em Harvard Business School (EUA). Como executivo teve passagens pela Sonae (gerente sênior – 1995 a 2005), Walmart (2005 a 2013) e Contax (diretor de 2014 a 2018) e como órgãos de governança atua na Raia e Drogasil, Kalunga, Grupo Oncoclínicas, Serpro, IPT entre outras. Um dos autores do Guia de Gerenciamento de Risco e do IBGC Orienta – Auditoria Interna, entre outras publicações na área. Instrutor do IBGC para os cursos de conselheiro de administração, in company, um dos autores do livro Transformando as Três Linhas em geração de valor, publicado pela Saint Paul Editora em 2022. Certificado pelo IBGC em CCA. O Sr. Antônio Edson declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Antônio Edson declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	24/03/2022	24/03/2023		24/03/2022	Não	

Nome: Emerson Piovezan **CPF:** 056.781.028-34 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/10/1946

Experiência Profissional:

O Sr. Emerson Piovezan (“Emerson”) é membro independente do Conselho de Administração e membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia. Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Mackenzie, Senior International Bankers, pela Manchester Business School – England e International Program Management, pela IMD – Switzerland, além de diversos cursos especializados em TI e Finanças. Atua como consultor nas áreas de Finanças, TI e Gestão de Recursos e Previdência Privada, e assessora operações no mercado financeiro. Desde setembro de 2019 é Vice-Presidente de Finanças da Federação Paulista de Futebol. Já atuou como Vice-Presidente e representante legal no Brasil do Lloyds Bank PLC, bem como Presidente da Previlloyds, empresa de Previdência Privada do Lloyds Bank, Diretor Estatutário da Losango Promotora de Vendas S.A., financeira de varejo. É sócio proprietário da Proventus Investimentos, Gestão e Consultoria Ltda., empresa de consultoria e gestão de recursos financeiros, e da CADIZ Participação e Empreendimentos Ltda., empresa na área de propriedades e investimentos imobiliários. O Sr. Emerson atuou como Professor Titular na Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo, no período de maio de 1976 até maio de 2015. Foi membro da Associação Comercial de São Paulo no período de setembro de 1979 a novembro de 1983, e é membro do Conselho Industrial do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo desde 2008.

O Sr. Emerson é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência de conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

O Sr. Emerson declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Emerson declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	24/03/2022	24/03/2023		24/03/2022	Não	

Nome: Jorge Sawaya Júnior **CPF:** 001.051.748-07 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 12/02/1954

Experiência Profissional:

O Sr. Jorge Sawaya Júnior (“Jorge”) é membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia. O Sr. Jorge é formado em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Paulo Eiró, do Instituo de Educação Costa Braga (12/05/1982), e em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (05/02/1980), com MBA em administração pela Fundação Getúlio Vargas (01/09/2003). Jorge foi diretor do Grupo de Deals na PwC em São Paulo onde trabalhou por 40 anos. Jorge acumulou experiência nas áreas de Assurance e Fusões e Aquisições (M&A). Prestou serviços de due diligence financeira e operacional, estruturação contábil e fiscal, integração pós-fusões, dentre outros nos últimos 30 anos, tendo participado de mais de 1.000 projetos. Adicionalmente, Jorge envolve-se em fusões e aquisições prestando serviços a clientes nacionais e internacionais, ambos compradores e vendedores estratégicos e financeiros no Brasil e no exterior. Antes de trabalhar na equipe de Deals da PwC no Brasil, Jorge se dedicou a auditoria de clientes nacionais e internacionais, bem como, trabalhou com operações estruturadas. Posteriormente em 2018 e 2019 ajudou a estruturar o Transaction Services junto a Irko tendo realizado dezenas de trabalhos de due diligence. Atualmente desenvolve trabalhos de due diligence, verifica valores de ajuste de preços em transações e auxilia em conflitos entre sócios em empresas. Em 2019 foi indicado a membro do conselho fiscal da Qualicorp tendo sido renovado para o exercício de 2020. Em 2020 foi indicado a membro do conselho fiscal da JHSF. Foi membro da ABVCAP- Associação Brasileira de Venture Capital e atualmente participa de encontros junto ao IBGC- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	24/03/2022	24/03/2023		24/03/2022	Não	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA	43.283.811/0001-50	
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA	43.283.811/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Controlador. Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA	43.283.811/0001-50	
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA	63.935.829/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Sócio e Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA	43.283.811/0001-50	
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA	43.283.811/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Controlador. Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA	43.283.811/0001-50	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA	63.935.829/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Sócio e Diretor				
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	71.966.436/0001-88		
Prestação de serviço			

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	71.966.436/0001-88		
Prestação de serviço			

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

KA Solution Tecnologia em Software Ltda. 71.966.436/0001-88

Observação

Administrador do Emissor

Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

KA Solution Tecnologia em Software Ltda. 71.966.436/0001-88

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Acordos, apólices de seguro:

A Companhia possui um seguro de responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores (D&O) que prevê o pagamento ou reembolso de despesas por ela suportadas ou por seus administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia no decurso da atividade profissional exercida pelos administradores na Companhia. O limite máximo de garantia é de R$60.000.000,00, e o valor anual do prêmio corresponde a R$120.460,34.

A Companhia se compromete a garantir e manter o beneficiário indene e o eximir de responsabilidade por quaisquer despesas que o beneficiário comprovadamente venha a incorrer ou por valores que seja condenado a pagar, em virtude de inquérito, processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais, no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, que visem a imputar responsabilidade ao beneficiário por qualquer ato por ele praticado ou omissão relacionado exclusivamente ao exercício do cargo ou das funções descritos acima, na Companhia e/ou suas controladas/subsidiárias, conforme o caso ("Procedimentos de Apuração de Responsabilidade"), desde que o beneficiário tenha praticado tal ato (ou omissão) de boa-fé, no exercício regular de suas funções de gestão ou atribuição de poderes, dentro dos limites da lei, do Estatuto Social e das demais regras estabelecidas, de tempos em tempos, pela Companhia ("Atos Indenizáveis" e "Atos Regulares de Gestão").

Adicionalmente, a Companhia firmou contratos de indenidade com seus administradores em todos os atuais administradores com o objetivo de indenizar os executivos de eventuais despesas relacionadas a condenações em virtude de inquérito, processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais, relacionadas a atos ou omissões no exercício do cargo, desde que praticados de boa-fé, no exercício regular de suas funções e dentro dos limites da lei, do Estatuto Social e demais regras estabelecidas pela Companhia.

Em virtude desse contrato de indenidade, são passíveis de indenização todas as despesas legais e/ou administrativas, inclusive custos de defesa, custas judiciais, encargos, honorários, depósitos recursais, bem como quaisquer valores devidos a título de danos, juros e sanções pecuniárias, ainda que exigidos em decorrência de celebração de termo de compromisso, termo de ajustamento de conduta, ou outro procedimento ou ato que gere constrições, obrigações pecuniárias, desembolsos e/ou despesas pessoais imputadas aos beneficiários, originárias ou derivadas dos Procedimentos de Apuração de Responsabilidade, incluindo ("Indenizações"):

a) Reembolso de valores, despesas e/ou custos diretos, comprovadamente gastos pelo beneficiário e/ou por ele pagos em virtude de condenação, ainda que por decisão liminar ou provisória;

b) Adiantamento de valores, despesas e/ou custos diretos que sejam comprovadamente necessários para fazer frente aos Procedimentos de Apuração de Responsabilidade; e/ou

c) Pagamento direto a terceiros de valores que o beneficiário venha a ser condenado a indenizar e/ou reparar, em qualquer medida, por sentença transitada em julgado.

Nesse contexto, a Companhia se compromete também a suportar as despesas que acarretem constrição do patrimônio do administrador, do patrimônio comum com seu cônjuge, companheiro ou de qualquer familiar desde que, comprovadamente, o bloqueio tenha origem em atos cometidos por ou cuja responsabilidade seja atribuída ao administrador e diga respeito aos atos regulares de gestão, nas hipóteses previstas no contrato de indenidade.

7.7 Acordos/seguros de administradores

O contrato de indenidade prevê também que o administrador deverá reembolsar a Companhia, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante o desbloqueio dos valores de suas contas bancárias, independentemente do resultado do processo em curso.

A Companhia não está obrigada a indenizar o administrador no caso das despesas e perdas decorrentes de atos e/ou omissões do administrador ter sido: (i) praticados fora do exercício regular de suas atribuições, (ii) praticados com má-fé, dolo, culpa grave, mediante fraude, ou desvio de finalidade; (iii) resultantes da divulgação de informação estratégica e confidencial contrária aos interesses da Companhia; (iv) que violem ou ultrapassem os limites da lei, do Estatuto Social e das demais regras da Companhia; e (v) praticados no interesse próprio do beneficiário ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, e nas demais hipóteses previstas no contrato de indenidade.

Na hipótese de um evento que acarrete em potencial indenização pela Companhia ao administrador, uma vez notificada da solicitação de indenização, a Companhia deverá submeter o respectivo pleito à consideração de um profissional externo ou escritório de advocacia, independente, imparcial e com reconhecida competência para analisar tal pleito, que (i) avaliará se o pleito configura uma hipótese de indenização nos termos do contrato de indenidade, e (ii) emitirá uma opinião legal com sua conclusão a esse respeito (“Opinião Legal”). Caso a Opinião Legal seja favorável ao pagamento, o Conselho de Administração avaliará o pedido do administrador e deliberar, de forma fundamentada, razoável, e motivada, sobre o pagamento ou não da indenização – ainda que de forma diversa da conclusão constante da Opinião Legal, bem como, se aprovado tal pagamento, o prazo e a forma de sua viabilização.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes não divulgadas neste Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática e remuneração do conselho de administração, diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a. **Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 3 de dezembro de 2020, foi aprovada a Política de Remuneração de Administradores da Companhia ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), da Diretoria Estatutária ("Diretoria") e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês") (em conjunto, os "Administradores"), bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) ("Conselho Fiscal") da Companhia.

A Política de Remuneração tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

A remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia Geral"), sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

Os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (ri.kalunga.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria Política de Remuneração.

b. **Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos

8.1 Política ou prática de remuneração

Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, bem como a calibração dos critérios para eventual pagamento de bônus anual ou premiação aos Diretores.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características. O Conselho de Administração pode solicitar pesquisas de mercado de consultorias especializadas no tema, para auxiliar na análise das práticas de remuneração não só do segmento de atuação da Companhia, mas também de outros setores e ainda contar com informações comparadas de outras companhias abertas que atuem no mesmo segmento ou de mesmo porte para subsidiar sua decisão.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de dezembro de 2020 entrando em vigor em tal data por prazo indeterminado.

A Remuneração Fixa dos Administradores é revisada pelo Conselho de Administração, anualmente, de forma a mantê-la adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

c. **Composição da remuneração, indicando:**

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração

A remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes:
(i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) políticas de incentivo de curto e longo prazo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal que, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Além da remuneração prevista para os membros dos Comitês, aqueles que porventura também participem de outro órgão da Companhia poderão ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitados os limites estabelecidos nas normas aplicáveis à Companhia.

Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos membros do Conselho de Administração um pacote compatível com a prática de mercado. Os membros do Conselho de Administração podem fazer jus a benefícios como assistência médica, seguro de vida, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações para seus administradores, cujo objetivo é direcionar as ações dos membros do Conselho de Administração ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a geração de valor para a Companhia.
Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

Diretoria Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Diretores podem fazer jus a benefícios como assistência médica, seguro de vida, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações para seus diretores estatutários, cujo objetivo é direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a geração de valor para a Companhia.
Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Diretores podem fazer jus a benefícios como assistência médica, seguro de vida, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações para seus diretores estatutários, cujo objetivo é direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a geração de valor para a Companhia.
Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não está instalado.

Comitês Estatutários – Comitê de Auditoria

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía seu Comitê de Auditoria Estatutário instalado. Os membros do Conselho de Administração, que participem como membro do Comitê de Auditoria não recebem remuneração adicional pela participação no referido comitê. Apenas o membro do Comitê de Auditoria externo, que não participe na Administração da Sociedade é que receberá remuneração.

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa Anual	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	Não há pagamento de remuneração variável ao membro do Comitê de Auditoria.
Benefícios Pós-Emprego	Não há atualmente pagamento de benefícios pós-emprego para os membros do Comitê de Auditoria.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não há pagamento de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Não há pagamento de remuneração variável ao membro do Comitê de Auditoria.

Não são elementos da remuneração dos membros dos Comitês (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós–emprego; (iii) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

Em relação aos três últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na remuneração total

A Companhia era uma sociedade limitada nos exercícios sociais de 2019 e 2020 e não possuía os mesmos órgãos de administração que possui atualmente. Os administradores recebiam apenas remuneração fixa e benefícios.

Em 2022, a proporção entre os elementos de remuneração total foram:

8.1 Política ou prática de remuneração

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual	**100%**	**73,51%**	**100%**
Salário ou pró-labore	97%	71,75%	0%
Benefícios diretos e indiretos	3%	1,77%	0%
Participações em comitês	0,00	0,00	0%
Outros	0,00	0,00	0%
Remuneração variável	0,00	**26,49%**	**0%**
Bônus	0,00	0,00	0%
Participação de resultados	0,00	0,00	0%
Participação em reuniões	0,00	0,00	0%
Comissões	0,00	0,00	0%
Outros	0,00	26,49%	0%
Benefícios pós-emprego	0%	0%	0%
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0%	0%	0%
Remuneração baseada em ações	0%	0%	0%
Total da remuneração	**100%**	**100%**	**100%**

Em 2021, a proporção entre os elementos de remuneração total foram:

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual	**100%**	**100%**	**100%**
Salário ou pró-labore	97%	97%	0%
Benefícios diretos e indiretos	3%	3%	0%
Participações em comitês	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%
Remuneração variável	**0%**	**0%**	**0%**
Bônus	0%	0%	0%
Participação de resultados	0%	0%	0%
Participação em reuniões	0%	0%	0%
Comissões	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%
Benefícios pós-emprego	0%	0%	0%
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0%	0%	0%
Remuneração baseada em ações	0%	0%	0%
Total da remuneração	**100%**	**100%**	**100%**

8.1 Política ou prática de remuneração

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, além de respeitar a prática de mercado.

É vedado ao membro do Conselho de Administração que também acumular o cargo de diretor estatutário da Companhia, ainda que provisoriamente, intervir no processo de determinação da remuneração dos Administradores.

O Conselho de Administração deve vincular a remuneração dos Administradores a resultados, com metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não deve ser baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração são levados em consideração o desempenho do executivo e suas metas individuais. Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva do diretor que faça jus a tal remuneração, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em contrato de gestão, enquanto a avaliação subjetiva será aquela realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A Remuneração Fixa poderá ser revista, anualmente, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

A Remuneração Variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A Política de Remuneração contém mecanismos que permitem a definição de práticas alinhadas às condições de mercado, garantindo a atração e retenção de talentos que por sua vez trabalham para o atingimento de objetivos de curto prazo e de longo prazo. Os indicadores

8.1 Política ou prática de remuneração

utilizados na remuneração variável dos membros da Diretoria são objetivos claros e definidos e tem efeitos nos resultados, tanto do exercício social base da remuneração, bem como dos exercícios futuros.

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Remuneração, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é determinada pela Política de Remuneração, a qual tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares:

(a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;

(b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e

(c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados os Administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Diretores e membros dos Comitês são remunerados. Quando há acúmulo de funções, o membro receberá apenas por um órgão, como no caso do membro do conselho de administração que participa no comitê de auditoria e no membro da diretoria que participa no conselho de administração.

d. **Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

e. **Remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.**

Não aplicável, na data deste Formulário de Referência, não havia qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.900.000,00	6.000.000,00	0,00	9.900.000,00
Benefícios direto e indireto	400.000,00	300.000,00	0,00	700.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.300.000,00	9.800.000,00	0,00	14.100.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,83	0,00	8,83
Nº de membros remunerados	4,00	3,83	0,00	7,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.150.000,00	4.628.858,44	0,00	7.778.858,44
Benefícios direto e indireto	97.493,86	114.001,05	0,00	211.494,91
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.708.946,87	0,00	1.708.946,87
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.247.493,86	6.451.806,36	0,00	9.699.300,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.150.000,00	4.350.744,00	0,00	7.500.744,00
Benefícios direto e indireto	90.937,84	107.308,92	0,00	198.246,76
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.240.937,84	4.458.052,92	0,00	7.698.990,76

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,42	2,08	0,00	2,50
Nº de membros remunerados	0,33	2,08	0,00	2,41
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	187.500,00	477.053,00	0,00	664.553,00
Benefícios direto e indireto	10.965,18	252.929,38	0,00	263.894,56
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	
Total da remuneração	198.465,18	729.982,38	0,00	928.447,56

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	0,00	**9,00**
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	0,00	**8,00**
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,83	0,00	**8,83**
Nº de membros remunerados	4,00	3,83	0,00	**7,83**
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	**8,00**
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	0,00	**7,00**
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,42	2,08	0,00	**2,50**
Nº de membros remunerados	0,33	2,08	0,00	**2,41**
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de Remuneração baseado em Ações

Em 3 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("Plano de Ações Restritas"). Segundo o Plano, são elegíveis a receber outorga de ações restritas os administradores, funcionários e terceiros da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração a gestão e escolha das pessoas elegíveis. As principais características do plano encontram-se descritas a seguir:

Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia

a. Termos e condições gerais

Em 3 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a criação do Plano de Ações Restritas para um grupo de executivos elegíveis pelo Conselho de Administração – administradores, funcionários e terceiros da Companhia ("Participantes").

O Conselho de Administração, de acordo com o Plano de Ações Restritas, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Ações Restritas e criará, periodicamente, com base na política de remuneração da Companhia, programas de concessão de ações restritas. Para se tornar Participante de um dos programas, os executivos elegíveis devem ser formalmente indicados pelo Conselho de Administração, nos termos definidos no Plano de Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, poderá emitir novas ações ou alienar ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022.

O Conselho de Administração aprovou em 3 de dezembro de 2020 o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas ("Programa"), posteriormente aditado em 30 de março de 2021. Para mais informações sobre o novo Plano de Ações Restritas vide item 8 deste Formulário de Referência.

Principais objetivos do plano

O Plano de Ações Restritas tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Por meio do Plano de Ações Restritas, a Companhia visa a incentivar melhores desempenhos na gestão, no alcance de resultado de longo prazo e no alinhamento de interesses com os acionistas, o que a Companhia acredita que criará valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo.

Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Ações Restritas faz parte da estratégia de alinhamento de interesses e de retenção dos administradores e empregados com o compromisso destes na geração de valor à Companhia e aos acionistas.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

A Companhia acredita que ao tornar seus administradores e empregados acionistas da Companhia, os interesses destes são alinhados, ao vincular parte do seu patrimônio com a criação sustentável de valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. Além disso, o Plano de Ações Restritas busca preservar e fortalecer o vínculo dos administradores e empregados da Companhia no curto, médio e longo prazo.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Vide item 8, "a" deste Formulário de Referência.

c. Número máximo de ações abrangidas

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano de Ações Restritas não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação deste Plano de Ações Restritas.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Ações Restritas contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações. O número máximo de Ações Restritas que podem ser outorgadas no âmbito do Plano corresponde a 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de ações. Na data deste Formulário de Referência, nenhuma ação havia sido outorgada no âmbito do Plano.

e. Condições de aquisição de ações

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de ações restritas no lançamento de cada programa, elegendo dentre as pessoas elegíveis, os participantes em favor dos quais a Companhia outorgará as ações restritas nos termos do Plano de Ações Restritas e do respectivo programa, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga de Ações Restritas ("Contrato de Outorga") entre a Companhia e os participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de ações restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

relacionados às ações restritas. Na data deste Formulário de Referência, nenhum Contrato de Outorga havia sido celebrado pela Companhia no âmbito do Programa. Para mais informações sobre o novo Plano de Ações Restritas e as previsões de outorga, vide item 8 deste Formulário de Referência.

Após o período de carência estipulado e cumprido os requisitos para a aquisição do direito às ações restritas, o beneficiário receberá as ações restritas que ficarão, por um período de 90 (noventa) dias a 180 (cento e oitenta) dias, bloqueadas para negociação.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não há preço de aquisição ou de exercício, podendo o exercício estar vinculado a períodos de carência em lotes anuais, em percentuais estabelecidos pelo Conselho de Administração na aprovação do respectivo programa.

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

O Plano de Ações Restritas prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os participantes eleitos, não havendo, portanto, prazo de exercício.

h. Forma de liquidação

Não aplicável.

i. Restrições à transferência das ações

Após a transferência das ações, o beneficiário deverá permanecer por 90 (noventa) dias ou 180 (cento e oitenta) dias, conforme definido no Plano de Ações Restritas.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Pelo Plano de Ações Restritas, os direitos conferidos ao beneficiário extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos nos seguintes casos:

(i) A efetiva transferência de todas as ações restritas ao beneficiário;
(ii) Se as partes resolverem, de comum acordo, distratar o Contrato de Outorga;
(iii) Se a Companhia tiver sua falência decretada; ou
(iv) Na hipótese de desligamento do beneficiário por justa causa, nos termos do Plano de Ações Restritas.

O Conselho de Administração poderá, a seu critério, decidir por antecipar os períodos de carência, no melhor interesse da Companhia e com o objetivo de atingir os objetivos do Plano de Ações Restritas.

O Contrato de Outorga pode estabelecer critérios adicionais que regulem a suspensão, alteração ou extinção do Plano de Ações Restritas.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

No caso de destituição ou término do mandato por violação de deveres legais ou estatutários, de demissão ou ainda de rescisão do contrato de serviços do beneficiário por razão que configuraria justa causa, conforme a legislação civil ou trabalhista, ou na hipótese de renúncia ou desligamento voluntário do beneficiário, serão observadas as seguintes disposições:

(a) as ações restritas, cujos períodos de carência ainda não tenham decorrido, serão automaticamente canceladas, independentemente de qualquer aviso, sem que o beneficiário tenha direito a qualquer indenização; e

(b) as ações restritas, cujos períodos de carência já tenham decorrido, permanecerão de propriedade do beneficiário, observado que o período de restrição para a alienação de ações restritas, conforme previsto no Plano de Ações Restritas, permanecerá em vigor.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não haviam sido outorgadas ações restritas aos Administradores e não houve qualquer outorga de ações da Companhia ao Administradores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Informações sobre a outorga de opções de compra de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

O Plano de Ações Restritas prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações e, portanto, este item não é aplicável. Adicionalmente, até a data deste Formulário de Referência, não haviam sido outorgadas ações restritas aos Administradores e não houve qualquer outorga de ações da Companhia ao Administradores nos três últimos exercícios sociais.

8.7 Opções em aberto

8.7 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

O Plano de Ações Restritas prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações e, portanto, este item não é aplicável e até a data deste Formulário de Referência, não haviam sido outorgadas ações restritas aos Administradores e não houve qualquer outorga de ações da Companhia ao Administradores nos três últimos exercícios sociais.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os administradores da Companhia não fizeram nos últimos três exercícios sociais jus à remuneração variável e nenhuma outorga de ações foi concedida e nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do Plano de Ações Restritas.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 – Informações sobre a remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os administradores da Companhia não fizeram nos últimos três exercícios sociais jus à remuneração variável e nenhuma outorga de ações foi concedida e nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do Plano de Ações Restritas.

8.10 Outorga de ações

8.10 – Informações sobre a outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Os administradores da Companhia não fizeram nos últimos três exercícios sociais jus à remuneração variável e nenhuma outorga de ações foi concedida e nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do Plano de Ações Restritas.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não haviam sido exercidas as opções em relação à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria nos 3 últimos exercícios sociais.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 – Informações sobre o Plano de Ações Restritas

a. Modelo de precificação

No caso do Plano de Ações Restritas da Companhia ("Plano"), não há preço de exercício, porém, o valor da outorga equivale ao preço estimado da ação quando utilizado na oferta pública inicial de ações da Companhia (IPO). O Plano consiste no direito do beneficiário de receber as ações restritas ao término do prazo de carência. Utiliza-se o preço de mercado das ações na data da outorga, como medida deste benefício. Para fins da concessão do prêmio, a Companhia estabeleceu que não haverá liquidação em dinheiro, mas ele será pago pelo beneficiário com o atingimento de determinadas métricas e desde que não ocorra destituição, renúncia ou solicitação de desligamento por parte do beneficiário, na forma do Plano. Da mesma forma, a Companhia não cobrará qualquer valor a título de preço no momento da liquidação do prêmio, nos termos do Plano.

Na data deste Formulário de Referência, nenhum Contrato de Outorga havia sido celebrado pela Companhia no âmbito do Programa. Não há previsão da Companhia de estabelecer remuneração decorrente do Programa para 2023.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Em função da aprovação do Plano, ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020, para as outorgas ficarão integralmente disponíveis para o exercício nos períodos abaixo indicados, conforme o seguinte cronograma:

	Data de Outorga	Exercíveis a partir de:	Quantidade
1ª Outorga			
1º Vencimento	N/A	01/05/2021	33,34%
2º Vencimento	N/A	01/03/2022	33,33%
3º Vencimento	N/A	01/03/2023	33,33%

Tais planos não possuem cláusula que permitem o exercício antecipado das opções outorgadas.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, visto que não há possibilidade de exercício antecipado em nenhum dos Planos.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade utilizada como referência foi a volatilidade histórica do Ibovespa.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há nenhuma outra característica da opção que foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Na data de encerramento do último exercício social, a Companhia não havia emitido ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações.

Há dois administradores que são acionistas e detêm em conjunto 100% das ações emitidas pela Companhia.

8.14 Planos de previdência

8.14 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de previdência aos membros do seu Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	3,83	3,00	2,08	5,00	5,00	0.42	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,83	3,00	2,08	4,00	4,00	0,33	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	2.250.000,00	2.250.000,00	270.000,00	2.250.000,00	2.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	527.980,44	431.316,00	270.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.157.214,61	1.260.984,00	350.953,06	787.500,00	787.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho de Administração	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Com exceção do contrato de indenidade e do seguro de responsabilidade civil, que podem acarretar pagamento aos administradores em período posterior a sua destituição ou ao seu afastamento do cargo, a Companhia não firmou com os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismo de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

Dada a existência da prestação de compromisso de indenidade, em observância ao Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2018, a Companhia informa o que segue:

a) Por qual motivo a companhia preferiu a prestação de compromisso de indenidade ao invés da celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil com cobertura similar (Processo CVM nºRJ2009/8316)

O contrato de indenidade tem o intuito de indenizar os administradores atuais e futuros da Companhia e das companhias investidas ("Garantidos") por eventuais perdas decorrentes de decisões, condenações ou outras constrições administrativas ou judiciais que lhes sejam impostas em razão do exercício das funções inerentes aos seus respectivos cargos, em complemento e/ou que não sejam cobertas pelo seguro de responsabilidade civil já contratado pela Companhia. Ou seja, o contrato de indenidade configura uma garantia adicional e complementar à cobertura do seguro de responsabilidade civil. Vale ressaltar que a Companhia nunca teve que indenizar qualquer um de seus administradores.

b) O valor cotado de prêmio de seguro de responsabilidade civil que preveja cobertura similar ao compromisso de indenidade prestado

Atualmente, a Companhia possui contratado seguro de responsabilidade civil com a seguradora AIG Seguros Brasil S.A., com pagamento de prêmio no montante total de R$112.181,36 e com cobertura do montante total de até R$60 milhões, correspondente ao limite máximo de indenização. A Companhia entende que o montante de cobertura do referido seguro é adequado, considerando seu porte e por ter uma cobertura alinhada à de outras companhias abertas do segmento de varejo, similares à Companhia considerando seu faturamento, número de funcionários, entre outros.

c) Se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de indenizações que os administradores forem obrigados a pagar quando responsabilizados por danos causados a terceiros em consequência de atos ilícitos dolosos ou de quaisquer atos ilícitos praticados antes da prestação do compromisso de indenidade

A Companhia obriga-se a cumprir integralmente as obrigações de indenizar o Garantido enquanto não for proferida decisão final transitada em julgado em favor da Companhia que determine que uma parcela ou a totalidade da perda incorrida pelo Garantido tenha decorrido exclusivamente de conduta dolosa ou fraudulenta por parte do Garantido, em cujo caso, a Companhia poderá reaver proporcionalmente os valores que a Companhia tenha pago ao Garantido conforme o compromisso de indenidade, se for o caso.

d) ***Se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo***

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores

Sim. O contrato de indenidade prevê o pagamento ou o reembolso de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores, exceto se o acordo celebrado tenha sido realizado sem o consentimento prévio e por escrito da Companhia.

e) Em caso de resposta positiva a, pelo menos, um dos dois itens anteriores, por que a administração acredita que tal garantia estaria no melhor interesse da companhia

Tendo em vista que o contrato de indenidade exclui, expressamente, a garantia em caso de atos praticados com dolo ou má-fé, a cobertura para os demais casos em que o Garantido apure perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada ao Garantido decorreu de ato praticado no exercício de sua função, sem a intenção de lesar a Companhia, as companhias investidas ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos Garantidos, o contrato de indenidade se alinha ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

f) As principais cláusulas contidas no compromisso de indenidade, incluindo o limite global ou anual da cobertura garantida aos beneficiários, quando aplicável, bem como o período de cobertura estabelecido no referido compromisso; e

Nos termos do contrato de indenidade, este (i) não possui limite de cobertura; (ii) estabelece garantia cuja cobertura abarca todo o período de exercício do cargo do Garantido, seja este período anterior ou posterior à celebração do contrato de indenidade; e (iii) será celebrado por prazo indeterminado, continuando em vigor mesmo depois da saída do Garantido do exercício de suas funções de administração

g) Qual o órgão da companhia é competente para determinar o pagamento ou o reembolso que os administradores fizerem jus nos termos do compromisso de indenidade e de que forma tal órgão lidará com os conflitos de interesses inerentes à decisão.

O Conselho de Administração será o órgão competente para determinar o pagamento ou reembolso e contará com um parecer de um escritório jurídico independente sobre a adequação do pagamento ao caso concreto, devendo se abster de votar aquele membro que for beneficiário da garantia, bem como outros membros do Conselho de Administração beneficiados pela garantia e que estejam envolvidos na mesma demanda que tenha dado origem ao pedido de indenização.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

2022	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	5	3	N/A
Número de membros – parte relacionada aos controladores	2	1	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	**3.150.000,00**	4.628.858,44	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.250.000,00	2.250.000,00	N/A
% da remuneração total do órgão	71,43%	48,61%	N/A

2021	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	5	3	N/A
Número de membros – parte relacionada aos controladores	2	1	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	3.150.000,00	4.350.744,00	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.250.000,00	2.250.000,00	N/A
% da remuneração total do órgão	71,43%	59,48%	N/A

2020	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	5	3	N/A
Número de membros – parte relacionada aos controladores	2	1	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	198.465,18	729.982,38	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	198.465,18	270.000,00	N/A
% da remuneração total do órgão	100,00%	32,70%	N/A

2019	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	N/A	2	N/A
Número de membros – parte relacionada aos controladores	N/A	2	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	N/A	247.644,96	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	N/A	247.644,96	N/A
% da remuneração total do órgão	N/A	100,00%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, não receberam da Companhia qualquer remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não fizeram jus à remuneração reconhecidas no resultado de controladas da Companhia, seus controladores diretos e indiretos e sociedades sob controle comum, que os tenha sido atribuído em função ou não do exercício de cargo na Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 – Outras informações relevantes

O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal foi calculado aferindo-se o número de membros em cada mês, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais, não houve instalação do conselho fiscal e o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria se deu conforme demonstrado a seguir:

2022	
Diretoria	
Meses	n. membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	**45**
Média	**3,83**

2021	
Diretoria	
Meses	n. membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	**36**
Média	**3**

2020	
Diretoria	
Meses	n. membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	3
Total	**25**
Média	**2,08**

2022	
Conselho de Administração	
Meses	n. membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	**60**
Média	**5**

2021	
Conselho de Administração	
Meses	n. membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	**60**
Média	**5**

2020	
Conselho de Administração	
Meses	n. membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	5
Total	**5**
Média	**0,42**

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST AMP; YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	04/07/2022
Descrição do serviço contratado	Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Ernst amp; Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços profissionais relativos à: i) auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e revisões das informações financeiras trimestrais (ITRs) relativas aos períodos de três meses encerrado em 31 de março de 2022, três e seis meses encerrados em 30 de junho de 2022 e três e nove meses encerrados em 30 de setembro de 2022, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”) e os serviços foram executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e revisão, bem como, a emissão do relatório de recomendações e comentários à Administração relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao serviços prestados acima é de R$1.467 mil.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda. é uma firma de auditoria externa independente, a qual, na Kalunga S.A. presta unicamente e exclusivamente serviço de auditoria externa e, portanto, não existindo risco de conflito de interesses entre as partes.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	197	391	0	0	0
Não-liderança	2004	2281	0	0	0
TOTAL = 4.873	**2201**	**2672**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	3	289	20	274	1	0	1
Não-liderança	4	695	248	3300	2	0	36
TOTAL = 4.873	**7**	**984**	**268**	**3574**	**3**	**0**	**37**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	73	444	71
Não-liderança	2889	1240	156
TOTAL = 4.873	**2962**	**1684**	**227**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	6	60	24	453	45	0
Não-liderança	36	435	180	3319	315	0
TOTAL = 4.873	**42**	**495**	**204**	**3772**	**360**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	14	28	0	0	0
Nordeste	209	286	0	0	0
Centro-Oeste	95	109	0	0	0
Sudeste	1712	2060	0	0	0
Sul	171	189	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 4.873	**2201**	**2672**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	1	1	39	0	0	1
Nordeste	0	43	22	425	0	0	5
Centro-Oeste	0	16	15	169	0	0	4
Sudeste	7	867	221	2649	3	0	25
Sul	0	57	9	292	0	0	2
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 4.873	**7**	**984**	**268**	**3574**	**3**	**0**	**37**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	28	13	1
Nordeste	269	214	12
Centro-Oeste	140	58	6
Sudeste	2301	1280	191
Sul	224	119	17
Exterior	0	0	0
TOTAL = 4.873	**2962**	**1684**	**227**

10.1 Descrição dos recursos humanos

SEXO	F	M	TOTAL
LIDERANÇA	197	391	588
NÃO LIDERANÇA	2.004	2.281	4.285
TOTAL	**2.201**	**2.672**	**4.873**

COR / RAÇA	AMARELA	BRANCA	PRETA/NEGRA	PARDA	INDÍGENA	OUTROS	NÃO INFORMADO	TOTAL
LIDERANÇA	3	289	20	274	1	0	1	588
NÃO LIDERANÇA	4	695	248	3.300	2	0	36	4.285
TOTAL	**7**	**984**	**268**	**3.574**	**3**	**0**	**37**	**4.873**

MÉDIA IDADE	ABAIXO DE 30 ANOS	DE 30 A 50 ANOS	ACIMA DE 50 ANOS	TOTAL
LIDERANÇA	73	444	71	588
NÃO LIDERANÇA	2.889	1.240	156	4.285
TOTAL	**2.962**	**1.684**	**227**	**4.873**

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	EXTERIOR	TOTAL
LIDERANÇA	6	60	24	453	45	0	588
NÃO LIDERANÇA	36	435	180	3.319	315	0	4.285
TOTAL	**42**	**495**	**204**	**3.772**	**360**	**0**	**4.873**

SEXO	F	M	TOTAL
NORTE	14	28	42
NORDESTE	209	286	495
CENTRO-OESTE	95	109	204
SUDESTE	1.712	2.060	3.772
SUL	171	189	360
EXTERIOR	0	0	0
TOTAL	**2.201**	**2.672**	**4.873**

COR / RAÇA	AMARELA	BRANCA	PRETA/NEGRA	PARDA	INDÍGENA	OUTROS	NÃO INFORMADO	TOTAL
NORTE	0	1	1	39	0	0	1	42
NORDESTE	0	43	22	425	0	0	5	495
CENTRO-OESTE	0	16	15	169	0	0	4	204
SUDESTE	7	867	221	2.649	3	0	25	3.772
SUL	0	57	9	292	0	0	2	360
EXTERIOR	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	**7**	**984**	**268**	**3.574**	**3**	**0**	**37**	**4.873**

MÉDIA IDADE	ABAIXO DE 30 ANOS	DE 30 A 50 ANOS	ACIMA DE 50 ANOS	TOTAL
NORTE	28	13	1	42
NORDESTE	269	214	12	495
CENTRO-OESTE	140	58	6	204
SUDESTE	2.301	1.280	191	3.772
SUL	224	119	17	360
EXTERIOR	0	0	0	0
TOTAL	**2.962**	**1.684**	**227**	**4.873**

10.2 Alterações relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

Desde 2020, quando foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a Companhia possui uma Política de Remuneração para seus Administradores com o objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

A Política de Remuneração abrange todos os cargos de gestão da empresa. As remunerações dos colaboradores são estabelecidas com base em tabela e grades salariais específicas da empresa.

O processo de remuneração fixa leva em consideração: (i) a estrutura de cargos; (ii) desempenho; (iii) competências; e, (iv) tempo de casa.

b. Política de benefícios

A Política de Remuneração contempla conjunto de benefícios: São eles: (i) assistência médica opcional e contributária; (ii) assistência odontológica opcional; (iii) seguro de vida em grupo; (iv) convênio farmácia; (v) benefícios, conforme convenção coletiva regionalizada.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações com as seguintes características:

i. Grupo de Beneficiários

Administradores, Colaboradores e Terceiros contratados

ii. Condições para Exercício

Após a outorga pelo Conselho de Administração e a assinatura do respectivo contrato com a Companhia, é necessário aguardar o prazo de carência para o exercício das ações, de forma queo beneficiário somente poderá receber as ações após esse período de carência estipulado no Plano e Programa. Para mais informações sobre o Plano de Ações Restritas, vide itens 8.3 e 8.4deste Formulário de Referência.

iii. Preços de Exercício

O preço de exercício é gratuito para o beneficiário.

iv. Prazos de Exercício

São 3 (três) períodos de exercício.

v. Quantidade de Ações Comprometidas pelo Plano

Até o limite de 5% das ações do capital social total da Companhia.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos com abrangência regional. Em função da amplitude da distribuição geográfica das lojas, há um número elevado de sindicatos representando os empregados, conforme indicados abaixo:

1. SIND.COMERCIARIOS S.PAULO
2. SIND.EMPR.COMERCIO ABC
3. ESTAGIARIO
4. SIND.EMPR.COM.OSASCO ATACADISTA
5. SINTETEL-SIND.TRAB.EMP.TELECOM
6. SIND.EMPR.COM.CAMPINAS
7. SIND.EMPR.COM. GUARULHOS
8. SIND.EMPR.COM.RIBEIRAO PRETO
9. SIND.EMPR.COM. RIO JANEIRO
10. SIND.EMPR.COM.BL. HORIZONTE-MG
11. SIND.EMPR.COMERCIO SANTOS
12. SIND.EMPR.COM.BAURU
13. SIND.EMPR.COM. S.J.RIO PRETO
14. SIND.EMPR.COM.DUQUE DE CAXIAS
15. SIND.EMPR.COM. S.J. CAMPOS
16. SIND.TRAB.SHOPCENTER CURITIBA
17. SIND.EMPR.COM.SOROCABA
18. SIND.EMPR.COM. MARILIA
19. SIND.EMP.COM.SHOP.CENTER.LONDRINA
20. SIND. TRAB. COM. NOVA IGUACU
21. SIND.EMPREG.COM.ATAC. DO DF
22. SIND.EMPR.COM.MOGI DAS CRUZES
23. SIND. MEDICOS DO ESTADO DE SP
24. SIND.EMPR.COM.ITU E INDAIATUBA
25. SIND.EMPR.COM. BLUMENAU
26. SIND.EMPR.COM. COTIA
27. SIND.EMPR.COM.SAO GONÇALO-RJ
28. SIND.EMPR.COM.PIRACICABA
29. SIND.EMPR.COM.PORTO ALEGRE
30. SIND.EMPR.COM.JOINVILLE-SC
31. SIND.EMPR.COM.UBERLANDIA
32. SIND.EMPR.COM.LIMEIRA
33. SIND.EMPR.COMERCIO RIO CLARO
34. SIND.EMPR.COM.SAO CARLOS
35. SIND.EMPR.COMERCIO DE JUNDIAI
36. SIND. DOS ENGENHEIROS DE SP
37. SIND.EMPR.COM DE SANTA BARBARA
38. SIND.EMPR.COM. DE PONTA GROSSA
39. SIND.EMPR.COM. DE RECIFE
40. SIND.EMPR.COM. DE SALVADOR
41. SIND.EMPR.COM. DE UBERABA - MG
42. SIND.EMPR.COMERCIO CABO FRIO
43. SIND.EMPR.COM.DE CAMPOS GOYTAC
44. SIND.EMPR.COM. DE CONTAGEM-MG
45. SIND.EMPR.COM.DE JUIZ DE FORA
46. SIND.EMPR.COM.DO ESPIR SANTO
47. SIND.EMPR.COM. DE TAUBATE-SP
48. SIND.EMPR.COM. DE SAO JOSE-SC
49. SIND.EMPR.COM.BALN.CAMBORIU-SC
50. SIND.EMPR.COM. DE FORTALEZA-CE
51. SIND.TRAB.IND.GRAFICAS S.PAULO
52. SIND.EMPR.COM. DE ARACATUBA
53. SIND.EMPR.COM.DE JACAREI
54. SIND.EMPR.COM.ANGRA DOS REIS

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

55. SIND.EMPR.COM.PRESID.PRUDENTE
56. SIND.EMPR.COM.GOIAS-GO
57. SIND.EMPR.COM.CARUARU-PE
58. SIND.EMPR.COM.CAXIAS DO SUL-RS
59. SIND.TEC.SEG.TRABALHO EST.SP.
60. SIND.EMPR.COM.CURITIBA
61. SIND.EMPR.COM.RIO G. DO NORTE
62. SIND.TRAB.IND.GRAFICA DO RJ
63. SIND. EMPR. COM. MOGI GUACU
64. SIND. EMPR. COM. ARACAJU-SE
65. SIND. EMPR. COM. CANOAS - RS
66. SIND. EMPR. COM. MARINGA - PR
67. SIND. EMPR. COM. ALAGOAS
68. SIND. EMPR. COM. OLINDA - PE
69. SIND.EMPR.COM.CAMPINA GDE-PB
70. SIND. EMPR. COM. JOAO PESSOA
71. SIND. EMPR. COM. DE CUIABA
72. SIND. EMPR. COM. PORTO VELHO
73. SIND. EMPR. COM. VOLTA REDONDA
74. SIND. EMPR. COM. SAO LUIZ - MA
75. SIND. EMPR. COM. PASSO FUNDO
76. SIND. EMPR. COM. VITORIA CONQ
77. SIND.TRAB.IND.GRAFICA CAMPINAS
78. SIND. EMPR. COM. MOSSORO RN
79. SIND. EMPR. COM. BELEM PA
80. SIND JORNALISTA DE SAO PAULO
81. SIND. EMPR. COM. ANANINDEUA PA
82. SIND. EMPR. COM. PELOTAS RS
83. SIND. EMPR. COM. TERESINA PI
84. SIND. EMPR. COM. SUMARE SP
85. SIND. EMPR. COM. ITABUNA BA
86. SIND. EMPR. COM. ANAPOLIS GO
87. SIND. EMPR. COM. RIO GRANDE RS
88. SIND.EMPR.COM.LAURO DE FREITAS
89. SIND. EMPR. COM. MACAE
90. SIND. EMPR. COM. CHAPECO
91. SIND. EMPR. COM. ASSIS
92. SIND.EMPR.COM.NITEROI-RJ
93. SIND.EMPR.COM.OSASC TABO BARUE VAREJISTA
94. SIND.EMPR.COM. SAO JOAO DO MERITI
95. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e sindicatos que os representam. A Companhia cumpre as convenções coletivas de trabalho definidas e na hipótese de discordância legal, busca o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. A Companhia procura se abster de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

As convenções coletivas atualmente em vigor são celebradas anualmente. Não houve paralisações ou greves nos últimos três exercícios sociais

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

11.1 Regras, políticas e práticas

As atuais regras e práticas da Companhia para realização de operações e negócios com partes relacionadas determina que tais operações observem a legislação tributária vigente e os preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas degovernança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Transações com Partes Relacionadas estabelece regras e consolida os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência. De modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.No curso regular dos negócios da Companhia, são contratadas operações com partes relacionadas em condições que observem a legislação tributária vigente e os preços e condições de mercado, conforme dados constantes do item 1.4 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras de governança, para afastar favorecimentos de sociedades do mesmo grupo da Companhia ou de seus controladores. Em 11de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual estabelece que a Companhia poderá contratar com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, as operações sejam contratadas em condições de mercado, isto é, observem, durante a negociação, os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação e pautadas pelo respeito às normas legais e éticas (“Condições de Mercado”).A Política de Transações com Partes Relacionadas seencontra alinhada com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.São consideradas partes relacionadas da Companhia aquelas que se enquadrem nas definições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) -Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio daDeliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010. Para fins da Política de Transações com Partes Relacionadas são as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.De acordo com o Pronunciamento Técnico, as transações com partes relacionadas são conceituadas como a “transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação”. São exemplos de transações com partes relacionadas: (a) compras e vendas de produtos e serviços; (b) contratos de empréstimos ou adiantamentos; (c) contratos de agenciamento ou licenciamento; (d) avais, fianças e quaisquer outras formas de garantias; (e) transferência de pesquisa, tecnologia e outros recursos intelectuais; (f) compartilhamento de infraestrutura ou estrutura; e (g) patrocínios e doações, dentre outros.

11.1 Regras, políticas e práticas

Os contratos entre partes relacionadas deverão detalhar as suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos etc.) e a finalidade do negócio, bem como devem estar claramente refletidos nas demonstrações financeiras e neste Formulário de Referência da Companhia, bem como divulgadas nos termos da legislação aplicável.Não se sujeita aos procedimentos específicos daPolítica,(i) contratos entre a Companhia e sociedades que sejam subsidiárias integrais, no curso normal de seus negóciose outras exceções previstas no estatuto social da Companhia e (ii)a remuneração dos administradores da Companhia ou de suas controladas (incluindo, mas não se limitando a, bônus, planos de stock options, planos de outorga de ações, dentre outros), desde que tenham sido aprovadas pelos órgãos societários aplicáveis e observados os termos da Política de Remuneração de Administradores da Companhia.A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.kalunga.com.br).Para mais informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, ver item 1.9 deste Formulário de Referência.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Spiral do Brasil Ltda.	13/06/2022	157.368,75	R$157.368,75 (em 31/12/2022)	Não aplicável	8 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 30.160,56, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	17/05/2022	1.010.391,12	R$1.010.391,12 (em 31/12/2022)	Não aplicável	10 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 193.646,84, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	17/06/2022	408.096,14	R$408.096,14 (em 31/12/2022)	Não aplicável	9 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 78.213,80, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	10/10/2022	867.241,22	R$867.241,22 (em 31/12/2022)	Não aplicável	5 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 166.211,40, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	21/06/2022	119.485,33	R$119.485,33 (em 31/12/2022)	Não aplicável	9 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 22.900,00, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	10/10/2022	182.943,73	R$182.943,73 (em 31/12/2022)	Não aplicável	6 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 35.062,14, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	20/10/2022	1.034.230,16	R$1.034.230,16 (em 31/12/2022)	Não aplicável	6 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 198.215,72, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	-Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. -Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	01/11/2022	671.851,92	R$671.851,92 (em 31/12/2022)	Não aplicável	6 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 128.764,00, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	28/10/2022	194.214,27	R$194.214,27 (em 31/12/2022)	Não aplicável	7 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 37.222,20, correspondente a 100% do valor do crédito					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	20/10/2022	298.884,05	R$298.884,05 (em 31/12/2022)	Não aplicável	9 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 57.282,72, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	07/12/2022	958.513,56	R$958.513,56 (em 31/12/2022)	Não aplicável	7 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 183.704,23, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	21/12/2022	561.203,97	R$561.203,97 (em 31/12/2022)	Não aplicável	7 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 107.557,73, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	24/10/2022	128.505,69	R$128.505,69 (em 31/12/2022)	Não aplicável	9 meses	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.					
Garantia e seguros	Nota Promissória no valor de US$ 24.628,80, correspondente a 100% do valor do crédito					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.					
Posição contratual do emissor						
Spiral do Brasil Ltda.	11/12/2020	10.000.000,00	R$6.120.275,43 (em 31/12/2022)	R$ 6.120.275,43	28/11/2024	8,731066
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Cédula de Crédito Bancário – PEAC/FGI ITAÚ UNIBANCO S/A					
Garantia e seguros	Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	- Crédito de capital de giro incentivado pelo FGI					
Posição contratual do emissor						
Paulo Sérgio Menezes Garcia	01/04/2020	15.000.000,00	R$62.179.912,31 (em 31.12.2022)	R$ 62.179.912,31	30/04/2030	1,170000
Relação com o emissor	Acionista					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Mútuo					
Garantia e seguros	Sem garantia					
Rescisão ou extinção	A dívida se extingue mediante pagamento.					
Natureza e razão para a operação	O contrato de mútuo firmado com os sócios quotistas. A Companhia antes da abertura de capital firmava contratos de mútuos que eram compensados com os dividendos pagos. Sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59%.					
Posição contratual do emissor	Credor					
José Roberto Menezes Garcia	01/04/2020	15.000.000,00	R$34.314.995,78 (em 31.12.2022)	R$ 34.314.995,78	30/04/2030	1,170000
Relação com o emissor	Acionista					
Objeto contrato	Contrato de Mútuo					
Garantia e seguros	Sem garantia					
Rescisão ou extinção	A dívida se extingue mediante pagamento.					
Natureza e razão para a operação	O contrato de mútuo firmado com os sócios quotistas. A Companhia antes da abertura de capital firmava contratos de mútuos que eram compensados com os dividendos pagos. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59%.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Paulo Sérgio Menezes Garcia	10/04/2020	280.277.916,44	R$303.393.396,89 (em 31.12.2022)	R$ 303.393.396,89	30/04/2030	1,170000
Relação com o emissor	Acionista					
Objeto contrato	Instrumento Particular de Confissão de Dívida					
Garantia e seguros	Nota promissória no valor de R$280.278 mil					
Rescisão ou extinção	A dívida se extingue mediante pagamento.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	O instrumento de confissão de dívida consolida os mútuos anteriores em um único documento e estabelece a forma de seu pagamento. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59%.					
Posição contratual do emissor	Credor					
José Roberto Menezes Garcia	10/04/2020	167.473.529,99	R$154.933.446,49 (em 31.12.2022)	R$ 154.933.446,49	30/04/2030	1,170000
Relação com o emissor	Acionista					
Objeto contrato	Instrumento Particular de Confissão de Dívida					
Garantia e seguros	Nota promissória no valor de R$167.473.529,99					
Rescisão ou extinção	A dívida se extingue mediante pagamento.					
Natureza e razão para a operação	O instrumento de confissão de dívida consolida os mútuos anteriores em um único documento e estabelece a forma de seu pagamento. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59%.					
Posição contratual do emissor	Credor					
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	01/11/2008	2.139.516,00	R$ 68.796,71 (em 31.12.2022)	R$ 68.796,71	01/11/2028	1,170000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da D.M.M.G Participações e Empreendimentos Ltda.)					
Objeto contrato	Locação de Imóvel					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	A obrigação se encerra mediante mútuo acordo entre as partes, quitação das obrigações existentes e/ou mediante notificação prévia conforme lei de locações de imóveis não residenciais. A locação poderá ser rescindida no caso de incêndio ou sinistro que impossibilite o uso normal do imóvel locado, na hipótese de desapropriação do imóvel pela autoridade pública, no caso de infração do contrato e nas hipóteses da lei.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável .					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	26/11/2020	3.000.000,00	R$ 116.629,53 (em 31.12.2022)	R$ 116.629,53	60 meses	1,170000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.)					
Objeto contrato	Locação de Imóvel Ipiranga					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	A obrigação se encerra mediante mútuo acordo entre as partes, quitação das obrigações existentes e/ou mediante notificação prévia conforme lei de locações de imóveis não residenciais. A locação poderá ser rescindida no caso de incêndio ou sinistro que impossibilite o uso normal do imóvel locado, na hipótese de desapropriação do imóvel pela autoridade pública, no caso de infração do contrato e nas hipóteses da lei.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Blantys Participações Ltda.	11/06/2014	5.298.000,00	R$8.380.626,87 (em 31.12.2022)	R$ 8.380.626,87	Prazo indeterminado	1,170000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da Blantys Participações Ltda.)					
Objeto contrato	Mútuo					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos para manutenção das atividades operacionais da devedora. Sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59% e (0,38% e 1,17% em 2021)					
Posição contratual do emissor	Credor					
Spiral do Brasil Ltda.	06/04/2020	66.595.000,00	R$86.688.901,32 (em 31.12.2022)	R$ 86.688.901,32	Prazo indeterminado.	1,170000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Mútuo – empréstimo com partes relacionadas					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.					
Natureza e razão para a operação	Em 2022 e 2021 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas nos respectivos exercícios/períodos subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foram transferidos para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.					
Posição contratual do emissor	Credor					
KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	01/08/2001	937.000,00	R$ 1.015.111,28 (em 31/12/2022)	R$ 1.015.111,28	Prazo indeterminado	1,170000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da KA Solution Tecnologia em Software Ltda.)					
Objeto contrato	Prestação de serviços de informática, visando o desenvolvimento de sistemas					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante manifestação da parte com antecedência mínima de 30 dias. A Companhia poderá rescindir no caso de inadimplemento na execução dos serviços, na hipótese de falência, insolvência ou pedido de recuperação extrajudicial e nas hipóteses da lei.					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

NomeParteRelacionada	RelacaoEmissor	ObjetoContrato	DataTransacao	MontanteNegocio	TaxaJuros	SaldoExistente	MontanteInteresse	GarantiaSeguros	Duracao	CondicoesRescisaoExtincao	OutrasInfRelev	PosicaoContratualEmissor	Especificar
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A	13/06/2022	157.368,75	0,000000	R$157.368,75 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 30.160,56, correspondente a 100% do valor do crédito	8 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A	17/05/2022	1.010.391,12	0,000000	R$1.010.391,12 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 193.646,84, correspondente a 100% do valor do crédito	10 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A	17/06/2022	408.096,14	0,000000	R$408.096,14 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 78.213,80, correspondente a 100% do valor do crédito	9 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A	10/10/2022	867.241,22	0,000000	R$867.241,22 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 166.211,40, correspondente a 100% do valor do crédito	5 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A	21/06/2022	119.485,33	0,000000	R$119.485,33 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 22.900,00, correspondente a 100% do valor do crédito	9 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A	10/10/2022	182.943,73	0,000000	R$182.943,73 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 35.062,14, correspondente a 100% do valor do crédito	6 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A	20/10/2022	1.034.230,16	0,000000	R$1.034.230,16 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 198.215,72, correspondente a 100% do valor do crédito	6 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	-Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. -Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A	01/11/2022	671.851,92	0,000000	R$671.851,92 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 128.764,00, correspondente a 100% do valor do crédito	6 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.	28/10/2022	194.214,27	0,000000	R$194.214,27 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 37.222,20, correspondente a 100% do valor do crédito	7 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.	20/10/2022	298.884,05	0,000000	R$298.884,05 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 57.282,72, correspondente a 100% do valor do crédito	9 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.	07/12/2022	958.513,56	0,000000	R$958.513,56 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 183.704,23, correspondente a 100% do valor do crédito	7 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.	21/12/2022	561.203,97	0,000000	R$561.203,97 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 107.557,73, correspondente a 100% do valor do crédito	7 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Carta de Crédito Documentário para Importação de Mercadorias com o Banco Bradesco S/A.	24/10/2022	128.505,69	0,000000	R$128.505,69 (em 31/12/2022)	Não aplicável	Nota Promissória no valor de US$ 24.628,80, correspondente a 100% do valor do crédito	9 meses	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Carta de Crédito para quitação de fornecedor do exterior. - Comissão sobre o valor do crédito de 5% ao ano debitada na abertura da LC.	Outra	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Cédula de Crédito Bancário – PEAC/FGI ITAÚ UNIBANCO S/A	11/12/2020	10.000.000,00	8,731066	R$6.120.275,43 (em 31/12/2022)	R$ 6.120.275,43	Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	28/11/2024	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	- Crédito de capital de giro incentivado pelo FGI	Outra	

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Paulo Sérgio Menezes Garcia	Acionista	Contrato de Mútuo	01/04/2020	15.000.000,00	1,170000	R$62.179.912,31 (em 31.12.2022)	R$ 62.179.912,31	Sem garantia	30/04/2030	A dívida se extingue mediante pagamento.	O contrato de mútuo firmado com os sócios quotistas. A Companhia antes da abertura de capital firmava contratos de mútuos que eram compensados com os dividendos pagos. Sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59%.	Credor	
José Roberto Menezes Garcia	Acionista	Contrato de Mútuo	01/04/2020	15.000.000,00	1,170000	R$34.314.995,78 (em 31.12.2022)	R$ 34.314.995,78	Sem garantia	30/04/2030	A dívida se extingue mediante pagamento.	O contrato de mútuo firmado com os sócios quotistas. A Companhia antes da abertura de capital firmava contratos de mútuos que eram compensados com os dividendos pagos. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59%.	Credor	
Paulo Sérgio Menezes Garcia	Acionista	Instrumento Particular de Confissão de Dívida	10/04/2020	280.277.916,44	1,170000	R$303.393.396,89 (em 31.12.2022)	R$ 303.393.396,89	Nota promissória no valor de R$280.278 mil	30/04/2030	A dívida se extingue mediante pagamento.	O instrumento de confissão de dívida consolida os mútuos anteriores em um único documento e estabelece a forma de seu pagamento. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59%.	Credor	
José Roberto Menezes Garcia	Acionista	Instrumento Particular de Confissão de Dívida	10/04/2020	167.473.529,99	1,170000	R$154.933.446,49 (em 31.12.2022)	R$ 154.933.446,49	Nota promissória no valor de R$167.473.529,99	30/04/2030	A dívida se extingue mediante pagamento.	O instrumento de confissão de dívida consolida os mútuos anteriores em um único documento e estabelece a forma de seu pagamento. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59%.	Credor	

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da D.M.M.G Participações e Empreendimentos Ltda.)	Locação de Imóvel	01/11/2008	2.139.516,00	1,170000	R$ 68.796,71 (em 31.12.2022)	R$ 68.796,71	Não aplicável	01/11/2028	A obrigação se encerra mediante mútuo acordo entre as partes, quitação das obrigações existentes e/ou mediante notificação prévia conforme lei de locações de imóveis não residenciais. A locação poderá ser rescindida no caso de incêndio ou sinistro que impossibilite o uso normal do imóvel locado, na hipótese de desapropriação do imóvel pela autoridade pública, no caso de infração do contrato e nas hipóteses da lei.	Não aplicável .	Devedor	
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.)	Locação de Imóvel Ipiranga	26/11/2020	3.000.000,00	1,170000	R$ 116.629,53 (em 31.12.2022)	R$ 116.629,53	Não aplicável	60 meses	A obrigação se encerra mediante mútuo acordo entre as partes, quitação das obrigações existentes e/ou mediante notificação prévia conforme lei de locações de imóveis não residenciais. A locação poderá ser rescindida no caso de incêndio ou sinistro que impossibilite o uso normal do imóvel locado, na hipótese de desapropriação do imóvel pela autoridade pública, no caso de infração do contrato e nas hipóteses da lei.	Não aplicável	Devedor	
Blantys Participações Ltda.	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da Blantys Participações Ltda.)	Mútuo	11/06/2014	5.298.000,00	1,170000	R$8.380.626,87 (em 31.12.2022)	R$ 8.380.626,87	Não aplicável	Prazo indeterminado	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	Empréstimos para manutenção das atividades operacionais da devedora. Sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59% e (0,38% e 1,17% em 2021)	Credor	
Spiral do Brasil Ltda.	Coligada	Mútuo – empréstimo com partes relacionadas	06/04/2020	66.595.000,00	1,170000	R$86.688.901,32 (em 31.12.2022)	R$ 86.688.901,32	Não aplicável	Prazo indeterminado.	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.	Em 2022 e 2021 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas nos respectivos exercícios/períodos subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foram transferidos para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.	Credor	

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da KA Solution Tecnologia em Software Ltda.)	Prestação de serviços de informática, visando o desenvolvimento de sistemas	01/08/2001	937.000,00	1,170000	R$ 1.015.111,28 (em 31/12/2022)	R$ 1.015.111,28	Não aplicável	Prazo indeterminado	O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante manifestação da parte com antecedência mínima de 30 dias. A Companhia poderá rescindir no caso de inadimplemento na execução dos serviços, na hipótese de falência, insolvência ou pedido de recuperação extrajudicial e nas hipóteses da lei.	Não aplicável	Devedor	

11.3 Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que os mútuos contratados com o Paulo Sérgio Menezes Garcia, José Roberto Menezes Garcia e Blantys Participações Ltda., conforme aditados, têm previsão de que em um evento de liquidez como, por exemplo, a liquidação da oferta pública inicial das ações da Companhia, os mutuários estarão obrigados a quitar os respectivossaldosem aberto de tais instrumentos. Em razão de tal compromisso formal de quitação, não será mantido qualquer saldo após o evento de liquidez. Ademais, em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia para a aquisição de 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda ("Spiral"). A conclusão de referida transação está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preçopor ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, superada tal condição, a transferência estará concluída e entrará em vigor na data da liquidação da oferta pública inicial de ações da Companhia, ocasião em que a Companhia passará a ser acionista controladora exclusiva da Spiral. Para mais informações a respeito da transferência do controle da Spiral para a Companhia, vide item 2.10 deste Formulário de Referência. Com isso, os saldos a receber e a pagar entre a Companhia e a Spiral informados no item 11.2 acima, serão integralmente eliminados na consolidação a ser realizada após a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/04/2022		56.127.257,77
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
622.139.776	0	622.139.776

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/04/2022		56.127.257,77
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
622.139.776	0	622.139.776

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/04/2022		56.127.257,77
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
622.139.776	0	622.139.776

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
29/01/2021		0,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
750.000.000	0	750.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Descrição dos direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas, se emissor estrangeiro.

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Data de emissão	19/05/2023
Data de vencimento	19/05/2024
Quantidade Unidade	30.000
Valor total R$	1.000,00
Características dos valores mobiliários de dívida	30.000.000,00
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com clausula 11.2 Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Termo de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Titular de Notas Comerciais Escriturais em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora neste Termo de Emissão.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Nota Comercial	0	1	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.

Em maio de 2023, os valores mobiliários do emissor não estavam admitidos à negociação em mercados brasileiros ou estrangeiros.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 – Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável, o emissor não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.8 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas neste Formulário de Referência.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Roberto Menezes Garcia**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Felipe de Albuquerque Campos**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

José Roberto Menezes Garcia, brasileiro, casado, empresário, na qualidade de Diretor Presidente da Kalunga S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o n. 43.283.811/0001-50, com sede e foro na Rua da Mooca, 766, 4° e 5° andares, Mooca, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03104-010 ("Companhia"), declara que:

a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.

b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.

c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA
Diretor Presidente

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Felipe de Albuquerque Campos, brasileiro, casado, administrador de empresas, na qualidade de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Kalunga S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o n. 43.283.811/0001-50, com sede e foro na Rua da Mooca, 766, 4º e 5º andares, Mooca, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03104-010 ("Companhia") declara que:

a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.

b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.

c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

FELIPE DE ALBUQUERQUE CAMPOS
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.